

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAUANA MARIA SANTOS NEVES

ARTESANATO MBYÁ-GUARANI NA COMUNIDADE DE YRIAPÚ

CURITIBA
2020

KAUANA MARIA SANTOS NEVES

ARTESANATO MBYÁ-GUARANI NA COMUNIDADE DE YRIAPÚ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Marcos Silva da Silveira

CURITIBA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Neves, Kauana Maria Santos

Artesanato Mbyá-guarani : produção na comunidade Yriapú, Puerto Iguazú, Misiones, Ar. / Kauana Maria Santos Neves. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Marcos Silva da Silveira

1. Arte indígena - Argentina. 2. Artesanato. 3. Índios Mbyá-Guarani – Argentina. 4. Patrimônio cultural. 5. Yriapú. I. Silveira, Marcos Silva da, 1962-. II. Título.

CDD – 980.4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA -
40001016027P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **KAUANA MARIA SANTOS NEVES** intitulada: **Artesanato Mbyá-guarani na comunidade de Yriapú**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS SILVA DA SILVEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 09 de Março de 2020.

Assinatura Eletrônica

10/03/2020 16:50:37.0

MARCOS SILVA DA SILVEIRA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/07/2020 09:43:28.0

BARBARA MAISONNAVE ARISI

Coorientador - Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

24/03/2020 15:24:06.0

EDILENE COFFACI DE LIMA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*Para os Mbyá de Misiones, que um dia
me deram o caminho de volta.*

AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiramente à Nhanderú que possibilita tudo. À minha mãe por lutar para me formar. Aos Mbyá-guarani de Yriapú, por me acolherem em seus lares e compartilharem comigo de suas intensas vidas sobre a terra, onde andam de pé e de frente, contra toda forma de exploração, através da gentileza, firmeza e amor. Em especial, sou grata à Susana e seu esposo Aníbal pela amizade e por serem os principais interlocutores nessa pesquisa, também à sua filha Tita, seu sobrinho Ariel e todos seus familiares, guardo as melhores recordações de nossos encontros.

Agradeço à Catalina, seu esposo Darci e seus filhos por me receberem desde minha primeira visita à comunidade, ainda na graduação. Agradeço ao cacique Alcide pela amabilidade e por me ajudar no que lhe foi possível a respeito da história da comunidade e com a narrativa sobre o desenvolvimento do fazer artesanal. Agradeço todas às crianças, mães, anciãos e homens que constituem a comunidade Yriapú.

Agradeço ao seu João e sua esposa por me receberem em sua comunidade Guavira-ty, no litoral do Paraná, agradeço ao Mariano, ao Paulo e sua esposa Sueli pelas longas conversas e a todos os jovens da comunidade que estiveram comigo durante minhas visitas.

Agradeço ao Vitor Hugo, por disponibilizar as informações junto ao PNI.

Agradeço ao professor Mário Ramão por me auxiliar com a tradução de alguns termos e pelas aulas do período da graduação que me auxiliaram em campo. Agradeço à professora Barbara Arisi por me auxiliar com bibliografia, ideias e ótimas conversas, desde meu primeiro ano na graduação, e nessa etapa, por aceitar integrar a banca da dissertação.

Agradeço aos poucos porém melhores amigos de jornada, Wender Silveira pela gentileza, Angela Ferreira pelos momentos de debate e de alegria, Gabriel Gustavo pela loucura controlada, pelas pizzas e pela parceria.

Agradeço à professora Fernanda Maidana por seus ensinamentos desde a orientação na graduação ecoarem neste trabalho.

Agradeço ao meu grande amigo em Curitiba, Lucas Strugala, pela lealdade, carinho, alegria e paz que me proporcionou em minha passagem pela UFPR.

Agradeço ao meu orientador Marcos Silva Silveira pela confiança, prestatividade e paciência, bem como pelos alegres momentos em sala de aula. Agradeço à professora Edilene Coffaci de Lima por me auxiliar grandemente neste trabalho no momento da qualificação e pela honra de compor a banca final. Agradeço ao professor João Lisboa pelas recomendações durante a qualificação.

Agradeço ao PPGA/UFPR por possibilitar encontrar professores ótimos como Ricardo Cid, Maria Inês, Paulo Guérios e Miguel Carid, vocês me fizeram amar mais ainda a Antropologia.

Agradeço ao colega Paulo Góes pelos ótimos diálogos. Agradeço à querida Kássia Cunha pelo encontro que a vida nos deu, nos fazendo parceiras de pesquisa, ainda que não soubéssemos disso. Agradeço ao querido Paulo Marins pela disponibilidade e amabilidade.

Agradeço ao Rodrigo Choinski pela oportunidade de visibilizar esta pesquisa.

Agradeço à minha irmã Ágata Neves pela ajuda com a revisão do texto. Ao André pelo companheirismo.. Agradeço ao meu filho Aram por correr comigo na rodovia argentina durante a última visita de campo, quando eu ainda nem sabia de sua existência. E claro, por tudo que veio depois.

*“Ñamandú, Padre Verdadero, / El Primero, Aquí estoy,
condoliéndome outra vez; / aquí estoy, por tanto, de una
manera reservada, / otra vez condoliéndome, /
para hacer aquello que tocan mis
cuentos de neblina (las palmas de las manos), / con aquello que tocan
las ramas floridas (dedos y uñas) de mis cuencos de neblina, / simples
imágenes / de pequeñas lechuzas, / de tigres horrorosos, / de armadillos amarillos, /
de los comedores de venados (pumas), / y toda clase de representaciones
animales, / pues los verdaderos, / están en los alrededores de tu paraíso
/... / Para hacer canastillos adornados, verdaderos, / canastos grandes, /
flautines de dulcísimos
sones, / flautas arracimadas, / arcos de condición imperfecta, / flechas
imperfectas de puntas dentadas. /... / Solamente
entonces, / después de abérselas vendido a los extranjeros, / compraré
un poco de carne, / un poco de azúcar, / un poco
de sal saladísima / y de harina de maíz, imperfecta, /
para comerlos juntos con todos mis compatriotas, sin excepción,
/ en torno a los pocos
asientos de nuestros fogones, / nosotros, algunos poquísimos huérfanos
de tu paraíso / y que nos damos ánimo todavía los unos a los otros /
para seguir permaneciendo en tu morada terrenal. / Después de habérselas vendido a los
extranjeros /... / Escucha el clamor que te envío, /
Ñamandu, Padre Verdadero, el Primero.”*

(Lorenzo Ramos en “El canto resplandeciente, Ayvu Rendy Vera”)

RESUMO

A presente dissertação é uma etnografia sobre a produção artesanal que acontece na comunidade Mbyá-Guarani Yriapú, localizada na cidade de Puerto Iguazú, no estado de Misiones, Argentina. Para isso buscou-se realizar um breve histórico a respeito da ocupação da região pelos Mbyá-Guarani e as transformações que passaram suas práticas para que se compreendesse o atual contexto artesanal. Posteriormente foram problematizados a partir da antropologia da arte os conceitos de “arte” e “artesanato”. A elaboração e confecção do artesanato por artesãs e artesãos Mbyá encontra seu predicado na mitologia, onde Nhanderú, responsável pela criação dos objetos verdadeiros (*y'pará*) e contidos é contrariado pelo demiurgo Chariã quando ele decide fazer cópias (*ta'anga*) em arranjos mais complexos dos grafismos e artesanatos de Nhanderú. Esta situação é responsável pela fundação da humanidade (ASSIS, 2006). Ademais de descrever a produção artesanal, foi possível identificar de que maneira ela se relaciona com contextos não Mbyá em que está inserida. Através da observação participante foi possível identificar tal produção enquanto um sistema de ação (GELL, 2016) que se relaciona fortemente com contextos normatizados junto ao Estado a respeito de sua exposição e venda. A partir da progressão etnográfica, observou-se a questão do patrimônio e sua relação com os artesanatos Mbyá através da utilização do termo por diferentes atores, foi preciso então situar este pulsante elemento que possibilita outros olhares sobre o artesanato Mbyá frente o estado argentino.

PALAVRAS- CHAVES: Artesanato, Arte, Mbyá-guarani, Yriapú, Misiones, Patrimônio.

ABSTRACT

The present dissertation is an ethnography about the handicrafts production that happens in Mbyá-Guarani Yriapú community, located in the city of Puerto Iguazú, on status of Misiones, Argentina. For this, sought to realize a brief history in respect of region occupied for the Mbyá-Guarani and the transformations that yours practice passed for understand the current handmade context. Posteriorly, was problematized from the anthropology of art the concepts of 'art' and 'handicrafts'. The elaboration and confeccion of handicraft for Mbyá artesian find your predicad on mythology, where Nhanderú, responsible for the creation of trues objects (*y'pará*) and covered, is vexed for demiurge Chariã when hi decide make copies (*ta'anga*) in more complex arrangements of Nhanderú grafism and handicrafts. This situation is responsible for fundacion of humanity (ASSIS, 2006). Furthermore of writing the handmade production, was possible identify the way that it if connect with contexts that isn't Mbyá that they are inserid. Through participative observation it was possible identify such production while a system of action (GELL, 2016) relates tightly with standardized contexts with the State in respect of your exposition and sale. From the ethnographic progression, was observed the question of patrimony and your relationship with Mbyá handicrafts over the utilization of term for actors differentes, so was needed situated this pulsating element that allows other perspectives on Mbyá crafts in front of the Argentine state.

KEYWORDS: Handicrafts, Art, Mbyá-guarani, Yriapú, Misiones, Patrimony.

RESUMÉN

La presente disertación es una etnografía acerca de la producción artesanal y el lugar de ella en la comunidad Mbyá-Guaraní Yriapú, ubicada en la ciudad de Puerto Iguazú, en el estado de Misiones, Argentina. Para eso se intentó hacer una breve historia sobre la ocupación de la región por los mbyá-guaraní y las transformaciones por las que pasaron sus prácticas para comprender el contexto actual de la artesanía mbyá. En seguida los conceptos de "arte" y "artesanía" fueron problematizados a partir de la antropología del arte. La elaboración y fabricación de artesanías por artesanas y artesanos Mbyá encuentra su predicado en la mitología, donde Nhanderú, responsable de la creación de objetos reales (*y'pará*) y discretos es contradicho por el demiurgo Chariã cuando este decide hacer copias (*ta'anga*) en arreglos más complejos de los gráficos y de la artesanía de Nhanderú. Esta situación es responsable por la fundación de la humanidad (ASSIS, 2006). Además de describir la producción artesanal, fue posible identificar cómo se relaciona ella en los contextos no Mbyá en los que se inserta. Desde la observación participante, fue posible identificar dicha producción como un sistema de acción (GELL, 2016) que está fuertemente relacionado con contextos estandarizados con el Estado con respecto a su exhibición y venta. A partir de la progresión etnográfica, se observó el tema del patrimonio y su relación con las artesanías Mbyá a través del uso del término por diferentes actores, entonces fue necesario ubicar este elemento pulsante que permite otras miradas respecto las artesanías Mbyá frente el estado argentino.

PALABRAS CLAVE: Artesanía, Arte, Mbyá-guaraní, Yriapú, Misiones, Patrimonio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Susana confeccionando pulseira	25
Figura 2: Pulseiras feitas em oficina	25
Figura 3: Acesso a comunidade Yriapú	28
Figura 4: Caminho “El Dorado”; Propaganda dos hotéis	28
Figura 5: Cidade de Puerto Iguazú	43
Figura 6: 600 Hectáreas ou Selva Iryapú	44
Figura 7: Entrada Caminho “El Dorado”	45
Figura 8: Feira de artesanatos nas Cataratas do Iguazu – Argentina	51
Figura 9: Pannel exposto na recepção de visitantes da Aripuca	52
Figura 10: Aripuca; aripuca de caça; feira de artesanato Mbyá	53
Figura 11: Cartaz “Ore Rekoa” na entrada da comunidade Yriapú	55
Figura 12: Zoneamento das 600 hectáreas	57
Figura 13: Placa na entrada da “Selva Iryapú”, distância dos hotéis	59
Figura 14: Colares confeccionados por Catalina	69
Figura 15: Feira de artesanato em Yriapú	70
Figura 16: Artesanato Avá exposto no centro de visitantes da Itaipu	76
Figura 17: Colar de miçanga feito por Catalina	81
Figura 18: Etapas de criação dos quatis	82
Figura 19: coração de alecrim	82
Figura 20: Quatis queimados	82
Figura 21: Quatis talhados	82
Figura 22: Cesto <i>ajaká</i> cargueiro	83
Figura 23: Arcos-flechas expostos no PNI	85
Figura 24: desenho <i>para joacha</i>	87
Figura 25: Desenho <i>mboi'chi para</i>	87
Figura 26: Susana exibindo cesto com desenho <i>para kora</i>	87
Figura 27: Desenho <i>nemomyi</i>	88
Figura 28: Artesanatos expostos na aldeia Mbyá Guavira-ty	88
Figura 29: Lança confeccionada por Aníbal	89
Figura 30: Facas confeccionadas por Aníbal	89
Figura 31: Zarabatanas confeccionadas por Susana	90
Figura 32: Maracás à venda	91
Figura 33: Flauta <i>mimby reta</i>	91
Figura 34: Pau d'água	92
Figura 35: Pulseiras e colares expostos à venda no PNI	93

Figura 36: Móviles <i>ovavaí</i> expostos à venda no PNI	93
Figura 37: Onça em movimento feita por Aníbal	94
Figura 38: Coruja exposta à venda	95
Figura 39: Arara exposta à venda	95
Figura 40: Quati exposto à venda	95
Figura 41: Tatu exposto à venda	96
Figura 42: Araras coloridas artificialmente	96
Figura 43: Jacaré e cobra	96
Figura 44: Tucano e pelicano à venda	97
Figura 45: Tartarugas à venda	97
Figura 46: Grafismos aplicados em artesanatos	97
Figura 47: Desenho <i>para ryve</i>	98
Figura 48: Zarabatanas com grafismo ‘Iguazú’	99
Figura 49: Primeiro modo de realização da Feira no PNI	101
Figura 50: Planta da atual construção da Feira Yhari	102
Figura 51: Susana fazendo grafismo	103
Figura 52: Certificado de Qualidade	106
Figura 53: Outdoor promovendo a FAM	125
Figura 54: Artesanatos expostos na Aripuca em um dia chuvoso	133

LISTA DE SIGLAS

ACATI-	Associação Civil Atrativos Turísticos de Iguazú
APN-	Administração de Parques Nacionais
DMPHC-	Direção de Patrimônio Histórico e Cultural
DNCAP-	Direção Nacional de Conservação – Administração de Parques
FAM-	Feria de Artesanias del Mercosur
INDEC-	Instituto Nacional de Estadística e Censos
ITEC-	Instituto Tecnológico de Misiones
MRC-	Programa Manejo de Recursos Culturais
OMT-	Organização Mundial do Turismo
ONG-	Organização não Governamental
OPDR-	Oficina de Projetos de Desenvolvimento Regional
PPGA-	Programa de Pós-graduação em Antropologia
PROYECTO MATE-	Modelo Argentino para Turismo y Empleo
TCC-	Trabalho de Conclusão de Curso
TTU-	Terminal de Transporte Urbano
UFPR-	Universidade Federal do Paraná
UNESCO-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILA-	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UTE-	União Transitória de Empresas

LISTA DE PALAVRAS

As palavras em Guaraní-Mbyá presentes nesse trabalho foram revisadas pelos Mbyá de Yriapú que me acompanharam e que entrevistei ao longo do trabalho de campo, sendo eles, Susana, Aníbal e o cacique Alcide. Em outro momento o professor Mário Ramão que leciona Guaraní na Unila corrigiu e traduziu parte das palavras que dizem respeito ao artesanato. Por fim, obtive auxílio no Léxico Guaraní, Dialeto Mbyá organizado por Robert A. Dooley (1998).

ajaká rete -	corpo de cesto
anhareko -	viver mal
ayyu -	fala
Chariã -	demiurgo
eko axy, -eko'ã -	viver mal
enviapokuaa -	saber fazer
guata -	andar
guyrapa rete -	arco e flechas
jurúa -	homem branco
karaí -	profetas
kurusú -	cruz
mbaraka -	chocalho
menda porã -	bem casar
mbo'i jarara -	jararaca
mbo'i para -	cobra verdadeira
mbo'i pyta para -	cobra coral
mbo'i xinĩ -	cascavel
mborayhu -	amor, reciprocidade
mborayhu rapytarã -	generosidade
mbo'y -	colar
.mimby reta -	flauta
mucuña -	olho de boi
Nhandereko -	jeito de ser e viver
Nhanderú -	nosso pai
nemomyi -	ritmado
nhe'e -	alma
ojapo a'ete rami -	artista, fazer bem
ojapo porã -	artesanato, fazer com a mão

opy -	casa de reza
ovavai -	móviles
para joacha -	cruzado
para karé -	ângulo
para peteí -	ponto
para pyxyry -	grafismo escorregado
para ryve -	ponto fechado
petyngua -	cachimbo
pira raĩ nhykã ra'angaa -	maxilar do peixe
poapy reguá -	pulseira
potirõ -	trabalho coletivo
ta'anga -	imagem, cópia
tekoha -	nosso lugar
takuapú -	bastão de ritmo
tacuá eté í -	tacuapí pequena
tanambipepo -	asas de borboleta
vicho ra'anga -	bicho em madeira
xivireko -	jeito da onça
y'pará -	verdadeiro
yvy marã ey -	solo intacto, terra sem mal

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	18
1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO DE CAMPO.....	20
1.1 ENTRADA EM CAMPO.....	23
1.2. O SEGUNDO MOMENTO EM CAMPO.....	26
1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	29
2. OS MBYÁ-GUARANI E YRIAPÚ.....	31
2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO.....	31
2.1.1 Das práticas tecno-econômicas.....	38
2.1.2 Antes e após a invasão.....	39
2.1.3 Após as guerras de independência.....	40
2.1.4 A irrupção do estado.....	40
2.2 OS MBYÁ-GUARANI DE YRIAPÚ.....	45
2.3 TRÍPLICE FRONTEIRA E OS MBYÁ-GUARANI.....	41
2.4 <i>NHANDEREKO</i> : JEITO DE SER E VIVER.....	47
2.5 O TURISMO NA COMUNIDADE.....	49
2.5.1 Parque Nacional Iguazú – Cataratas.....	50
2.5.2 Aripuca.....	52
2.5.3 Hotelaria.....	54
2.6 AS “600 HECTÁREAS”.....	55
3. YRIAPÚ E A QUESTÃO ARTESANAL.....	65
3.1 ARTE E ARTESANATO.....	65
3.1.1 Original e cópia.....	68
3.1.2 Dádiva e mercadorias.....	70
3.2 O ARTESANATO NA COMUNIDADE DE YRIAPÚ.....	74
3.2.1 Produção artesanal como sistema de ação.....	77
3.3 A MATÉRIA PRIMA.....	73
3.3.1 As sementes.....	79
3.3.2 As miçangas.....	80
3.3.3 Variedade de madeiras.....	81
3.4 A PRODUÇÃO ARTESANAL DA COMUNIDADE YRIAPÚ E SUA EXPOSIÇÃO.....	83
3.4.1 Os artesanatos: Arcos-flecha.....	84
3.4.2 Cestos.....	85
3.4.3 Lanças.....	89
3.4.4 Facas.....	89
3.4.5 Zarabatanas.....	90
3.4.6 Instrumentos musicais.....	90
3.4.7 Colares <i>-mbo'y</i> , pulseiras <i>-poapy reguá</i> e brincos.....	92
3.4.8 Os bichinhos <i>-vicho ta'anga</i>	94
3.4.9 Nota sobre o grafismo Mbyá.....	97
3.5 CIRCULAÇÃO DOS ARTESANATOS PRODUZIDOS NA COMUNIDADE.....	99
3.5.1 A Feira Yhari: Marco Regulatório.....	99
3.5.2 Regulamentação dentro das áreas protegidas.....	103
3.5.3 Certificado de Qualidade.....	104
4. ARTESANATO MBYÁ-GUARANI NA ARGENTINA E O PATRIMÔNIO.....	107
4.1 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL.....	112
4.2 PATRIMÔNIO CULTURAL NA ARGENTINA.....	115
4.3 O PARQUE NACIONAL IGUAZÚ – PNI.....	119
4.4 NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS	134

PRÓLOGO

Sendo filha de artesãos, a atividade artesanal está presente em minha vida desde a infância, o que levou-me ainda na época da graduação ao interesse pelo artesanato Mbyá-guarani.¹ Posteriormente no momento da pós-graduação decidi continuar a trabalhar sobre este tema que parece infundável. Sendo a primeira estudante cotista negra do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPR, estudando um tema periférico mesmo dentro da Etnologia Indígena que é a arte Mbyá, discreta e até despercebida, por vezes comparada as artes indígenas amazônicas, enfrentei diversos desafios necessários de obter aqui registro.

Os primeiros momentos em campo ocorreram com uma abertura amigável por parte dos Mbyá em relação a minha pessoa. O fato de eu não ser branca neste contexto possibilitou uma convivência com trocas um pouco diferentes das que estão habituados os Mbyá em relação aos brancos. Ao longo do tempo que estive com as famílias Mbyá um dos assuntos que vinham a tona era a questão da cor de pele, seja deles ou a minha. Aos poucos, junto da questão artesanal, vieram questões familiares, econômicas, sociais, políticas e territoriais, tornando meu trabalho e minha presença por vezes até despercebidos diante da dinâmica rotina que enfrentam os Mbyá de Yriapú.

Mesmo com todos dilemas que compõem o trabalho de campo, houve espaço para que ele se tornasse para mim um local de refúgio de minha própria rotina, mesmo nas primeiras atividades que desenvolvi na comunidade enquanto instrutora de um tipo específico de artesanato não Mbyá², era eu quem mais aprendia.

Ainda nos primeiros momentos de decisão pelo tema a ser estudado por mim na graduação e na pós-graduação, deparei-me diversas vezes com a pergunta de colegas e professores negros ou brancos sobre o motivo de não estudar na Antropologia questões raciais ou feministas, simplesmente dizia que era uma questão de gosto. Mas guardava comigo o pensamento de uma mulher ou homem brancos nunca serem questionados quando optam pela Etnologia Indígena.

1 Resultando o Trabalho de Conclusão de Curso: *Artesanato Mbyá-guarani: Percepções Etnográficas de uma Artesã na Comunidade Mbyá-guarani de Yriapú*, (NEVES, 2016).

2 Durante o Trabalho de Conclusão de Curso na graduação fui bolsista em um projeto de Extensão que tinha como objetivo a troca de informações e práticas a respeito do artesanato não Mbyá, característico dos *hippies* de estrada. Maiores informações em (NEVES, 2016).

Mesmo com este impasse, diferentemente do convívio dentro da universidade onde foi o espaço que transitei na graduação em um contexto pluri nacional como é o caso da Unila³, composta por estudantes de toda a América Latina, na pós-graduação estando em uma cidade e em uma universidade majoritariamente branca enfrentei desafios diários para ser reconhecida como igual a todos aqueles que transitam neste espaço. Episódios como ser impedida de falar em sala de aula, o silêncio dos colegas no momento que deveria haver ao menos a discussão da situação, de ser a próxima da fila a entrar no Restaurante Universitário, onde praticamente todos os dias o mesmo senhor encerrava a leva de estudantes no acesso quando chegava a minha vez, minha não inclusão na lista de e-mails do grupo de estudos. Enfim, situações que me fizeram pensar por muitas vezes na desistência do curso, ainda que frente ao compromisso que eu havia estabelecido com os Mbyá, eram situações passíveis de serem esquecidas ainda que momentaneamente.

Assim como encontrei dificuldades, encontrei poucas, porém, ótimas pessoas que contribuíram para minha formação e que carregavam consigo uma benevolência que se espalhava a todos, como o secretário do PPGA e a maioria de seus professores. Assim como lugares da cidade de Curitiba fora da universidade, onde fui acolhida e que contribuíram decisivamente para minha não-desistência, como o Terreiro do Pai Maneco e o Céu da Nova Vida. Interessante refletir como tornou-se latente a necessidade de recorrer a ferramentas fora da universidade para que pudesse permanecer dentro dela, ao mesmo tempo que mostra que a universidade é este contínuo da vida, ela por si só não garante um espaço disposto a diversidade.

Por fim, deixo meu registro, ainda que breve, de minha passagem pela pós-graduação, com o intuito de que possam aqueles que sejam alcançados por estas palavras repensem o lugar que a mulher negra ocupa em suas cabeças. O lugar da mulher negra é onde ela quiser.

3 Universidade Federal da Integração Latino Americana.

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO DE CAMPO

Cheguei pela primeira vez naquele lugar no dia seis de maio de 2015, tratava-se da comunidade Mbyá-guarani Yriapú, localizada na tríplice fronteira entre Brasil e Paraguai, na cidade de Puerto Iguazú, estado de Misiones, Argentina. Fui acompanhada de um amigo e colega de classe, quem apresentou-me ao inspetor e docente da escola local, Darci, o qual nos recebeu e mostrou os espaços da comunidade e sua casa. Chegando lá, acompanhada de meu colega Alex Caleb e sua turma de uma determinada disciplina da faculdade, dei-me conta que se tratava de um dia especial, pois neste dia as crianças e professores haviam preparado apresentações sobre a cultura Mbyá-guarani, alguns jogos e brincadeiras.

Após a segunda visita à comunidade, houve um episódio marcante para a continuidade do trabalho de campo, aproximadamente um mês depois desta segunda visita em junho de 2015, ocorreu o encontro de representantes indígenas da região na universidade. Nele tive oportunidade de conhecer Roberto, o cacique de Jasy Porã, comunidade próxima a Yriapú. Fui convidada por ele para conhecer sua comunidade e alguns dias depois fui até lá com uma colega do curso de Antropologia, levei para ele um presente, um filtro dos sonhos que confeccionei. No trajeto, encontrei novamente o inspetor da escola, Darci, em Yriapú, que viu o trabalho e pediu que eu ensinasse a sua esposa Catalina. Aceitando aquele pedido, iniciava-se então o trabalho de campo que desvendava-se através do fazer artesanal e as relações que nele estavam implicadas.

Tudo isso tendo ocorrido no momento da minha graduação em Antropologia no ano de 2015 resultando no Trabalho de Conclusão de Curso⁴. A segunda parte do trabalho deu-se então no mestrado. Tive como intuito revisitar os dados obtidos durante a graduação, tendo como principal objetivo fazer uma etnografia sobre a configuração da produção artesanal Mbyá-guarani na comunidade de Yriapú e de que maneira ela relaciona-se com os contextos não-Mbyá em que está inserida. Para isso, busquei em um primeiro momento através da observação participante, com o intuito de olhar, ouvir e escrever (OLIVEIRA, 1996), realizar visitas semanais e quinzenais no período entre janeiro e abril de 2018, entrevistas informais e relatórios etnográficos das visitas.

O trabalho de campo foi iniciado em 19 de janeiro de 2018, na comunidade Yriapú. Na ocasião, a qual considerei uma “sondagem” de campo, pude rever pessoas de meu anterior trabalho

4 *Artesanato Mbyá-guarani: Percepções Etnográficas de uma Artesã na Comunidade Mbyá-guarani de Yriapú*, (NEVES, 2016).

etnográfico, as quais não via no período de um ano, os dados gerados nesta primeira visita bem como nas subsequentes serão apresentados ao longo deste texto.

O plano de trabalho de campo inicial contava com trinta visitas à comunidade ao longo dos meses de janeiro e março de 2018 após o meu retorno a cidade de Foz do Iguaçu, a 18 Km da comunidade. Porém, neste planejamento foram incluídos apenas os gastos com passagens, sendo que pelo fato da comunidade estar inserida em um circuito turístico, as visitas reduziram-se pela metade devido ao alto custo de mobilidade na região especialmente nesta época do ano, quando praticamente todos os lugares que se acessa demandam de um mínimo de compra, doação ou pagamento por serviço. O trabalho de campo foi concluído com o total de treze visitas, ocorridas no espaço dos três primeiros meses do ano de 2018 entre a comunidade de Yriapú e os espaços por onde os Mbyá transitavam ao vender artesanatos.

Todos os dias em que dirigia-me à comunidade, iniciava a visita na casa de Susana, a interlocutora que mais interagiu comigo no trabalho de campo na graduação. Susana é uma das avós da comunidade que tem uma das famílias mais extensa, artesã reconhecida, sua especialidade são as zarabatanas. Vive com seu esposo Aníbal, sua filha, genro e netos. Em algumas ocasiões seu filho, que vive na comunidade Avá-guarani de Itaipulândia no Brasil com sua esposa e filho hospeda-se na casa de Susana, bem como sobrinhos que vivem em outras cidades de Misiones passam temporadas em sua casa. Susana, sempre muito atenciosa e prestativa, auxiliava-me no que fosse possível, no contato com o novo cacique, na inserção na escola em momentos em que estava trabalhando como cozinheira, informando-me as mudanças na aldeia, relatando seus afazeres artesanais e domésticos, contando sobre as festas que ia divertir-se com seu esposo, lembrando tempos de infância e juventude, sua passagem por outras aldeias, expondo suas dificuldades e alegrias familiares. Assim também seu esposo Aníbal interagiu comigo, a respeito de aquisições novas, seu interesse por dicionários, religião, tecnologia, artesanato, pesca e política.

Quando Susana não encontrava-se em casa, buscava encontrar o cacique Alcide ou ir até a casa de Catalina e Darci para saber as novidades da família a respeito do artesanato e do trabalho de Darci quanto inspetor na escola, bem como sua vida escolar que neste período estava próximo de formar-se no ensino médio e já pensava em iniciar uma faculdade. Um dia marcante de visitas a casa de Darci foi quando eles contaram-me sobre o fato de seu filho Robin, que então já contava com doze anos, iniciava o aprendizado da talha em madeira, presenteando-me com um tucano, que seria sua segunda confecção.

Buscando uma estratégia para conter uma possível falta de dados para o tema inicial elaborado, respeito a configuração da produção artesanal na comunidade Mbyá de Yriapú, foi possível encontrar no conceito cunhado por Gell (1998) da arte (aqui no caso da produção artesanal) enquanto um “sistema de ação”⁵, assim, as amplificações que o fazer artesanal e seu discurso dentro da aldeia tem fora dela.

Buscarei então compreender o artesanato ademais de sua produção que me foi possível acompanhar, o discurso que acontece a respeito do artesanato entre os Mbyá que pude conhecer e para além das fronteiras da aldeia, onde é possível o artesanato estar e de que maneira, como é o caso da regulamentação de venda do artesanato Mbyá no Parque Nacional Iguazú (PNI) – Cataratas. Ao passo que a produção é estrita, a situação de comércio se amplifica, inclusive dentro da própria comunidade, em que as relações de comércio são tão relevantes quanto as relações de fabricação, tendo em vista que diversas vezes Susana, principal interlocutora, havia comprado artesanatos de pessoas de outras comunidades para que ela pudesse vender aos turistas nas Cataratas.

Foram realizadas visitas de campo na comunidade Mbyá Yriapú na cidade de Puerto Iguazú e nos locais de venda de artesanato, Aripuca e Parque Nacional Iguazú. No lado brasileiro estive no Centro de Visitantes da Itaipu em Foz do Iguaçu e as Cataratas. Foram realizadas entrevistas semi-informais, uma com a artesã Susana, duas com o cacique Alcide e uma com Hugo Chaves, representante responsável pela permanente venda de artesanatos dentro do Parque Nacional Iguazú – Cataratas.

No dia em que realizei a visita às Cataratas do lado argentino, me surpreendi com a quantidade massiva de turistas que passam pelo local, bem como o interesse da maioria nos artesanatos dos Mbyá. De minha parte foi feita a tentativa de adentrar ao parque mais vezes na condição de pesquisadora e não como turista, com o intuito de além da observação do espaço de vendas de artesanato, poder conversar com os turistas a respeito de suas impressões sobre o artesanato Mbyá. Entretanto o pedido foi inviabilizado, assim realizei uma ida a este local porém onde foi me concedido o contato com o responsável Hugo A. Chaves o qual disponibilizou-me todas as informações possíveis no âmbito legal das atividades desenvolvidas pelo Parque em conjunto com os Mbyá. Também entrei em contato com os responsáveis pela ONG Proyecto MATE, a qual influência em uma série de atividades voltadas ao turismo sustentável na comunidade, porém sem sucesso de respostas.

5 Tema explicitado no Capítulo 3: *Yriapú e a Questão Artesanal*.

O fazer antropológico iniciou-se com minha preocupação, em realizar um trabalho morando em campo *versus* um trabalho estritamente bibliográfico, percebo que fiquei no meio do caminho, pois ao longo do curso na pós-graduação deparei-me com leituras em que percebi o quanto esta atitude do antropólogo em viver na comunidade pode ser invasivo, pois dificilmente aceitaríamos um pesquisador em nosso condomínio, em nossa casa (JUNIOR, 2016). E tratando de Yriapú então isso mostrou-se fortemente verificável, tendo em vista que estão literalmente à margem da cidade, onde sempre estão em constantes relações e com a alta dependência do turismo gerado pelos hotéis circundantes. Isso é constatado em algumas falas, atitudes e bibliografias como sendo algo potencialmente negativo, gerando a sensação diversas vezes que eles só queriam estar em paz.

Diferente de muitos contextos amazônicos, por exemplo onde o fluxo de não indígenas é menor em comparação aos contextos vividos pelos guarani em geral (Mbyá, Kaiowá, Nhandeva) a presença do não indígena é completamente não desejada, ao passo que estão em sua convivência de maneira intensa. Entre os Mbyá do Rio de Janeiro, a autora Elisabeth Pissolato (2007) apresenta a diferença entre duas aldeias, em que uma pela proximidade com a cidade era mais resguardada com os não Mbyá enquanto a mais distante da cidade era mais receptiva.

Percebi então, como o artesanato, além do óbvio que é o fato dele estar condensado no cotidiano Mbyá, está inserido em pequenas ações que passariam despercebidas aos não treinados em olhar. Neste aspecto, convida o trabalho de Joanna Overing (1999) entre os Piaroa que tive a oportunidade de ler neste contexto de campo assim como o de A. Gell (1998), a ver estas ações que poderiam passar despercebidas, pelo simples fato de dividirmos o mundo e as coisas e não estando as pessoas fazendo o artesanato em si materialmente, não significa que ele não está sendo feito em outros planos, seja no pensamento como o caso dos Piaroa, seja nas relações projetadas para fora dos objetos como em Gell.

1.1. A ENTRADA EM CAMPO

Em busca de um elemento de comportasse as relações sociais estabelecidas dentro da comunidade Mbyá-guarani de Yriapú caminhei pelos *senderos* (caminhos) que me eram permitidos, esperando por encontros. Deparei-me primeiramente com os hotéis que estão no entorno da comunidade, adiante encontro a escola intercultural e toda uma vida diferenciada que acontece ali para as crianças e jovens tendo os adultos que queiram, a oportunidade de escolarização no período da noite. Saindo da escola, encontro o campo de futebol, onde acontecem campeonatos os quais as vezes participam os Mbyá-guarani de outras comunidades, quando não há campeonato ou os jogos

costumeiros do final de semana, as crianças ocupam o campo para jogar futebol, soltar pipa, ou brincar.

Caminhando para fora do campo, existem conjuntos de casas de madeira espalhadas entre os *senderos*, algumas a vista de quem chega a comunidade, outras atrás de enormes arbustos de bambu, outras entre as árvores. Nestas casas sempre há pessoas desenvolvendo seus afazeres do lado de fora, seja mantendo a fogueira acesa, seja cozinhando, observando o movimento, tomando mate no frio ou tererê no calor, ou fazendo artesanato.

Encontrei esta possibilidade de observação atravessando a comunidade Yriapú apenas como passagem para outra comunidade Mbyá-guarani, chamada Jasy Porã, onde pretendia desenvolver estudo na área de Etnomusicologia. Qual foi minha surpresa neste dia em ver a felicidade de Darci em rever-me em Yriapú e o desinteresse do cacique em Jasy Porã em receber-me como pesquisadora. Com meu filtro dos sonhos nas mãos como chave, Darci abriu as portas de sua comunidade ao convidar-me para ensinar aquela técnica a sua esposa, que também é artesã.

Posteriormente a primeira visita no ano de 2015, o primeiro contato com o trabalho de campo na comunidade Mbyá-guarani de Yriapú ocorreu ainda na graduação em Antropologia que iniciou-se efetivamente em abril de 2016, através de projeto de extensão vinculado a Unila⁶. O projeto denominado *Artesanato Guarani: Ancestralidade e Difusão*⁷ teve como objetivo principal a construção de um espaço de diálogo e confecção do artesanato entre as mulheres da comunidade, seguido do objetivo de contribuir a pesquisa que ali iniciava para o Trabalho de Conclusão de Curso que deveria ser submetido no mesmo período de conclusão do projeto.

Durante o período de oito meses foram realizadas incursões na comunidade de Yriapú para a realização de oficinas de artesanato, elas aconteceram entre as casas de Catalina e Susana. Como elas sabiam que eu fazia artesanato, demonstravam durante todas as visitas a vontade maior de aprender o tipo de artesanato que eu conhecia, principalmente o macramê, do que ensinar. Então, o projeto desenvolveu-se de maneira que ensinei o que havia aprendido com meus pais; pulseiras, colares e principalmente, filtro dos sonhos.

6 Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

7 Projeto de extensão que teve como coordenador o antropólogo Wender Silveira.

Figura 1: Susana confeccionando pulseira



Fonte: autora (2016).

Figura 2: Pulseiras feitas em oficina



Fonte: autora (2016).

No trabalho inicial do projeto de extensão apresentei-me a comunidade como estudante e como artesã, tendo em vista que desenvolvi artesanatos no estilo comumente conhecido *hippie* desde minha infância até a adolescência com meus pais. Este foi o impulso que levou-me a expor isso então no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e desenvolver a negociação de minha presença em campo partindo desta experiência. Tendo em consideração os significados e categorias da confecção artesanal para os Mbyá-guarani de Yriapú, desenvolvi trabalho de campo através do meu fazer artesanal tendo como um dos objetivos aproximar-me de aspectos da dimensão social Mbyá-guarani como a de construção de vínculos e a sociabilidade em interações onde prevalecia a unidade doméstica familiar.

Deste modo, a primeira realização de trabalho de campo que tive na comunidade teve como aspiração inicial e objetivo principal analisar a atuação do artesanato Mbyá-guarani na construção de vínculos e sociabilidade da comunidade indígena Yriapú, utilizei da observação participante, praticando artesanato junto das mulheres. Os momentos das minhas idas à comunidade apresentaram o que tentou-se expor no Trabalho de Conclusão de Curso, que de fato o artesanato como elemento fundamental na comunidade age em diferentes escalas na construção de vínculos e na sociabilidade da comunidade. Para isso, apresentei os dados obtidos no trabalho de campo, a prática do artesanato para além da venda, os consensos sociais a respeito da produção artesanal, os discursos que envolviam os momentos de produção.

Levando em consideração que o trabalho de campo no primeiro momento desenvolveu-se a partir do meu fazer artesanal, usado no início como entrada, acabou sendo articulador da minha

presença, da minha própria construção de vínculos e sociabilidade em detrimento da observação de situações espontâneas de produção de artesanato Mbyá-guarani. Mantive o interesse em poder trazer relações entre artesanato e características da dimensão social Mbyá-guarani de Yriapú. Nesta segunda ida ao campo já na pós-graduação pude encontrar nas falas esta dimensão social além da comunidade, com base nos relatos das artesãs e artesãos que explicitavam para mim a necessidade de confecção, a venda do artesanato nos pontos turísticos da região, os acordos com os não Mbyá e os locais fixos onde se desenvolviam políticas internas de funcionamento da venda e produção deste artesanato.

Também é preciso destacar que no trabalho de campo realizado em 2015 o núcleo onde realizei as visitas era a casa de Catalina e Darci, com visitas esporádicas a casa de Susana, enquanto no trabalho de campo realizado em 2018 a situação inverteu-se, a família de Catalina e Darci havia se mudado para uma área 1 km de distância de sua antiga casa, agora mais reservada da comunidade, então passei a dedicar as visitas a casa de Susana e seu esposo Aníbal. Neste segundo momento do trabalho de campo diferente a primeira vez, não confeccionei artesanato com as mulheres, pois interessava a pesquisa a interlocução dos atores envolvidos, a observação da produção do artesanato na comunidade e sua circulação através dos principais pontos de venda.

1.2 O SEGUNDO MOMENTO EM CAMPO

Iniciou-se no dia 19 de janeiro de 2018 o trabalho de campo que desenvolvia-se então na pós-graduação, tendo através da observação participante como objetivo principal descrever a configuração da produção artesanal Mbyá-guarani na comunidade de Yriapú, seguido do objetivo em identificar de que maneira ela relaciona-se com os contextos não Mbyá em que está inserida.

Vivendo em Foz do Iguaçu na ocasião, saí da cidade por volta das 14:00. O trajeto que então retomava neste momento foi o mesmo em todas as visitas de campo, o mesmo trajeto que optam muitos turistas pela rota Foz – Argentina. A entrada no país feita através do lado brasileiro é muito maior em fluxo de pessoas do que o contrário, aqueles que estão de passagem pela Argentina para entrar no Brasil. Pegava dois ônibus para chegar até a comunidade, sendo um deles, o internacional o que sempre contava em sua maioria com turistas do que com moradores locais. As linhas de ônibus que fazem o trajeto Foz do Iguaçu – Puerto Iguazú são a brasileira Itaipu e as argentinas Crucero del Norte e Rio Uruguay. A taxa de embarque varia no mínimo uma vez ao ano, mas no período estava R\$ 5,00 reais. O ponto principal deste ônibus é ao lado do Terminal de Transporte

Urbano de Foz do Iguaçu – TTU, local onde cotidianamente em época de temporada ou não, estão turistas de várias partes do mundo indo para um passeio nas Cataratas e na vida noturna de Puerto Iguazú e regressando mais tarde para algum hotel no Brasil, ou, indo para ficar alguns dias em algum hotel argentino. Ao lado do ponto de ônibus há um ponto de táxi, em que os motoristas sempre estão a oferecer seus serviços. Geralmente famílias optam pelo táxi, enquanto duplas ou mochileiros optam por esperar o ônibus.

Destaco este fato a respeito do trajeto pois foi o meio principal de acesso a comunidade para realizar o trabalho de campo, como para uma parte significativa de turistas também acaba sendo a única opção, por ser o mais barato. Outros turistas que não utilizam desta via, geralmente estão em hotéis de elevada categoria, tanto em Puerto Iguazú como em Foz do Iguaçu, hotéis que oferecem pacotes de ida em vans às Cataratas, às festas e restaurantes de Puerto Iguazú.

O trajeto desde o Brasil passa obrigatoriamente pelas aduanas brasileira e argentina tendo o acesso mais rigoroso nesta última, indo de carro, a aduana argentina é como pedágio, conta filas de carros que chegam a congestionar por horas na temporada. Indo de ônibus, o trajeto é mais rápido, porém todos os passageiros devem descer, apresentar-se no posto aduaneiro, dizer onde vão e quantos dias pretendem permanecer no país, saindo desta sala, passam por um raio-x, bem como suas coisas, o ônibus, depois de uma vistoria interna, aguarda em frente seus passageiros.

O ponto de ônibus mais próximo a aldeia é poucos metros após a saída da aduana, localizado na entrada da cidade. Caminha-se retornando à estrada em alguns metros por onde veio o ônibus, passando a principal rotatória da entrada da cidade, que divide a estrada Ruta 12 que atravessa o estado de Misiones, entra em um matagal pelo seu acostamento⁸. Este local é feito exclusivamente para carros, cabendo aos pedestres arriscar-se pela estrada, pelo matagal ou por uma estrada deserta de chão batido ao lado da Ruta 12. Por esta via, passando pelo Instituto Tecnológico de Misiones (ITEC) em uma rua paralela a estrada Ruta 12, virando à esquerda no sentido de quem vem da cidade, entra em uma estrada, chamada “El Dorado” que divide a planificação feita há mais de 10 anos por autoridades do estado de Misiones. Esta área chama-se *600 hectáreas*, ou Selva Yriapú. De um lado da estrada estão as áreas negociadas dos hotéis, enquanto do outro, estão os acessos às comunidades da área. No início desta estrada estão distribuídos cartazes dos hotéis e serviços, como as *caballerías* (estrebarias) tendo antes da placa anunciando a Selva Yriapú, dois locais destes, que oferecem passeios de cavalos aos turistas nesta área.

8 Mapa descritivo apresentado no próximo capítulo.

Figura 3: Acesso à comunidade Yriapú



Fonte: autora, 2018. Puerto Iguazú.

Figura 4: Caminho “El Dorado”; Propaganda dos hotéis



Fonte: autora, 2018. Puerto Iguazú.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

No capítulo presente é explanado o contexto em que a pesquisa teve início e de que maneira transformou-se entre a primeira imersão ao campo no contexto do Trabalho de Conclusão de Curso e posteriormente tornou-se a pesquisa que resultou nesta dissertação. Através da observação participante, tendo como objetivo principal descrever a configuração da produção artesanal Mbyá-guarani na comunidade de Yriapú, seguido do objetivo em identificar de que maneira ela se relaciona com os contextos não Mbyá em que está inserida, disserto nos seguintes capítulos sobre a etnografia realizada a partir de tais questionamentos.

No segundo capítulo são apresentados os Mbyá-guarani e a comunidade Yriapú. Para isso é realizado um breve contexto histórico das populações Guarani e Mbyá, as práticas tecnocômicas desenvolvidas por eles que se reorganizavam através dos processos desencadeados pela invasão do continente por parte dos europeus, resultando nas guerras de independência e o arranjo do Estado. Posteriormente, é apresentada a comunidade Mbyá-guarani de Yriapú, localizada na cidade de Puerto Iguazú, no estado de Misiones, Argentina. Nesta comunidade fundada no ano de 1976 vivem aproximadamente 530 pessoas. O *Nhandereko* que é o jeito de ser e viver dos Mbyá é explicitado nesta parte do trabalho.

No terceiro capítulo é mostrada a relação da comunidade Yriapú com a questão artesanal. Primeiramente é necessário que as noções de “Arte” e “Artesanato” sejam explicitadas, para isso se falará desde a Antropologia da Arte. Posteriormente é apresentada uma das questões principais deste trabalho, a problemática do “original” *y'pará* e da “cópia” *ta'anga*, assim revelando como o mito da criação do homem e da mulher por Nhanderú relaciona-se com a categoria artesanal, apontando ainda para um terceiro elemento, que é a produção de elementos visuais do discreto e ritualístico *y'pará* convertida em *ta'anga* para a venda. Dádivas e mercadorias também tangem a relação Mbyá com a produção artesanal.

Para ilustrar as questões apresentadas, por fim, o capítulo fala a respeito da produção artesanal em Yriapú e como tal produção é considerada um *sistema de ação* (GELL, 2016) o qual opera a rede de arte através de quatro elementos: artista, índice, protótipo e destinatário por meio de agente e paciente. Tais conceitos são detalhados no capítulo mediante da configuração artesanal que desenrola-se na comunidade.

Ainda no terceiro capítulo é retratada de que maneira a produção artesanal é realizada e exposta, que tipos de artesanatos são confeccionados e em que locais eles são distribuídos na cidade, tendo como foco a regulamentação, exposição e venda no Parque Nacional Iguazú (PNI) – Cataratas.

Por fim, o quarto capítulo é um intento em relacionar o artesanato Mbyá-guarani na Argentina com a questão do Patrimônio. O discurso patrimonial e seu desenrolar se dá em ações, objetos, paisagens e agentes, sendo disputado por interesses e demandas de diferentes atores. No contexto da comunidade de Yriapú, sua produção artesanal relaciona-se profundamente com a exposição mundial das Cataratas do Iguazú, declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como Patrimônio da Humanidade no ano de 1984, as organizações estatais que mantêm seu acesso e controle trazem fortemente em seus documentos fundacionais o discurso da preservação e fomento do patrimônio material e cultural Mbyá-guarani. Tendo isso em vista, levando em consideração toda a problemática que envolve o discurso patrimonial, defende-se neste capítulo a possibilidade de ser o artesanato Mbyá-guarani reconhecido enquanto patrimônio de maneira desvinculada do Parque Nacional Iguazú – Cataratas.

2. OS MBYÁ-GUARANI E YRIAPÚ

Para a compreensão do que hoje é denominado população Mbyá-guarani, seu modo de ser, sua distribuição territorial e a mínima compreensão possível de ser transcrita em palavras de sua cosmologia, é preciso um levante histórico dos caminhos que possivelmente os trouxeram a este tempo atual. Não pretende-se estender a uma ampla historiografia levando em consideração o foco desta pesquisa, que é o artesanato Mbyá-guarani e sua circulação. A produção bibliográfica a respeito da arte e do artesanato Mbyá-guarani apesar de discreta resulta em complexas análises, entretanto, no momento, intenta-se refletir o tema com a proposição das transformações históricas que se imprimiram na arte guarani ao longo do tempo. Para isso, é apresentado o contexto passado dos Guarani, enfocando na medida do possível os desdobramentos até os Mbyá-guarani.

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

O termo Guarani foi tornando-se entre os conquistadores e seus relatos, uma designação genérica, estendendo-se entre grupos que aparentemente apresentavam sinais de homogeneidade cultural e linguística (MELIÁ, 1988). O processo de migração e assentamento dos Mbyá-guarani ocorreu de maneira lenta porém contínua, a qual também em relação a outros povos, aconteceu entre guerras e acordos pacíficos (SUSNIK, 1994 apud ESCOBAR, 2014).

Historicamente, o contato entre os Povos Tupi Guarani e os agentes da colonização europeia foram marcados pela imposição de uma relação de poder sempre desfavorável ao elemento indígena. Autores afirmam que anteriormente à invasão europeia, os Guarani eram uma população de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas (CLASTRES, 1979). Durante trezentos anos, os povos indígenas em geral foram ao mesmo tempo objeto de repúdio e fetiche para os colonos que ambicionavam tomar-lhes suas terras, seus conhecimentos e, posteriormente, sua força de trabalho.

É necessário relatar ainda que brevemente as etapas passadas pelos Mbyá-guarani entre a invasão europeia, a colonização e conseqüentemente, a evangelização. A invasão europeia no continente sul-americano, tida como “conquista” iniciou-se no século XVI. Nesta situação, frente às diversas populações indígenas, os europeus relataram estas populações em um primeiro momento sem distinções entre si, tratados apenas enquanto “selvagens”. Algum tempo depois as relações foram desenrolando-se em situações de alianças e rivalidades em defesa de recursos (OKULOVICH, 2013).

Em Cadogan (1959) os Mbyá-guarani são considerados a parcialidade dos guarani que permaneceram mais afastados nas florestas retiradas da região do Guaira, evitando ao máximo contato com os brancos, seriam os portadores da tradição religiosa guarani (CADOGAN, 1959) que posteriormente ficaram conhecidos como “monteses”, ou habitantes do monte (floresta).

Entretanto, retomando a questão dos primeiros séculos de colonização dos povos Tupi-Guarani, que então habitavam a região da bacia dos rios Prata, Paraguai e Paraná, relacionaram-se com três agentes da expansão europeia: os projetos missionários dos padres franciscanos e jesuítas, os conquistadores espanhóis da bacia do Prata e os bandeirantes paulistas. Os primeiros séculos de contato teriam resultado em transformações irreversíveis, entre as quais se destacam a diminuição demográfica, a circunscrição territorial, as crises de autoridade e “o suposto impacto da experiência missionária sobre a religião e religiosidade dos índios” (MONTEIRO, 1998, p. 476).

A maioria dos grupos nativos estavam nas florestas tropicais e subtropicais, ao longo do litoral e entre os principais rios do sistema Paraná-Paraguai (MONTEIRO, 1998, p. 447). No século XVI, os nativos Guarani ocupavam uma extensa região na América do Sul Meridional indo do Chaco até o Atlântico, onde atualmente situam-se os Estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, assim como partes de países vizinhos como Argentina, Paraguai e Bolívia.

Os guarani logo foram identificados, percebeu-se sua distribuição territorial em extensas distâncias, a qual os conectava através do “parentesco, reciprocidade e solidariedade”, tais aspectos foram aliados dos europeus para justificar aproximações e unir-se ou não em rivalidade para com outros povos. Na situação de Misiones, especificamente, os primeiros identificados enquanto missionários foram os franciscanos e posteriormente os jesuítas (OKULOVICH, 2013, p. 128).

Os jesuítas ingressaram na selva missionária com o intento de empreender a evangelização dos guarani de igual caráter messiânico, em que prestavam os discursos dos nativos líderes religiosos que incentivavam as migrações, assim claramente estavam postas dois tipos de sociedades, com dois tipos de liderança (BARTOLOME, 2009, p. 56). O considerado líder dos jesuítas, Antonio Ruiz de Montoya, teve uma visão mística a qual lhe entregava sua vocação para o empreendimento das missões, as quais tinham por discurso, levar os guarani ao paraíso, assim como os heróis nativos (líderes guarani) (idem).

Empreendida no ano de 1608, as reduções jesuíticas iniciaram no Guaira e em 1612 ocorreram os ataques dos bandeirantes às missões, com a intenção de capturar escravos. Entretanto, é necessário levar em conta “a invenção do sistema de reduções” (POMMIER, 2007 apud OKULOVICH, 2013, p. 131) que em 1641 consistiu em armar os guarani a favor da Espanha para o primeiro embate contra os bandeirantes em solo missioneiro (idem). Não cabe aqui o extenso histórico das reduções, entretanto, é preciso expor a situação da coerção jesuítica frente aos guarani da floresta missioneira, momento que teve seu desfecho com a expulsão dos missionários em 1767 (ibdem).

Ademais das reduções jesuíticas que buscavam concentrar a população guarani em menor território, a redução populacional indígena decorrente do contato com o colonizador levantou um instigante problema com relação a demografia guarani antes da invasão, e é tema de relevo dentro da etno-história Guarani. Existem dois estudos de destaque sobre o assunto. O primeiro é o de John Hemming (1978, p. 487-501 apud MONTEIRO, 1998) e o segundo de Pierre Clastres (1979). No primeiro caso, Hemming realizou um levantamento de todas as fontes etnográficas e históricas envolvendo as populações guaranis do território brasileiro e estimou uma densidade demográfica de aproximadamente 258 mil índios.

Os estudos de Hemming são, entretanto, controversos. Além de ser uma cifra tímida, metodologicamente seu trabalho careceu de respaldo empírico porque baseavam-se em fontes escritas, portanto parciais, sendo que os próprios dados de suas fontes contradiziam suas conclusões. Para a região do Guaira, ele atribui uma população de 70 mil Guarani, apesar de as fontes espanholas do final do século XVI e jesuíticas do início do XVII estimarem entre 40 mil e 200 mil fogos ou famílias, ou seja, entre 200 mil e 1 milhão de indivíduos (MELIÀ, 1988). Além do problema metodológico para realização dos cálculos Hemming chegou ao ponto de confundir a “lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, com a região denominada Patos que nos séculos XVI e XVII se referia a Laguna, em Santa Catarina” (MONTEIRO, 1998, p. 78) e por isso seus estudos foram considerados pouco relevantes.

Diferente dos estudos de Hemming que pouco contribuíram para o entendimento da demografia Guarani, os estudos de Pierre Clastres foram essenciais, pois ampliaram perspectivas etnográficas e historiográficas “clássicas” sobre a inexistência de grandes contingentes populacionais indígenas ocupando as florestas e campos antes da invasão. Clastres seguiu as

observações que Hanz Staden utilizou para calcular a demografia Tupinambá entre o Rio de Janeiro e São Vicente. Staden estimou que para cada aldeia existiria um território circundante de 150 km² e uma média de 600 habitantes. Nessa linha, Clastres projetou para o território Guarani no século XVI, 350 mil km² e um total de 1,5 mi de habitantes buscando respaldo científico no método de regressão estatística da escola norte-americana de Beckley, Chicago.

No entanto, o cálculo continuou impreciso, pois os estudos de Clastres continham uma série de equívocos. Em primeiro lugar, sua afirmação de que o território Guarani era homogêneo de limites conhecidos, e portanto, mensurável (CLASTRES, 1979). Na sequência, a impossibilidade de comprovar um número exato de habitantes por aldeia, assim como de precisar o tamanho do território, uma vez que elas variavam de acordo com as circunstâncias históricas. Haviam, por exemplo, aldeias recém-fundadas que contavam com um número muito menor de habitantes do que aldeias mais antigas, assim como existiam aquelas aldeias que serviam de refúgio a milhares de índios migrados das reduções ou colônias. O último equívoco cometido por Clastres foi ocasionado por uma análise pouco sistemática das fontes que redundou, de acordo com Melià, em uma matemática “simples e ingênua” (MELIÀ 1988, p. 48-9 apud MONTEIRO, 1998 p. 478).

Mesmo não esclarecendo muito sobre as características demográficas das populações indígenas às vésperas da invasão, o estudo de Clastres quando colocado lado a lado com os efeitos colaterais do contato com o colonizador (ou seja, a redução abrupta da população em função do fator epidemiológico e o recuo estratégico da população) dão sustento à hipótese de que o tamanho e a densidade da população litorânea e circundantes das regiões pluviais eram maiores do que aquelas que posteriormente habitaram as florestas. Esta noção geral parece ser confirmada pelas investigações arqueológicas, que sugerem um processo de diminuição no tamanho das aldeias, acompanhado por um “empobrecimento” da cultura material entre os séculos XV e XVII (MELIÀ, 1988, p.53 apud MONTEIRO, 1998 p. 480).

Durante os séculos XVI e XVII duas figuras políticas destacam-se nas fontes sobre as sociedades guarani, a do cacique e a do profeta (*karai*), ambos numa posição de liderança, tanto na resistência aos colonos quanto nos conflitos contra as nações indígenas inimigas (H. CLASTRES, 1989).

Acredita-se que entre os povos nativos às vésperas da invasão o cenário político era constituído por complexas configurações de aliança e conflito entre grupos locais, bem como entre

grupos Guarani e outras sociedades indígenas, especialmente os Guaykuru e Kaingang. (MONTEIRO 1998, p. 480). Entretanto, o significado da guerra para as sociedades Guarani parece ter sido negligenciado pela academia em prol do aspecto religioso, fazendo com que o conhecimento sobre esse aspecto — tão presente atualmente nessa sociedade — ficasse ofuscado. A guerra como motor cultural restringiu-se às sociedades Tupinambás. Ainda assim, são muitos os relatos históricos que mencionam a disposição dos Guarani para a guerra.

Outro aspecto intrigante da cultura organizacional Guarani pré-colonial é a dúvida sobre a existência ou não da instituição do cacicado antes do contato. Ela teria se estabelecido mediante um processo legitimamente autóctone ou emergiu de uma reconfiguração organizacional devida as circunstâncias da conquista? O estado do conhecimento sobre o cacicado pré-colonial é insatisfatório. O que se sabe sobre a instituição é que durante o século XVII grandes extensões de terra eram colocadas sob a liderança de uma única chefia. Assim, as denominações Guairá, Tayaoba e Guarambaré, entre outras, além de nomes de “caciques principais”, também se referiam a unidades territoriais abrangentes (MELIÀ, 1988).

Ainda que a sociedade Guarani tenha desenvolvido-se sem a presença do Estado enquanto aparato político que unificasse as diferentes populações e as diversas variedades linguísticas (CLASTRES, 1979), não significa que lhes faltavam organização. Por outro lado, a questão da chefia estava atrelada a um aspecto fundamental da etno-história Guarani que era o profetismo. A busca pela “terra sem mal” ou paraíso terrestre pelos *karai*, (profetas que se opunham ao chefe dos grupos) estava profundamente ligada as transformações culturais e sociais decorrentes do contato com a ‘civilização’ (SCHADEN, 1962, p. 175-176).

As comunidades guarani não possuíam um “chefe de Estado” com autoridade coercitiva, mas possuíam uma figura que através da sociedade se reconhecia seu prestígio, utilizando da “palavra” como elemento pacificador e mantenedor da ordem, com o intuito cosmológico de estar de acordo com seus antepassados (CLASTRES, 1966, 1974). Excepcionalmente, nos casos de guerra eram os únicos momentos em que esperava-se que o chefe exercesse o mínimo de autoridade, baseada em sua destreza enquanto guerreiro.

Quem também aprofundou o tema sobre conflitos entre os diferentes tipos de autoridade nas sociedades Guarani foi Helene Clastres (1968). Tentando chegar ao entendimento da dinâmica do movimento profético mediante análise de discurso dos *karai*, Helene inferiu que o profetismo

Guarani nada tinha a ver com o messianismo, uma vez que se tratava de conflitos internos à sociedade nativa e não externos. Helene também deixou sua contribuição ao constatar que o elemento religioso era o elo unificador da cultura Guarani afirmando que “todo o pensamento e prática religiosos dos índios gravitavam em torno da Terra sem Mal” (H. CLASTRES, 1978, p. 51). Essa perspectiva foi muito bem-aceita e ocupou um lugar central dentro da etnologia guarani como confirmam os trabalhos anteriores de Nimuendaju (1914), Metraux (1979), Cadogan (1959) e Schaden (1974).

Em Nimuendaju a cataclismologia ocupava lugar central nas práticas sociais dos guarani (NIMUENDAJU, 1987), enquanto que em Cadogan (1959) isso era reforçado com a divulgação de textos sagrados, ou as belas palavras dos Mbyá-guarani, surgindo assim a proliferação de uma centralidade no guarani religioso (PISSOLATO, 2007, p.4) associado ao profetismo que buscava a “terra sem mal”.

Mas o uso corrente do conceito de *terra sem mal* presente nesses trabalhos deixou de lado um importante exercício reflexivo: questionar a sua historicidade. Bartolomeu Melià foi o primeiro a questionar a historicidade do conceito “*yvy marã ey*”, frequentemente interpretado como “*terra sem mal*”. Melià tomou como referência o dicionário *Tesoro de la Lengua Guarani* do padre Ruiz de Montoya que atribuía ao conceito de “*yvy marã ey*” o significado de “solo intacto, que não foi edificado”. Sendo assim, Melià advertiu: “o uso do termo inspira cautela, uma vez que haveria uma considerável distância entre o ‘solo intacto’ dos séculos XVI e XVII e a ‘terra sem mal’ dos séculos XIX e XX, ambas *yvy marã ey*. Remetendo-se a significativas mudanças nos padrões de ocupação e deslocamento territoriais, esta distância seria tanto semântica quanto histórica”. (MONTEIRO, 1998, p. 482).

Então Melià notou um elemento comum entre a constante busca por novas terras e as migrações proféticas: a busca por um lugar propício, tanto do ponto de vista de geográfico quanto espiritual, para recriação de “um modo de vida autenticamente guarani, quer pela renovação do local de assentamento, quer pelo reencontro com uma terra mítica” (MELIÀ, 1988, p.105 apud. MONTEIRO, 1998, p. 482). Segundo Melià a restrição espacial ocasionada pelo avanço dos colonos teria validado o discurso cataclismático do profetismo. O autor questiona ainda a hipótese de que encontrar a *terra sem mal* tenha sido o objetivo principal do movimento de migração dos *karai*, uma vez que eles também utilizaram do discurso profético para encabeçar rebeliões contra os colonos.

A sociedade Guarani entra na história no momento e na medida em que entra no Estado (MELIÀ, TEMPLE, 2004, p. 204). O período que compreende os anos a partir do século XIX segundo Melià pode ser tido como o momento em que surge a moderna etnografia dos Guarani, a partir do estudo dos Guarani tido como sobreviventes, grupos periféricos, sem Estado, selvagens (moradores livres da floresta) (idem). Desta maneira, assumiu-se um recorte entre os “Guarani históricos”, baseado nos relatos da conquista e dos eclesiásticos e um segundo momento, os “Guarani etnográficos” que inicia-se a partir dos viajantes do final do século XVIII e pode incluir até os antropólogos (ibdem).

O avanço dos colonos espanhóis sobre as sociedades Guarani, acompanhado pela noção de “conquista”, são frequentemente interpretados com um processo contínuo, homogêneo e inclusive fácil. Entretanto, ao contrário do que se supõe, a relação entre as sociedades Guarani e os colonos espanhóis no primeiro século de contato se deram de maneira muito mais complexa que o da mera dominação. Infere-se com base na etno-história que para adentrar o território indígena os colonos espanhóis estabeleciam alianças com os líderes das aldeias, frequentemente sustentadas através do casamento.

Essas alianças, além de terem facilitado a inserção do colono, cumpriram com quatro objetivos. Em primeiro lugar: mobilizar guerreiros para lutarem contra outros grupos indígenas resistentes ao avanço colonial; em segundo lugar: apropriação dos produtos de subsistência excedentes para o sustento da população espanhola; terceiro objetivo, estabelecer núcleos de povoamento contatando com a inserção das mulheres Guarani e a conseqüente aparição de uma sociedade mestiça; e finalmente, a apropriação da força de trabalho indígena para levantamento das cidades e seguimento das atividades econômicas espanholas (MONTEIRO, 1998).

Essas alianças por sua vez estavam longe de serem relações estáveis, sobretudo quando se tratava da imposição de práticas coercitivas visando a potencialização do poder espanhol sobre a mão de obra indígena. Essas práticas colocavam em risco dois elementos essenciais ao modo de ser Guarani: a liberdade e a sua identidade. Portanto, ainda que a liberdade indígena fosse parte importante da política indigenista da região, a escravidão e outras formas de serviço obrigatório — como o *yanaconato* — passaram a dominar as relações entre os colonos espanhóis e os Guarani (GADELHA, 1980; ZAVALA 1977 apud. MONTEIRO, 1998 p. 484).

2.1.1 Das práticas tecno-econômicas

As atividades técnicas estariam atreladas a uma economia de subsistência, o que requeria uma exploração e conhecimento dos territórios com delimitações naturais, tais como rios ou florestas, onde instalavam-se e desenvolviam atividades como caça e pesca, também em outros casos a construção de objetos que permitiram além destas atividades, o cultivo do solo, causando grandes transformações territoriais (CLASTRES, 1979).

Os Mbyá-guarani confeccionavam cestos para coleta ou transporte de alimentos e outros objetos, bem como artefatos em madeira, fibras e purungos, como barcos e suas vestimentas em algodão (SUSNIK, 1994). A cerâmica foi de produção menor, entretanto encontrada de maneira que era usada nos afazeres domésticos como o cozimento de alimentos (OKULOVICH, 2013, p. 103).

Todavia, as práticas consideradas enquanto a tecnologia e economia de subsistência dos Mbyá-guarani têm seus estudos passando primeiramente nas populações Guarani de modo geral, isso porque os estudos arqueológicos definem um período anterior a subdivisão dos grupos, mas o que se tem por comum entre todos os grupos, é que a organização político-territorial e sua consequente produção material é tida muito mais enquanto hipótese do que demonstrada, por isso tantos embates entre autores que disputam quantidade de pessoas e períodos de ocupação. Ainda assim não se pode deduzir sobre as práticas tecno-econômicas além do que se apresentam nos sítios arqueológicos, como demonstra Noelli (2004) “sob a unidade linguística e cultural os Guarani apresentavam agrupações independentes, circunstancialmente inimigas, compostas de comunidades, estruturas e dimensões variáveis” (NOELLI, 2004, p. 02).

Registros arqueológicos confirma a presença dos guarani no estado de Misiones já há dois milênios, assim como na região denominada Selva Paranaense ou Mata Atlântica que reproduz o meio ambiente em que estavam adaptados os guarani meridionais, o que significa que dita população passou por dois mil anos de adaptação a um ecossistema específico, do qual não obtêm somente seu sustento, mas também compõe a base do sistema religioso. Isso leva a refletir que o fundamento cosmológico está na relação simbiótica com a mata e seu modo de relacionar com ela os aspectos da crença, os ritos e os mitos (BARTOLOMÉ, 2009, apud OKULOVICH, 2013, p. 107).

É possível analisar as transformações as quais passaram os objetos a cultura material Guarani em quatro principais marcos temporais: antes da invasão europeia, após a invasão, após a independência e irrupção da organização estatal (OKULOVICH, 2013).

2.1.2 Antes e após a invasão

A arte considerada pré-colonial tem como referência os objetos deixados em cerâmicas que hoje compõem acervos de museus, como é o caso da Sala Dra. Branislava Susnik no interior do Museu Barbero, em Assunção, capital do Paraguai. O local conta com a exposição da cerâmica arqueológica e etnográfica dos Guarani: urnas, panelas, cachimbos, vasos de água e fragmentos de cerâmica adornada com grafismo. Mesmo com a generalização no termo “Guarani” apresentado no website do museu⁹, a autora Eva Okulovich (2013) explica que baseado em análise (SUSNIK, 1994) realiza-se um ordenamento da cerâmica segundo as técnicas de modelado e terminação de superfície, assim, sendo possível caracterizar por grupos e expor as cerâmicas referentes a estes distintos grupos que habitaram a região que hoje conhece-se como Paraguai.

Distingue-se a cerâmica guarani por caracterizar-se tendo o uso da técnica de modelado em espiral por superposição de barras cilíndricas de barro e o uso de ossos, carvão vegetal, restos de outras cerâmicas e coco triturado (OKULOVICH, 2013, p. 439). Os Chiriguano-Guarani que migraram do Paraguai no século XVI dominaram os antigos povoadores pré-andinos Chané-Arawak e assimilaram alguns elementos culturais que se podem observar na cerâmica (idem), traços bicromados, impressões distintas e elaboradas para servir bebida fermentada de milho e comidas, enquanto para água eram lisos. Diferencia-se assim, da cerâmica dos habitantes do Chaco, ou, *chaquenhos*, que tinham a cerâmica basicamente de pertencimento utilitário. As evidências arqueológicas mostram que os Guarani chegaram a ocupar as melhores terras da bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai e a parte mais baixa da Cordilheira (MELIÀ, 1990).

Atualmente, o que se especula em relação a arqueologia guarani, especificamente a Mbyá, vincula-se segundo as transformações que passaram os artefatos em cerâmica sob o domínio jesuíta com relatos que se fazem nas aldeias, respeito ao uso da cerâmica, por exemplo, no *petyngua* (cachimbo) como foi relatado em conversa com Aníbal na comunidade Yriapú, como também outros interlocutores informaram a autora Eva Okulovich (2013), a confecção de vasilhas para

9 <https://www.museobarbero.org.py/>

quando não se encontra cabaças, recipiente para a preparação de bebidas, cozimento de alimentos e urna funerária (OKULOVICH, 2013, p. 443).

As reduções jesuíticas¹⁰, consideradas marco no que diz respeito a invasão europeia, não buscaram promover a expressividade nem o talento guarani, mas sim promover e reproduzir um sistema de representações que, com a cópia de modelos auxiliaria a desenvolver a fé junto dos argumentos da beleza (ESCOBAR, 2010). Esta atribuição do que se deve a arte guarani ou a arte jesuíta dissolve-se com o contato, os guarani que até então não exerciam esculturas figurativas, passaram a confeccionar santas produzidas que não possuíam coroa e a fisionomia alcançava a das mulheres indígenas, assim como as dos anjos. Mesmo com este novo produto fruto do contato, a autora Eva O. argumenta que enquanto para o artista europeu buscava-se o “belo”, para o guarani o objeto artístico deveria manifestar uma “natureza superior de poder”, ou seja, ser um objeto “mágico” (OKULOVICH, 2013, p. 446).

2.1.3 Após as guerras de independência

Com os acordos e tensões estabelecidos entre os mandantes europeus da colonização, decidiu-se pela extinção das missões jesuíticas. Com isto, os guarani enfrentaram um outro período de invasões, desta vez tramadas a luz das guerras de independência, que causaram estragos inestimáveis para os povos das zonas onde estabeleceu-se primeiramente as missões. Com o intuito de sobrevivência e para não serem capturados, os guarani avançaram cada vez mais para dentro das matas, além de reduzirem a mínima expressão às pinturas corporais e adornos plumários coloridos e exuberantes, os quais haviam descrito os primeiros conquistadores (MONTROYA, 1892 apud OKULOVICH, 2013).

2.1.4 A irrupção do estado

Após um período denominado pelos anciãos Mbyá de “cem anos de silêncio”, o qual permaneceram nas selvas paranaenses evitando todo o tipo de contato, foi a vez do *jurúa* (homem branco) chegar até os Mbyá. Desta vez não buscavam atacar fisicamente os Mbyá mas estavam desconfigurando o espaço territorial para a construção de casas e extração de madeira, sob vista do

10 Aqui não entrarei em detalhes a respeito da historiografia das reduções jesuíticas, que pode ser consultada em *História e arte guarani: interculturalidade e identidade*, Marilda Oliveira (2004). No entanto, é possível refletir a produção das cópias em grande escala pelos guarani dos objetos originais dos jesuítas, abrindo a possibilidade da existência de outro tipo de original e cópia do que nos termos tratados em *y'pará* e *Ta'anga* no capítulo 3 “Yriapú e a questão artesanal”.

estado que formava-se com o chamamento de imigrantes para tornar as terras vazias em produção. São várias as etapas da colonização operada pelo estado argentino (OKULOVICH, 2013, p. 451).

“Se fala da resistência de um povo encurralado diante da perseguição bandeirante, as reduções jesuíticas, evangelização, alistamento compulsivo aos exércitos, enfermidades, morte e refúgio nas selvas até a depredação ecológica de seu cosmos, produzida pelo desmonte e desterritorialização causado pela população regional proveniente a pós-guerra europeia, cuja concepção de progresso, fundada na imagem de campos e plantações de sua terra natal, obrigou aos nativos a suportar a violência perpetrada até seu sociobiocosmos, alterando brutalmente sua cosmologia predatória tradicional. Esta perspectiva dá lugar a compreensão do conceito de “inimigo” atribuído aos *jurúa*” (OKULOVICH, 2013, p. 450).

Após este processo de identificação do branco enquanto corresidente em seu território, os objetos que correspondiam a uma cultura material Mbyá que possuía como repertório a cestaria instrumental e funcional atribuída ao uso das mulheres (e a confecção pelos homens) e o arco e flechas atribuídos aos homens, foram observados pelos novos moradores e converteram-se em objeto de seus desejos (OKULOVICH, 2013 p. 450). Com isto, os Mbyá aos poucos foram elaborando as formas de trocas e circulação de seus objetos de acordo com aqueles outros objetos dos *jurúa* (brancos) que lhes causavam curiosidade ou por fim, necessidade, como foi o caso dos alimentos que tornaram-se cada vez mais difíceis de serem coletados ou caçados devido ao desequilíbrio que vinha sendo gerado pela derrubada intensiva das matas, afastando os animais, destruindo plantas alimentícias e posteriormente os tornando de fato inexistentes. Mesmo com o início de trocas de objetos entre os Mbyá e os imigrantes e posteriormente colonos e argentinos, esta relação não se deu de maneira simétrica ou amistosa. Situações de interculturalidade estão imbricadas em relações de poder e conflito (GOROSITO, 2006).

2.2 OS MBYÁ-GUARANI DE YRIAPÚ

A extensão territorial ocupada atualmente pela população guarani distribui-se entre as fronteiras dos países Argentina, Brasil, Bolívia e Paraguai. Existem quatro diferentes denominações étnicas sob o tronco linguístico guarani: Avá, ou Nhandéva, localizados no sul do Brasil, Paraguai, Bolívia e a parte Argentina que compreende Misiones e Salta. Os Kaiowá que estão parte no Brasil e parte no Paraguai. Os Aché localizados no Paraguai e os Mbyá no sul do Brasil e parte da Argentina, no estado de Misiones (MONTARDO, 2002). Registros etnográficos da bibliografia antropológica evidenciam a mobilidade e a coexistência destes grupos (SILVA, 2007).

Em 2007, a população guarani fragmentava-se aproximadamente em 6.500 habitantes na Argentina, 43.000 no Paraguai e 51.000 no Brasil, somando mais de cem mil habitantes, com alta taxa de crescimento demográfico. Destes, os Mbyá são aproximadamente de 27.000 pessoas (GRUMBERG, 2008).

Na província de Misiones, em 1993 dados apontavam cerca de 3.700 indivíduos Mbyá (ROJAS apud ASSIS, 2004), em 1999 seriam de 3.800 (BRIGHENTTI, 2001). No ano de 2010 se reconhecem como indígenas ou descendentes de povos indígenas mais de 13.000 pessoas, em sua maioria Mbyá ¹¹(INDEC, 2010)¹², já dados apresentados em 2008 por Guilherme Wilde mostra por volta de 4.000 Mbyá-guarani em Misiones (WILDE, 2008). Calculam-se distribuídos em aproximadamente 105 comunidades indígenas (PARO, 2013), sendo comunidades Mbyá-guarani mapeadas aproximadamente 60 (WILDE, 2008). Em Puerto Iguazú, com cerca de 82.227 mil moradores¹³, os Mbyá-guarani representam aproximadamente 5% da população (PARO, 2013). Nesta cidade, estão comunidades as Mbyá-guarani Tupamba'e, Itapoty Miri, Jasy Porã, sendo as maiores de Misiones também ali localizadas, Mboroere (com aproximadamente 1.500 pessoas) e Yriapú (com aproximadamente 530 pessoas).

Em suas aldeias e comunidades, os Mbyá-guarani exercem o *Nhandereko*, jeito de ser e viver Mbyá, transmitem sua língua, seus costumes, rituais e práticas. A língua falada pelos Mbyá-guarani é o mbyá, seguido do espanhol, esta última é inserida no ensino das crianças depois de meses que a criança aprendeu o mbyá. A principal atividade desenvolvida entre os Mbyá-guarani de Misiones é a confecção e venda de artesanato.

Alcide, o atual cacique de Yriapú, relatou a fundação da comunidade. No ano de 1976 seu tio Paulo Venegas explorou sozinho o local, posteriormente, levou um xamã para a área que confirmou que ali deveria ser a comunidade. Antes estavam com um grupo de pessoas que constituía uma comunidade próximo às Cataratas, porém decidiram migrar para onde está atualmente Yriapú. No início eram três famílias, logo que chegaram outras famílias o grupo fundador decidiu migrar para o Brasil deixando a comunidade então já consolidada.

11 Os Guarani-mbyá, aqueles que habitam majoritariamente em núcleos ou comunidades assentadas na área rural e são falantes da língua homônima (Grumberg *et al.*, 2008).

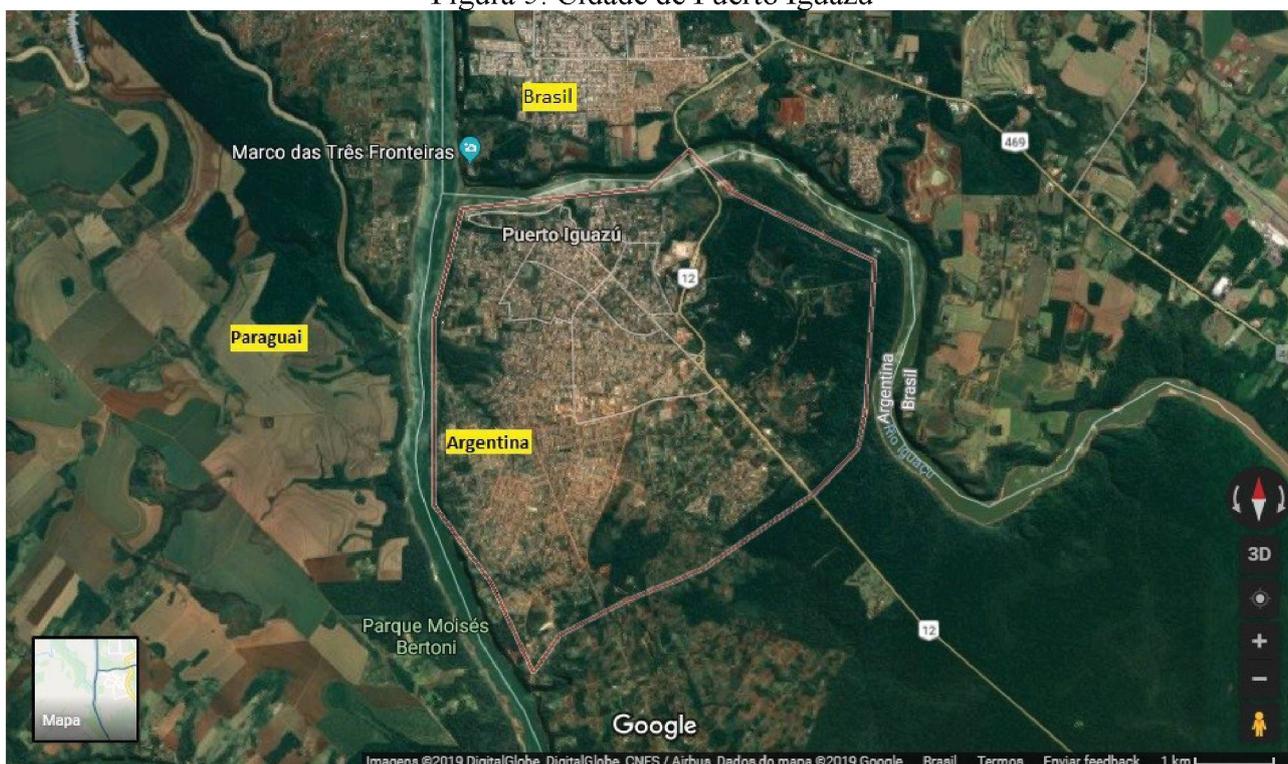
12 Disponível em https://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema_2=41&id_tema_3=135

13 Dados do Instituto Nacional de Estadística e Censos (INDEC) (2010). Disponível em <<https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-CensoProvincia-999-999-54-063-2010>> acessado em jan/2019.

Em levantamento feito por Brighenti (2001) em 1999 haviam 76 Mbyá-guarani na comunidade Yriapú, no ano de 2013 dados sugerem a existência aproximadamente 86 famílias, dividindo-se em 265 hectares (PARO, 2013) sendo aproximadamente em torno de 430 pessoas. Estes dados, obtidos no primeiro momento que tive em trabalho de campo na graduação foram atualizados em março de 2018 pelo então cacique, Alcide, que relatou atualmente viverem 100 famílias, como já dito, aproximadamente 530 pessoas.

Deve-se levar em consideração a existência de uma rede de parentesco e reciprocidade entre os Mbyá que torna a projeção estatística a merce da grande mobilidade realizada entre comunidades.

Figura 5: Cidade de Puerto Iguazú



Fonte: Google Maps 2019.

O acesso principal á comunidade se dá pela *Ruta Nacional 12*, que corresponde a rodovia no Brasil, este trajeto é o mais utilizado pelos turistas, pois é o melhor sinalizado com cartazes e placas. Saindo da estrada e ingressando em um caminho junto da mata, inicia-se uma estrada asfaltada, chamada “El Dorado” que marca o lado onde estão as comunidades e o lado onde estão os hotéis. Avançando este caminho, aparecem as primeiras placas de hotéis e da comunidade Yriapú,

que é a primeira a integrar o conjunto das quatro comunidades nesta região chamada Selva Iryapú ou 600 *hectáreas*, são as outras comunidades já mencionadas: Jasy Porã, Tupamba'e e Itapoty Miri.

A zona territorial onde encontra-se hoje a comunidade é habitada desde sempre pelos antepassados dos Mbyá, porém ela é denominada comunidade a pelo menos 40 anos (relato oral de Darci). Existem dados que sugerem que a região seja habitada pelos Mbyá-guarani há pelo menos 1.000 anos¹⁴, com intensa mobilidade, com a chegada dos europeus e a intrusão dos jesuítas houve a necessidade de estabelecer territórios fixos, surgindo aí os primeiros aldeamentos (FAUSTO, 2000). Outra hipótese discutida pela bibliografia existente sobre a temática territorial indígena é a de que antes da chegada dos europeus, o continente possuía suas próprias regras de mobilidade e interação entre povos, com a invasão da América, enquanto alguns povos inseriam-se cada vez mais floresta a dentro, para evitar o encontro com possíveis desconhecidos, outros deslocavam-se e construíam suas moradas próximas as fronteiras naturais, como os rios ou montes (PROUS, 2006). Longe de coincidências, a tradução literal do nome da comunidade de Yriapú é som do rio, ou ruído das águas.

Figura 6: 600 Hectáreas ou Selva Iryapú



Fonte: Google Maps 2019.

¹⁴Video “Comunidad Mbya-Guarani - Misiones – Argentina”, (2003) disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XYd7nFfZJqs&t=97s>>

Figura 7: Entrada Caminho “El Dorado”, construção recente identificando a área



Fonte: Autora, (2018).

2.3 TRÍPLICE FRONTEIRA E OS MBYÁ-GUARANI

Para além da comunidade Yriapú está o território denominado Tríplice Fronteira. A proximidade das três cidades: Ciudad Del Leste (312. 652 mil habitantes)¹⁵, Foz do Iguaçu (263.508 mil habitantes)¹⁶ e Puerto Iguazú (82.227 mil habitantes)¹⁷ define seus limites pelos rios Paraná e Iguaçu. Antes dos anos 90 a área era chamada de zona, região ou área das três fronteiras (RABOSSO, 2004, p.24). A apropriação estatal e formalização do termo ‘Tríplice Fronteira’ surge a partir da suspeita da presença de terroristas na região depois dos atentados na Embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992 e na Associação Israelita em 1994 (idem). Em 1996 a denominação é incorporada oficialmente pelos Estados no “Acordo dos Ministros do Interior da República Argentina, da República do Paraguai e de Justiça da República Federativa do Brasil assinado na cidade de Buenos Aires (ibdem).

15 Dados da Prefeitura de Ciudad Del Leste <<http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/ciudad-del-este> > acessado em 21/10/2019.

16 Dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2013). Disponível em <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3df38ceb30db87724f95b7deae3cce?idMenu=1004> > acessado em 21/10/2019.

17 Dados do Instituto Nacional de Estadística e Censos (INDEC) (2010). Disponível em <<https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-CensoProvincia-999-999-54-063-2010> > acessado em 21/10/2019.

Em vários segmentos a região beneficia-se e produz discursos (oportunidades de trabalho, especulação imobiliária, compras de grande marcas, etc.) a respeito do compartilhamento deste território entre os três países. Um deles é o da ‘diversidade cultural’. Foz do Iguaçu por exemplo, é reconhecida pela convivência de aproximadamente 80 nacionalidades¹⁸. De fato, a presença de um turismo crescente é atrativo derivado da presença de grandes marcos naturais convertidos em patrimônio, como é o caso das Cataratas do Iguaçu, declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco em 1986¹⁹. Esta relação acaba causando intensa circulação de uma diversidade étnica cotidianamente pela Tríplice Fronteira.

Neste marco formalizado pelos Estados da Tríplice Fronteira estão cotidianamente circulando os Mbyá-Guarani. Nas três cidades encontram-se comunidades indígenas, entre elas Mbyá e Avá-Nhandéva. Em Puerto Iguazú encontram-se cinco comunidades Mbyá-guarani, Tupamba’e, Itapoty Miri, Jasy Porã, Mboroere e Yriapú. Do lado brasileiro, são as principais comunidades Ocoy, Itamarã e Añatete. Comunidades Avá-Nhandéva que possuem suas redes de parentesco distribuídas também entre os Mbyá. Como por exemplo, a nora de Susana que foi interlocutora desta pesquisa em Yriapú, é de Ocoy e se considera Nhandéva, sendo casada com o filho Mbyá de Susana. Relações de parentesco como esta são comuns.

Ademais das comunidades relativamente vizinhas de Yriapú para a visitação entre parentes, os Mbyá também circulam para alcançar maiores distâncias, como comunidades no Rio Grande do Sul por exemplo. Mas também circulam em função da variedade de ofertas de produtos e alimentos em Foz do Iguaçu e em Ciudad Del Leste. Darci, o inspetor da escola de Yriapú disse-me que ia até o Brasil comprar carne. Susana e Aníbal me falaram que com a alta do valor de muitos produtos na Argentina, precisavam ir até Foz comprar principalmente trigo. Em Ciudad Del Leste, certa vez o casal contou-me que precisou comprar peças para sua moto.

A movimentação de pequenos grupos familiares ou amigos em pequenas distâncias também é comum, para adquirir produtos, ir à consultas médicas, vender artesanatos ou passear na casa de parentes em outras comunidades próximas na mesma cidade ou em outro país. Esta micromobilidade é acompanhada de perto pelo autor Evaldo Mendes da Silva (2010) que afirma a não relação delas com a busca da “Terra Sem Mal” que causava as grandes migrações dos guarani

18 Dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3bjsessionid%3df38ceb30db87724f95b7deae3cce?idMenu=1004>> acessado em 21/10/2019.

19 Disponível em <<https://cataratasdoiguacu.com.br/>>. Acessado em 21/10/2019.

séculos anteriores (MENDES, 2010, p. 220). O autor questiona de que maneira é para os Mbyá esta mobilidade através de limites e marcos estatais do *jurúa*, encontrando na mitologia certa resposta para isso. Para os Mbyá e os Nhandéva, as divindades que são Pai, Mãe e filhos, assim como os homens, vivem em movimento permanente²⁰ (idem, p. 221). Andam, dia após dia pelo caminho dos céus, parando de pouco em pouco para descansar ou visitar seus parentes nas moradas divinas (ibdem).

2.4 NHANDEREKO: JEITO DE SER E VIVER

O cotidiano Mbyá é profundamente ligado à comunidade. É nela que as relações dos Mbyá são estabelecidas desde o nascimento até a juventude, quando inicia a vida em outras comunidades para a visita de parentes ou no caso dos jovens homens, a busca de uma noiva. Este é o segundo elemento do cotidiano Mbyá: a mobilidade. A fixação das comunidades Mbyá entre países tem como complemento a intensa mobilidade deles para a manutenção de seu *Nhandereko*, sendo este, uma rede de relações que perpassa os limites estatais. A autora Mbyá Sandra Benites (2015) traduz o *Nhandereko* enquanto o “jeito de ser e viver”.

Através do *Nhandereko* (ou *Ñande rekoha*) se constroem parentes. A maioria Mbyá casa-se cedo, normalmente o rapaz sai de sua aldeia em busca de sua companheira em outra aldeia Mbyá. Com frequência, o trato de pessoas da mesma aldeia é de irmãos que dedicam um status semelhante ao de um pai a liderança mais anciã da comunidade. Como já dito, uma das causas da mobilidade entre os Mbyá acontece em relação aos casamentos. Os jovens costumam viajar para relacionar-se e encontrar amigos. Quando acontece o casamento, o jovem passa a viver na casa de sua esposa e ajudar seu sogro, posteriormente indo morar em sua própria casa. Mas há também alguns jovens que tem distintas condições que os permitem casarem-se e residirem sozinhos logo no começo do relacionamento (PISSOLATO, 2007).

As normas, discurso de bem viver entre os Mbyá correspondem em parte ao *teko* que é entre os Mbyá a terra, ou espaço sociopolítico (MELIA, TEMPLE, 2004, p. 20), que segundo significado no tratado *Tesoro de la lengua guarani* de Montoya (1639) é o “modo de ser, de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume” (idem). Enquanto o *tekoha*, ou *rekoha*, é o lugar onde se dão as condições de possibilidade do modo de ser guarani (ibdem). Cadogan

20 “Na Terra, tudo que tem alma (*nhe 'e*) e fala (*ayyu*), anda (*-guata*)” Mbyá Valdomiro em interlocução para Evaldo Mendes (2010). Ver mais em “‘A Terra é Nosso Caminho’ Espaço e Território entre os Guarani na Tríplice Fronteira (MENDES, 2010).

(1953) traduz parte dos textos míticos dos Mbyá-guarani enquanto normas concebidas por Ñanderu Nhamandú (Nosso Pai Primordial) que regeriam as futuras atividades dos Mbyá na Terra.

Existe um certo discurso do “bem casar” (*-menda porã*) que sugere que não se deve casar muito cedo (idem). Entretanto, na prática os Mbyá casam-se jovens. Posteriormente, pode acontecer uma dinâmica de passeios em outras aldeias, que podem levar a encontros que geram novos filhos e não necessariamente acontecerá o casamento (PISSOLATO, 2007). Mesmo com decisões individuais e a tolerância a elas, existem discursos sobre elementos cotidianos Mbyá. Por exemplo, um incentivo a capacidade do indivíduo a formar e manter uma família, assim como manter uma “boa conduta”.

Apesar da existência de discursos normativos da vida Mbyá, potencialmente as vontades individuais motivam as práticas, as quais são realizáveis dentro e fora das aldeias, tendo a cidade este espaço de trocas, ganhos e perdas, embasados em necessidades como alimentação, roupas, atendimento médico, recebimento de auxílios ou aposentadoria, entre outros. A venda de artesanato como parte destas práticas é destaque da necessidade de saída das pessoas da aldeia. No contexto da comunidade Yriapú, a cidade de Puerto Iguazú é o espaço onde essas práticas encontram lugar, existem lojas voltadas ao turismo da fronteira que adquirem em grande quantidade os objetos fabricados pelos Mbyá e os revendem com valor significativo, há também espaços ao ar livre onde o fluxo de turistas levam os Mbyá a revesar a venda de seus objetos, como por exemplo, a entrada das Cataratas, local densamente visitado durante o ano todo. Outra maneira dos Mbyá adquirirem dinheiro em troca de seus objetos é a venda ambulante dentro da cidade de Puerto Iguazú e em menor quantidade na cidade de Foz do Iguaçu.

Para os Mbyá é impossível a vida sem o que vem do *jurúa*, inclusive do turista. O alimento que vem da cidade não se compara ao da caça, porém impossível viver apenas com o que se caça, além disso, também é com o dinheiro do *jurúa* que se adquire o produto da cidade. Assim como entre os Mbyá de Puerto Iguazú, Elizabeth Pissolato (2007) identificou a mesma relação de venda entre os Mbyá de Parati no Rio de Janeiro aos turistas. A venda do artesanato está dependente e atrelada a economia nuclear composta por familiares corresidentes. Porém o fato de diversas vezes um único indivíduo ir à cidade negociar estes objetos, fica a seu critério determinar o que retorna e de que maneira à casa, pois retornar à casa com coisas da cidade é algo por vezes constrangedor e atrativo para pessoas não próximas do núcleo familiar (PISSOLATO, 2007).

A relação dos Mbyá-guarani com a confecção e venda dos artesanatos está entre os principais constitutivos do *Nhandereko*, pois está inserido neste amplo repertório de elementos coletivos e individuais da maneira de viver. Um dos predicados do viver bem Mbyá é a valorização e a vivência de valores tradicionais, aos quais estão inseridos a aprendizagem e a confecção artesanal.

O oposto do *Nhandereko* tido como *-eko axy*, *-eko 'ã*, *anhareko* traduzido como “viver mal” ou “viver errado” é também considerado o “desviar-se do caminho de *Nhanderu*” (SILVA, 2007, p. 85). Nesse estado, o comportamento individual e solitário prevalece sobre o coletivo, a pessoa tem comportamento agressivo, alimenta-se mal, come carne crua, associados assim a onça, *xivireko*, ou ainda ao comportamento do Branco (idem). Esta possibilidade de transição de um estado ‘*Nhandereko*’ a outro ‘*anhareko*’ demonstra como pode ser variável de acordo com a proximidade ou distância de outros Mbyá ou outros seres tal condição. Neste quesito, em muitas falas dos Mbyá artesãos de Yriapú esteve presente a preocupação respeito aos mais jovens não se interessarem mais pelo aprendizado e confecção dos artesanatos, tendo tal preocupação revelado uma maior, a de deixar de ser Mbyá²¹.

2.5 O TURISMO NA COMUNIDADE

O turismo é um fenômeno complexo, multi-dimensional e necessariamente de abordagem multi-disciplinar (CACERES, 2012). O turismo desenvolve-se nos chamados destinos turísticos, que segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) é “*um espaço físico onde o visitante passa ao menos uma noite. Inclui produtos turísticos tais como serviço de apoio e atrações e recursos turísticos (...). Possui uns limites físicos e administrativos que definem sua gestão, imagens e percepções que determinam sua competitividade no mercado. Os destinos (agências) incorporam diversos grupos entre quais se encontra a comunidade anfitriã e pode estabelecer laços e redes entre si para construir destinos maiores*” (OMT, 2004 apud CACERES, 2012).

A comunidade anfitriã neste caso, são as comunidades Mbyá da região, sendo a comunidade mais próxima destes complexos turísticos, a de Yriapú, localizada na cidade de Puerto Iguazú e devido sua proximidade com a tríplice fronteira nacional da Argentina, Brasil e Paraguai, sua

21 Entre os Pataxó de Coroa Vermelha, existe uma preocupação em relação aos jovens não procurarem praticar a atividade do artesanato, preferindo entreter-se com atividades geralmente recreativas, orientadas para fora do mundo que se considera o do trabalho (NEVES, 2012, p.69).

população também circundante entre estes países, local com intenso fluxo de pessoas e turistas (SILVA, 2007). Com a redução das florestas e matas nativas desde os tempos da colonização e a consolidação de cidades, os artesanatos usados antes tradicionalmente (*y'pará*) tornaram-se confeccionados para a venda, (*ta'anga*)²² (SILVA, 2015), essenciais para a subsistência dos Mbyá de Yriapú, acompanhado do turismo e do trabalho fora das comunidades. Entretanto, aqui é necessário destacar que o turismo intenso nessa região gera uma forte assimetria sócio/econômica entre os Mbyá e a comunidade circundante, ademais, mostra-se invasivo por diversas vezes, como pode-se verificar no decorrer do trabalho.

A relação dos Mbyá-guarani com o território onde é considerado governamentalmente como tríplice fronteira diferencia-se entre os três países, Argentina, Brasil e Paraguai. Na Argentina, vivem mais de 4 mil Mbyá-guarani que distribuem-se e circulam entre mais de 50 assentamentos ou comunidades em Misiones (WILDE, 2007). A selva missioneira como é chamada a floresta é cenário de políticas estatais que abrangem desde questões ambientais, turísticas, econômicas e culturais.

2.5.1 Parque Nacional Iguazu – Cataratas

Puerto Iguazú é considerada no Plano de Desenvolvimento Turístico de Misiones (2001) uma cidade de turismo de natureza, de reuniões e de saúde (CACERES, 2012). Localizada no noroeste da Província de Misiones na República Argentina. Ela abriga o complexo turístico que se fez em torno das Cataratas que se encontra dentro do Parque Nacional do Iguazu, criado no ano de 1934 através da lei 22.351, sobre a superfície de 67.300 ha, considerado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO no ano de 1992 e a Sétima Maravilha do Mundo Moderno (OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017). Essa configuração permite chamar a atenção de turistas do mundo todo que diariamente entram no país e com maior intensidade no período de dezembro a março, considerada a temporada da cidade que ademais de aquecer a economia que se volta ao turismo, gera desgaste a população local, com o constante congestionamento na ponte Tancredo Neves que liga o Brasil a aduana Argentina e também, a falta de água na cidade devido o intenso consumo na rede hoteleira.

22 *y'pará*: artesanato feito para uso do Mbyá; *Ta'anga*: artesanato relacionado ao comércio (SILVA, 2015). Falarei a respeito desta diferenciação no capítulo 3 “Yriapú e a questão artesanal”.

Sendo sua maior característica o Turismo de Natureza, por sua localização geográfica em área de mata atlântica, conhecida como parte do bosque atlântico (GOROSITO, 2013). As Cataratas do Iguazu por ser artifício monumental, marcou a história turística nos últimos 30 anos (CACERES, 2012). Todo o complexo das Cataratas da Argentina é voltado para o turista, inclusive a presença dos Mbyá-guarani com os corais de crianças e jovens que cantam músicas e recebem a contribuição de maneira aleatória dos turistas que queiram contribuir e dos Mbyá-guarani e makás²³ que vendem artesanatos. Mesmo a produção destes artesanatos molda-se à demanda apresentada pelos turistas. Como me relatou Susana que o alto número de quatis expostos para venda, como as facas de madeira feitas pelos homens de sua família deve-se ao fato de ser alta a procura destes artigos por parte da maioria dos turistas que chegam ao posto de vendas.

A arquitetura das lojas e das praças de alimentação são sofisticadas e marcadas pelo uso da madeira e do vidro. Neste ponto, diferencia-se a feira de artesanatos indígenas denominada *Yhary* (cedro) que é exposta em local de destaque central logo na entrada do parque, mas conta com postos divididos por mesas abertas, contando com o teto alto, visando uma arquitetura próxima a Mbyá-guarani, diferente das lojas de *souvenirs* que circundam a feira que estão em espaços com vitrais e ar-condicionado.

Figura 8: Feira de artesanatos nas Cataratas do Iguazu - Argentina



Fonte: autora, 2018.

23 Maká: Originários do Chaco Boreal, pertencem a família linguística dos Mataco, atualmente estão em quatro comunidades na fronteira do Paraguai (CANTERO BENITEZ, 2016). Segundo documentos fornecidos pelo Parque Nacional Iguazú, os Maká foram convidados pelos Mbyá a exporem seus artesanatos na feira.

Os meios de transporte dentro do parque visam que o turista desfrute a visita com o mínimo de fadiga, como por exemplo o trem, incluso no passeio de preço fixo, que passa por estações onde os turistas optam antes da viagem por fazer de maneira diferenciada, pagando um valor a mais para viagens de barco ou botes, bem como visitas guiadas diversas. Para aqueles que seguem até o final do trajeto, chega-se a atração principal que são os mirantes das quedas de água das Cataratas.

2.5.2 Aripuca

Outro espaço voltado ao turista na cidade e muito divulgado é a Aripuca, segundo os cartazes de boas vindas do local, foi construído em 1997 e inaugurado em 1998 por uma família, a partir de uma preocupação a respeito da destruição da selva missioneira, viu-se neste intento a conscientização deste problema crescente. Com o reaproveitamento de troncos até milenares foram construídas estruturas de madeira que lembram uma armadilha Mbyá-guarani (aripuca) usada na caça de animais. Os cartazes de boas vindas apresentam estudos que demonstram a degradação da selva ao passar dos anos e de sua importância para os povos originários da região, a fauna e a flora.

Figura 9: Pannel exposto na recepção de visitantes da Aripuca

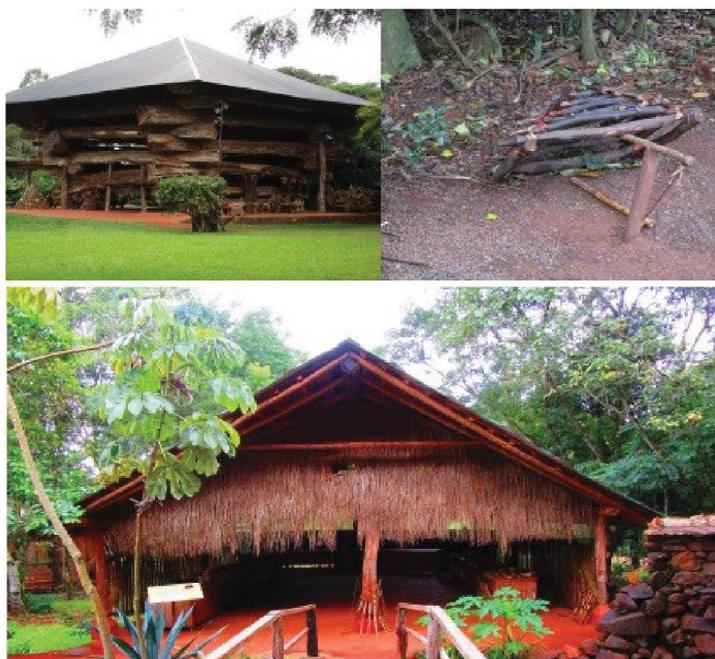


Fonte: autora, 2018.

A primeira vez que estive neste local foi no ano de 2012 e neste retorno praticamente nada havia mudado. O acesso acontece pela Ruta 12 e fica a aproximadamente 1 km da comunidade Yriapú, a entrada custa \$120,00 pesos, o equivalente a R\$ 20,00 reais, um guia é apresentado para a pessoa ou para o grupo que recém adentra o estabelecimento, apresenta dois troncos de árvores gigantes retirados do desmatamento da selva da região, diz um possuir 500 anos e outro mil anos.

Lá também a presença Mbyá foi negociada para a exposição de artesanatos e de sua confecção em dois espaços, do lado de fora, ao lado da maior atração que é a casa construída com troncos gigantes, onde estão expostos arcos e flechas e zarabatanas e onde está uma placa propondo a contribuição para poder tirar fotos da exposição, ao lado, homens confeccionam os mesmos para que os turistas vejam. São poucas porém peculiares atrações do local, como um homem que toca harpa e no outro extremo do terreno uma lanchonete que vende sorvete de erva-mate. Passando por um caminho que leva até um lago com carpas, de um lado está a grande loja de *souvenires* que conta com artigos e artesanatos classificados como “arte missioneira” referindo-se a diversos tipos de artes produzidas no estado que carrega essa identidade, bordados, colagens, esculturas, pequenos objetos de recordação das Cataratas, cuias, térmicas, bombas customizadas e cristais decorados, etc. E do outro lado, uma construção de madeira e palhas, com mesas individuais em que expõem artesanatos Mbyá-guarani de várias aldeias da cidade, inclusive Yriapú e que conta com o revesamento dos artesãos de maneira semelhante nas Cataratas e que é supervisionado pelo cacique.

Figura 10: Aripuca; aripuca de caça; feira de artesanato Mbyá



Fonte: autora, 2018.

2.5.3 Hotelaria

Também e principalmente a hotelaria beneficiou-se desta região e de seus turistas para construir hotéis com arquitetura compatível com a floresta, amplos espaços de madeira e vidros, que possibilitam maior contato visual com a selva. As atrações principais para o turista que busca o fator “Natureza” em sua estadia em Puerto Iguazú ademais dos pacotes oferecidos nas Cataratas, relaciona-se também com o fator “turismo cultural”, são as visitas guiadas às comunidades Mbyá-guarani, em carros abertos, vans ou a pé, andar de cavalos por estas áreas e praticar esportes dentro dos complexos selváticos hoteleiros.

O turismo de Reuniões justifica-se pelo fato de Puerto Iguazú ser um dos centros argentinos de serviços para encontros e eventos próprios do turismo de reuniões, o desenvolvimento de negócios vinculados a esta modalidade concentra-se em Puerto Iguazú, que possui aeroporto destinado a voos nacionais e regionais que promovem a conectividade necessária para este tipo de turismo (CACERES, 2012). Já o Turismo de Saúde é uma modalidade nova em Misiones (idem) está vinculada as tendências mundiais respeito a agregação de valor a serviços de alojamento (ibdem).

Atrelada a intensa atividade hoteleira da região, está a apresentação dos pontos turísticos da cidade. É comum em qualquer estabelecimento ou serviço oferecido na cidade de Puerto Iguazú ganhar folhetos, *folders* e mapas, presentes também em grandes banners distribuídos em pontos de grande fluxo de pessoas que promovem os diferentes tipos de atrativos que recebem turistas. A Associação Civil Atrativos Turísticos de Iguazú (Acati)²⁴ é a principal responsável pela propagação deste tipo de informação. Ela reúne os atrativos da cidade, como as Cataratas e a Aripuca e inclui a aldeia Mboroere como um deles e outro como ‘Turismo Guarani’ em termo generalizado mas que diz a localização ser na comunidade Yriapú. Essa relação reforça a assimetria em que estão expostos os Mbyá-guarani enquanto atores condicionados a lógica do capital através da atividade turística na cidade, que acabam buscando alternativas para esta atividade não ser tão agressiva à sua comunidade, como por exemplo a venda de artesanatos.

24 ACATI – Asociación Civil Atrativos Turísticos de Iguazú, formada no ano de 2012, representa os atrativos turísticos da cidade de Puerto Iguazú. O interesse da associação é oferecer a informação necessária para que o turista esteja informado em “matéria recreativa”. Em <<http://www.atractivosiguazu.com/>> acessado em 19 de outubro de 2019.

2.6 AS “600 HECTÁREAS”

Próximo ao Parque Nacional do Iguazú encontra-se a área denominada *Reserva Iriapú 600 hectáreas*, este território é a zona limite entre a construção urbana da cidade e a densa mata atlântica. Este domínio é onde se encontra o maior fluxo turístico, pois é onde estão inseridos os maiores hotéis internacionais da cidade e fora do Parque Nacional Iguazú é o local mais próximo de estadia, sendo longe para ir a pé, é próximo das Cataratas de carros, vans ou ônibus.

Nesta zona está a maior parte dos Mbyá-guarani de Puerto Iguazú, pois nesta área selvática é onde se encontram desde tempos não registrados sua presença. O impacto social e territorial nas comunidades Mbyá ocorrem há muito tempo, devido aos acordos feitos entre grandes empresários e políticos locais e do estado, as comunidades Mbyá desta região estiveram por anos desassistidas e com a garantia de seus territórios fragilizada, prova disso são registros tomados em campo das casas dos Mbyá queimadas nos anos 90 quando a situação foi relatada na imprensa local, gerando a urgência de terem os Mbyá-guarani garantia de uma porção de terra frente aos projetos e acordos que há muito tempo já instalava-se na área sem levá-los em consideração.

Figura 11: Cartaz “Ore Rekoa” na entrada da comunidade Yriapú



Fonte: registrado pela autora, confeccionado por Melina Medrano (2018).

Em 2003, ao mesmo tempo em que não se podia mais ignorar as reivindicações dos Mbyá, houve um momento de impacto, em que se incrementaram os fluxos de capital internacional e as políticas públicas relativas ao turismo se consolidaram via processos de internacionalização (SCHENKEL, ALMEIDA, 2015; CAMMARATA, 2012 apud OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017). Neste período, os caciques que se opuseram a negociar o território foram substituídos em suas comunidades enquanto participavam da manifestação no ano de 2004 na capital de Misiones, em Posadas que será detalhada a seguir. Os Caciques Catri Duarte da comunidade Katu Piry e Miguel Morínigo, da comunidade Yriapú foram os substituídos, sendo que este último decidiu mudar-se com sua família para outra comunidade Mbyá no Brasil (GOROSITO, 2006). Foi quando se instalou a cadeia de mega-empreendimentos hoteleiros via processo de transferência de terras fiscais do Estado nacional a esfera provincial, equivalente a prefeitura no Brasil, possibilitando de maneira mais fugaz acordos firmados entre os interessados com o objetivo da concretização de um grande polo turístico (OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017).

Como parte desta concretização, delinearam-se ações que atraíram turistas e investidores estrangeiros, assim abandonou-se a concepção histórica do turismo quanto ao direito social e então o empresariado global se constitui até recentemente como um ator privilegiado (OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017).

O levantamento do ano de 2007 do Diagnóstico do Turismo pelo Projeto Araucária a respeito dos produtos que mais se vendem no turismo em Puerto Iguazú mostrou que 43% eram a ida as Cataratas, 26% correspondiam ao Ecoturismo, enquanto 14% dizia respeito ao Turismo Cultural (CACERES, 2012).

A área denominada *600 hectareas* ou Selva Iriapú foi destinada a projetos de desenvolvimento turístico e seus limites dão-se ao norte e ao oeste pelo Rio Iguazu, se prevê que todos os empreendimentos possuam acesso ao rio para atividades recreativas (CACERES, 2012). Estes dados foram obtidos pela autora através do Decreto Provincial 1716/2000, denominado "*Plan Maestro para el Desarrollo Integral de las 600 Hectareas*".

Figura 12: Zoneamento das 600 hectáreas



Fonte: *Plan Maestro para el Desarrollo Integral de las 600 Hectareas* apud Caceres (2012).

O zoneamento²⁵ mostra em colorido as distribuições das terras:

- Zona 1 (25%): Social, Cultural e Desportiva, recreação e atividades complementarias ao turismo;
- Zona 2 (10%): Hotéis 3 e 4 estrelas;
- Zona 3 (10%): Hotéis 4 e 5 estrelas;
- Zona 4 (10%): Atividades ecoturísticas e campo de golfe;
- Zona 5: Reserva Natural e Cultural Aborígene Guarani (CACERES, 2012).

Esta distribuição evidencia o que vem relatando os Mbyá da região a respeito de seus territórios serem cada vez mais disputados. É possível notar na imagem do zoneamento que a comunidade parece sufocada com todos os empreendimentos ao seu entorno e em suas costas ainda está a rodovia que dá acesso à cidade de Puerto Iguazú em poucos metros. A partir do ano de 2003 houve um período de aumento significativo de capital estrangeiro para empreendimentos na zona, conseqüentemente aumentando a preocupação com políticas públicas relacionadas ao turismo por

25 *Plan Maestro para el Desarrollo Integral de las 600 Hectareas* Puerto Iguazú. Decreto Provincial 1716/2000.

parte do estado, voltadas ao processo de internacionalização da área (OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017).

A terra para os Mbyá não tem dono, habitam desde tempos imemoriáveis este local que cosmologicamente lhes foi concebido como morada, portanto não se poderia vender-se, alugar-se ou dividi-la, nem converter uma comunidade a um fetiche turístico (PIÑIERO, 2013). Entretanto, as relações sociais foram cada vez mais condicionadas às leis de mercado após a planificação da Área 600 ha onde iniciou-se o conflito entre atores, invisibilizando as comunidades nativas que recorreram pela titulação de suas terras, então a lei provincial 4098/04 outorgou a comunidade Mbyá-guarani aproximadamente 265 hectares das 600 ha e as declarou Reserva Natural e Cultural (Camara de Representantes de la Provincia de Misiones, 2004, apud OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017).

As autoras González, Rampello e Dominguez (2017) identificam que o processo de circulação do capital internacional nesta área causou impactos socio-territoriais, ocasionados pela atividade turística, que distantes de proporcionar um desenvolvimento justo e equilibrado para as comunidades, as políticas públicas voltadas ao turismo acabam por aumentar os níveis de desigualdade social e aprofunda a polarização socio-territorial: de um lado megaempreendimentos, de outro, comunidades que sobrevivem da venda de artesanato, apresentação de cânticos e de danças. Desde o início do zoneamento da área 600 ha, o fato se destacou, apresentado pelo subsecretário de Turismo de Misiones no ano de 2003 em reunião para estabelecer que a “área espetacular” tida como espaço de possibilidades para o setor privado (CACERES, 2012) deveria ser segregada espacialmente. Este fato gerou a segregação dos atores envolvidos, pelo fato de se construir ambientes altamente diferenciados com base na lógica mercantil que envolveria estes espaços, tendo em vista que ao mesmo tempo que foram outorgadas os 265 ha aos Mbyá da região, ocorreram as construções dos estabelecimentos pré-definidos para ocupar o restante dos 600 ha, com um público alvo geralmente estrangeiro, de condição socioeconômica elevada e de consumo de bens e serviços sofisticados. Tais empreendimentos carregam nomes que sugerem a cultura Mbyá-guarani, como o Hotel “Guarani”, o parque temático “Tekoa” cujo o qual teve \$8 milhões de pesos de investimento, o Lodge “La Aldea”, um dos primeiros construídos no ano de 2004, com investimento de \$2 milhões de pesos (OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017).

Figura 13: Placa na entrada da “Selva Iryapú”, distância dos hotéis



Fonte: autora, 2018.

O estado de Misiones liberou um rol de elementos para que a Subsecretaria de Gestão Estratégica de Misiones executasse e regulamentasse o uso e o manejo de recursos naturais e da infraestrutura da área, priorizando os incentivos de capital externo, não houve uma convocação pública de interessados em investir na região, sim, um convite à empresas nacionais e cadeias internacionais para investimento (DIECKOW, 2011 apud OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017).

Já entre o empresariado local, o projeto de zoneamento da área finalizado como “600 ha Selva Iryapú” é tido de um ponto de vista puramente lucrativo, se polarizam as opiniões entre algo positivo que gerando maior competitividade no destino turístico, se buscaria a excelência por parte daqueles que oferecem serviços, por outro lado, outros empresários vêem como uma ameaça, alegando que os investidores estrangeiros possuem maior vantagem capital e não sofreram a crise dos anos 90 que eles supostamente passaram, os fragilizando até atualmente (CACERES, 2012).

Mesmo com o discurso em torno da planificação das 600 ha enfatizando as comunidades locais e sua inclusão, as políticas turísticas e territoriais determinadas a partir do investimento de capital externo distante de proporcionar um desenvolvimento justo e equilibrado excluíram a comunidade Mbyá das instâncias de discussão e tomada de decisões (OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017). O impacto disto mostra-se no isolamento que se fez necessário entre os Mbyá do restante da sociedade, que até então sustentando-se do acesso ao monte, começou a ter gradativamente a perda de seus territórios com a deterioração da floresta e a dificuldade de acesso às terras próprias, produziu uma situação econômica crítica que chegou a comprometer a subsistência das comunidades da área (WILDE, 2007). Restando como atividade principal a venda de artesanatos, que conseqüentemente os colocava em situação de dependência do dinheiro vindo do branco bem como os coloca frente a instituições assistencialistas de diversas ordens que passam a intervir de maneira significativa dentro das comunidades (OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017).

Exemplos destas instituições de assistência as comunidades iniciaram-se a partir da planificação de espoliação da Área 600 ha. O Proyecto MATE o qual é muito conhecido entre os Mbyá de Yriapú denomina-se Modelo Argentino para Turismo y Empleo, o qual foi elaborado a partir do então já existente vizinho das comunidades ITEC (Instituto Tecnológico de Misiones) com o intuito de capacitar os Mbyá a trabalharem como guias de turismo em suas comunidades, ou na prestação de serviços de hotelaria e gastronomia ou ainda terminar a escola secundária (ensino médio). O Itec é uma instituição vinculada a Universidad Nacional de Misiones que possui cursos técnicos e tecnológicos voltados a serviços em hotelaria e gastronomia e se localiza a pouco mais de 1 km da entrada da comunidade de Yriapú, nesta instituição busca-se a “implementação de carreiras que contribuam com o turismo, meio ambiente e beneficie as zonas rurais com capacitação prática e altas probabilidades de inserção no mercado laboral” (CACERES, 2012).

ONG's também são instituições que participam com frequência da intermediação entre os mbyá e o estado, como por exemplo a Pastoral de Puerto Iguazú, o conjunto “Niagara College” do Canadá e um grupo intitulado “amigos de la comunidad Iryapú”, que tem como objetivo “acompanhar suas dores e as coisas lindas” (CACERES, 2012). Este grupo de pessoas são vinculados a pastoral social de Puerto Iguazú, um dos participantes é coordenador do já citado Itec e junto da iniciativa canadense “Niagara College” desenvolveram a iniciativa tida como ONG Proyecto MATE, que funciona em uma casinha de material construída dentro da comunidade de Yriapú chamada “Escuela Intercultural de Turismo Mbyá-Guarani” que trabalha em três frentes: Mulheres, Jovens e Comunidades Indígenas (idem), todas voltadas à capacitação de auto-suficiência

dos participantes, a partir da implementação do irremediável plano de desenvolvimento da Área 600 ha.

A criação de megaprojetos que gera novas relações de poder desde o território só é possível com a acumulação de tomada destes territórios por parte da apropriação privada de capital global com o aval do estado (HARVEY 2003 apud OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017). Assim como as primeiras grandes levas de intrusões dos colonos europeus na região foram apoiadas e determinadas pelo Estado com o discurso de povoamento e desenvolvimento da região, causando enorme degradação da vida mbyá, neste século, eles convivem com o mesmo apoio estatal pautado na retórica de geração de desenvolvimento a partir da oportunidade de empregos e da subordinação ao capital injetado na região.

O turismo como atividade econômica e como expressão de transformações profundas da sociedade representa não só uma alternativa, uma atividade, mas também e, especialmente, um instrumento de transformação, sobretudo porque envolve e adiciona o turista, este ser distinto a sociedade receptora, o qual impacta de muitas maneiras (BUSTOS, 2001). Sendo o turismo considerado um fenômeno complexo e expressivo nas sociedades pós-modernas, seja por manifestar-se de maneira espontânea ou planejada, por sua demanda doméstica, comercial ou artesanal, também por sua condição de produtor, consumidor e transformador do espaço (idem).

Sendo necessário o território para o desenvolvimento do turismo, seu conceito se apresenta como o cenário onde os atores sociais configuram diversas concepções de acordo com suas formas de viver, entender e sentir. No território está implícita uma carga de sentido a partir de três pilares fundamentais: a história, a identidade e as relações (OSORIO GONZÁLEZ et al., 2017) O território também é o lugar pensado e projetado para a existência. No caso dos Mbyá-guarani o território é pensado e existente muito antes dos marcos estatais. Qual a ideia de território de um grupo que se mantém em movimento? Mover-se no espaço também é uma maneira de constituir território (DELEUZE & GUATTARI apud SILVA 2007).

O turismo é antes de tudo, uma forma de exploração do trabalho alheio para a produção de uma mercadoria especial, a mercadoria paisagem, sujeita portanto ao que o autor denomina de fetichismo espacial (VIEIRA 2006). Também é possível analisar o turismo constituindo uma “forma de espetáculo, pois ele só pode desenvolver-se enquanto espetáculo” (idem). Notória é a presença de aspectos da imagem comercial que se constrói das cadeias hoteleiras da região fazendo um uso

mercantilizado de uma etnicidade imaginada e inventada que sobretudo não corresponde as comunidades Mbyá (CANTORE; BOFFELLI, 2017). Existe um discurso de senso-comum a respeito dos indígenas da região que se vendem em posters, ensaios fotográficos de Mbyás com roupas mínimas que não se usam em seu cotidiano, e anúncios de hotéis e passeios a respeito deles serem defensores de tradições, da mata e da floresta. Termos como “selvagem”, “natural”, “contato puro com a natureza” são grandes propagandas para atrair turistas a estes hotéis (idem).

“Algunas de estas empresas utilizan en sus logos nombres en lengua guaraní o palabras que remiten a esta población, y una de ellas incluso ha incorporado plumas en su logotipo, lo cual recrea un estereotipo particular que se ha construido en torno a "lo indígena". Como han alertado Citro y Torres Agüero (2012), en los mercados culturales y turísticos se valoran cada vez más el "exotismo" y la "diversidad", lo que se ve reflejado en la propuesta de los hoteles. El consumo y circulación de "lo indígena" como expresión estética se hace más relevante hasta la exageración de ciertos rasgos culturales, que los torna en un objeto de fascinación exótica, de políticas patrimoniales o de venta en el mercado” (CITRO Y TORRES AGUERO, 2012 apud CANTORE; BOFFELLI, 2017).

Apesar deste discurso presente de interação harmônica com os Mbyá-guarani nas empresas hoteleiras, a restrição imposta ao uso do território pelas mesmas comunidades é mascarada por esta retórica que esconde não apenas interesses comerciais, como os profundos conflitos (CANTORE; BOFFELLI, 2017).

“Mientras que uno de los hoteles utiliza de nombre "Tierra Guaraní", paradójicamente, nada pareciera problematizar la pérdida del territorio por parte de las comunidades de la zona ni el uso exclusivo de estos predios por parte de los hoteles” (CANTORE; BOFFELLI, 2017).

Esta relação do turismo com a comunidade é perceptível nos primeiros contatos com a localidade. Ao redor da comunidade visualiza-se turistas andando a pé, em vans e ônibus de excursão. Dentro da comunidade encontra-se um posto de atendimento ao turista, que são recebidos pelos Mbyá para conhecer a comunidade por valores a partir de 200 pesos que seria a visita rápida e valores maiores para a visita estender-se até a queda de água que recentemente, neste ano, abriu-se para visitação externa. Mesmo contando com este posto de atendimento, a aldeia tem mais de uma entrada, algumas conhecidas apenas pelos Mbyá, outras que se acessa pela autoestrada. Em uma de minhas visitas ao sair da comunidade um turista se aproximou de carro e me perguntou se eu sabia se ele poderia entrar com seu automóvel na comunidade, sugeri a ele para se informar antes de entrar, mesmo assim, avançou comunidade a dentro.

Essas situações fazem parte dos relatos cotidianos nos Mbyá em relação aos turistas. Mesmo diante de momentos como este relatado acima, os Mbyá de Yriapú quando questionados a respeito deste intenso contato com os turistas em muitas situações comparam-se com outras comunidades, em específico com outra comunidade da cidade inserida em uma área não turística e mais próxima a urbanização que da mata. Lá segundo relatos, teriam um maior número de visitantes não desejados que em Yriapú, que seriam além de turistas, não indígenas e paraguaios que fazem parte muitas vezes de casamentos com mulheres Mbyá. Baseados no discurso do *-menda porã* (casar bem), estes indivíduos não são muito bem vistos entre os Mbyá de Yriapú entrevistados, que sugerem que isto causa uma série de problemas de convívio na comunidade, que perturbariam o jeito de ser Mbyá.

Ainda no contexto turístico, existem agências e empresas organizadas com a finalidade de levar grupos para visitar as aldeias, podem-se chamar de circuitos turísticos. As principais são a Tatachy, que faz parte de uma grande empresa turística da cidade e que após formar os grupos de turistas andam pelos caminhos chamados *senderos* dentro das comunidades em um carro verde militar no estilo safári, o qual presenciei algumas vezes estacionado a alguns metros da comunidade e em outros momentos circundando a área Mbyá-guarani.

Ka'aguy ete i é outra organização que trabalha junto da prefeitura de Puerto Iguazú, esta financia os projetos em que serão desenvolvidos pelo órgão, o qual convoca preferencialmente as crianças da comunidade para atividades na cidade (CANTORE; BOFFELLI, 2017). Este processo gera conflitos na comunidade pelo fato dos funcionários serem impositivos em relação ao que se espera das apresentações, tendo como principal participação nos corais Mbyá (idem).

E por último os projetos impulsionados por ONG's, como é o caso da comunidade de Jaú Porá, uma comunidade em Puerto Iguazú onde existem projetos desenvolvidos por ONG's de cunho ambientalista e protecionista, como por exemplo, as visitas guiadas dos turistas, para que se possa ter controle dos ingressantes na comunidade e arrecadar fundos para questões em comum dos moradores. Em Yriapú a ONG que está presente é a Proyecto Mate, que tem como objetivo principal o desenvolvimento local sustentável, e que organizam ações junto dos Mbyá da comunidade como a recente visita guiada pela comunidade.

Contextualizar ainda que brevemente a importância do turismo na região da comunidade Yriapú é fundamental para compreender em que condições desenvolve-se a produção artesanal desta comunidade em relação a outras comunidades Mbyá-guarani que não estão inseridas em

contexto turístico. Destaca-se que apesar do turismo hoje ser fonte de renda das comunidades da região e de sua presença ser massiva, ao mesmo tempo ele causa uma assimetria social prejudicial a permanência do *Nhandereko*, modo de ser Mbyá, que neste contexto buscam reinventar-se constantemente para garantir seu reconhecimento enquanto população Mbyá que difere-se do *jurúa* (homem branco).

3. YRIAPÚ E A QUESTÃO ARTESANAL

3.1 ARTE E ARTESANATO

Falar desde a Antropologia a respeito da arte, em especial da arte indígena é desafiador e pode gerar mais dúvidas que respostas. Entretanto, a possibilidade de questionar o tema nos leva a refletir: o que se pretende tirar da antropologia da arte? (STRATHERN, apud SIMONI, et al, 2010).

A autora Lucia Van Velthem ao discutir o termo arte em relação aos povos indígenas afirma:

“Sabemos que a arte é na realidade muito mais conceito do que fenômeno, não sendo, assim, homogeneamente definida pelas diferentes culturas indígenas, até porque partilha, com outros componentes culturais, de um modelo de experiência coletiva, de grande complexidade conceitual. Nessas sociedades, os enunciados estéticos vêm sancionar determinada visão de mundo que, em contextos variados, participa da definição das pessoas, assim como de suas relações e produções” (VELTHEM, 2010, p. 20).

Desta maneira somos levados em conjunto com nossa etnografia a explicitar tais questionamentos e observar tais afirmações. No caso do artesanato na comunidade Mbyá de Yriapú, afirmar que se trata de início, do termo “artesanato” não se deu ao acaso. Desde minhas primeiras visitas à comunidade, sempre as interlocuções e cartazes a respeito destes objetos os intitulavam “artesanaria”. Tal termo não justifica um objeto secundário feito por um anônimo como sugere algumas dicotomias (como arte *versus* artesanato) estabelecidas na literatura antropológica, ao contrário, nas comunidades Mbyá e conforme me relataram os mesmos a respeito de comunidades Avá-Ñandeva, os artesãos mais experientes e com maiores habilidades manuais são reconhecidos em toda a comunidade e em comunidades vizinhas. São eles que são chamados quando há oportunidade de exposições em feiras ou grandes encomendas externas, bem como quando questionado algum morador sobre quem é, por exemplo, o melhor escultor de bichinhos, ou a melhor artesã de cestas, respondem sem demora. Como no caso de Yriapú especialmente, Aníbal, esposo de Susana é conhecido por sua habilidade com a confecção de facas de madeira.

No entanto, apesar de o exemplo Mbyá destoar da literatura que insiste em uma dicotomia como sugere também este subtítulo “arte e artesanato” é necessário aqui, ainda que para explicitar uma crítica, trazer alguns elementos que causaram esta dicotomia não só semântica como prática.

A autora Ilana Goldstein (2013) observa a diferença entre arte e artesanato, apresentando que a primeira se faz (em nossa sociedade ocidental) de maneira que seja

“desinteressada: que suas finalidades primordiais se restrinjam à contemplação e às reações estéticas suscitadas pelas obras. O criador não pode, ao menos explicitamente, almejar rentabilidade, muito menos utilidade para as peças que produz. Além disso, só é classificado como arte aquilo que leva a assinatura de um artista considerado legítimo por seus pares e pelas instâncias de legitimação” (HEINICH, 1998 apud GOLDSTEIN, 2014, p. 183).

Deve-se ressaltar que a autora não afirma que tais dicotomias são eficazes, ao contrário, as cita para criticar, pautada no exemplo australiano de produção artística indígena, entretanto, a autora mantém o uso de “arte indígena” para falar a respeito das pinturas dos povos originários australianos, justificando que o uso do termo ‘artesanato’ sempre é usado como maneira de subalternizar as produções indígenas.

O autor Nestor Canclini (1997) afirma que na construção da dicotomia arte *versus* artesanato a primeira seria feita por artistas criadores singulares e solitários, enquanto que os artesãos seriam coletivos e anônimos, assim o artista teria obras únicas, enquanto os artesãos produziriam em série (CANCLINI, 1997, apud GOLDSTEIN, 2014). Aqui é importante destacar que esta produção em série atribuída aos artesãos tem por finalidade a geração de uma mercadoria, o que torna ainda maior o esvaziamento de tal dicotomia, pois mesmo os artesãos produzindo vários objetos de um modelo, ainda assim cada peça será única e nem sempre necessariamente ela é uma mercadoria, como entre os Mbyá acontece, tendo inclusive uma diferenciação entre objeto verdadeiro (*y'pará*) e imagem/cópia (*ta'anga*). O primeiro sendo associado a Ñanderú, criador do que é perfeito e o segundo ao demiurgo Chariã, zombador, criador de cópias imperfeitas (ASSIS, 2006). É importante aqui destacar que o artesanato e a religião são âmbitos convergentes nas sociedades indígenas, conseqüentemente, ele ocupa lugar significativo no que diz respeito a transformação cultural Mbyá-guarani (TOCCHETTO, 1996). Antes da produção do artesanato, deu-se a confecção de artefatos, que existiam somente dentro da *opy* (casa de reza) (ASSIS, 2006).

Apesar de destacar o uso do termo “artesanato” pelos Mbyá como forma valorativa de sua produção, para eles o termo *ojapo porã*, pode ser traduzido literalmente como “fazer com a mão bonito”, é a melhor definição para “artesanato” ou “arte”. Outros termos derivados são: *enviapokuaa*: saber fazer, técnica; *ojapo a'ete rami*: fazer bem, como se fosse real, artesanato (OCKULOVICH, 2013, p. 460). Mesmo destacando aqui a importância do termo “artesanato” entre os Mbyá, ainda assim entre outros povos indígenas o termo “arte” é utilizado por autores para destacar essa produção de maneira positiva.

“não é porque inexistem o conceito de estética e os valores, que o campo das artes agrega na tradição ocidental, que outros povos não teriam formulado seus próprios termos e critérios para distinguir e produzir beleza”. (LAGROU, 2009, p. 11).

Els Lagrou destaca a diferença entre a arte indígena e a arte ocidental, destacando o uso de artefatos e o consenso do que seria arte em ambas sociedades. Sendo o artefato para ser usado e a arte para ser contemplada (LAGROU, 2009).

Como já dito, entre os Mbyá de Yriapú o termo “artesanato” é o mais próximo e tão importante quanto o termo “arte” para nós não Mbyá. A respeito disso, Susana, uma das principais artesãs da comunidade, comentou em algumas ocasiões da importância que tinham artesãos de outras comunidades por fazer a arte Mbyá e como eram conhecidos por isso, ao ponto de sua família comprar em grande quantidade as produções deles, como cestos, arco e flechas para que fossem revendidos nas cataratas e aos turistas em Yriapú. Zarabatanas é a especialidade de Susana, assim como os bichinhos são a especialidade de seu esposo Aníbal, estas variedades de artesanato eles não adquiriam para revender.

Eva Ockulovich (2013) entre os Mbyá de Oberá no mesmo estado de Misiones identificou o mesmo discurso a respeito do tema “arte”, ao entrevistar Isabelino Paredez, tentou que ele falasse a respeito do que é “arte” para os Mbyá. Isabelino atribuiu antes de tudo à técnica para realizar “arte” e posteriormente associa o fazer da arte com trabalho, “tudo é trabalho” quando a entrevistadora questiona se há um espaço fora do trabalho para a “arte” Mbyá.

“Lo que dijo es lo que dijo primero: “arte viene de arte”. Las palabras no son nuestras: “nía” termina em artesanía. Porque son palabra lo que sacó ustedes, no nosotros. Pero, para decir “es un arte”, arte, artesano, es un artista que sabe hacer, no importa si es cestería, cuero, sea lo que sea, pero sigue siendo un arte. (...) Nosotros no decimos arte ni nada, lo que sabe hacer, podemos decir *enviapokuaa*: es la sabiduría, o sea, saber hacer. Se puede decir: “yo sé, él sabe, ellos saben”. Es pluramente vos decís. Pero si vos decís, *enviapo*, es el hacer, y *cuaa* es saber. *Ojapo porã* es la perfección. Para decir artista, *ojapo a'etei rami*, “saca o hace como si fuera real”. Isabelino Paredez em entrevista concedida a Eva Ockulovich (2013, p. 463).

É compreensível assim a ideia de uma ligação do artesanato ao senso comum de desvalorização e anonimato do artesão (BARBOSA, 1995 apud VELTHEM, 2010, p.22), tendo em vista que é uma palavra não Mbyá, entretanto quando utilizada para designar a produção artefactual dos Mbyá, o fato deles mesmos traduzirem *ojapo porã* para ‘artesanía’ (artesanato) significa que subalternizar tal conceito é reforçar a desvalorização.

3.1.1 Original e cópia

Entre os Mbyá-guarani de Yriapú é visível a discreta utilização de adornos, com cores sóbrias e detalhamentos simples. Diferentemente são muitos dos artesanatos expostos oferecidos à venda, com utilização de miçangas, sementes e madeiras de armarinhos, penas e sementes tingidas, fechos de brincos pré-fabricados em arame. Tal diferenciação encontra-se identificada entre os Mbyá do litoral de São Paulo:

O artesanato de uso doméstico e religioso não é comercializável. Muito mais simples, sem os adornos e as cores vibrantes, destina-se exclusivamente ao uso da comunidade. Somente sob encomenda, para museus ou exposições, os Guarani fabricam as peças (pilões, bancos, colares, maracás, cachimbos, cestos) que são vendidas novas, sem uso (LADEIRA 1984 apud GODOY 2011).

Entre os Mbyá do Rio Grande do Sul, a autora Valéria de Assis (2006) revela existir uma relação fundamental entre os artesanatos confeccionados com os mitos fundacionais, como é o caso de Nhanderú e Chariã. Transcrevo aqui o mito relatado por Perumi a autora:

Quando estava concluindo a criação do segundo mundo, Nhanderu Tenonde decidiu fazer um cesto (*ajaká*) de taquara e imbê para ser produzido e usado pelos Mbyá. Ao fazê-lo aplicou-lhe motivos bem simples, com duas cores: *para pyxyry* (grafismo escorregado) e *pira raĩ nhykã ra'angaa* (representação denotativa do maxilar do peixe).

Xariã, ao ver o que Nhanderu havia feito, tentou imitá-lo. Contudo, Xariã fez um cesto com motivos bem mais elaborados, associados à pele e à aparência de animais, notadamente às cobras, denominados representação (*ra'angaa/ta'anga*) da cascavel (*mbo'i xiniĩ*), da jararaca (*mbo'i jarara*) e das asas da borboleta (*tanambipepo*).

Xariã ficou muito feliz com o que fez. Entretanto, Nhanderu, ao saber que havia sido imitado e que a imitação era muito diferente do que ele havia feito, ficou furioso. Nhanderu toma seu arco e golpeia o cesto uma vez; desta ação teve origem *Guyrapa Rete* (corpo de arco, isto é, o homem); tomando uma taquara, Nhanderu Tenonde golpeia o cesto pela segunda vez, dando origem, então, a *Ajaká Rete* (corpo de cesto, ou seja, a mulher). Por fim, lançou um raio no diadema de Xariã, que correu para espantar o fogo destruidor de seu diadema. Enquanto corria, as cinzas que saíam das chamas do coçar transformaram-se em insetos que picam e incomodam os humanos.

Essas formas de cestaria foram herdadas pelos Mbyá, sendo produzidas atualmente por estes. A cestaria cuja forma foi elaborada por Nhanderu é bela e boa, deve ser elaborada para o autoconsumo; ela não se presta a virar mercadoria, artesanato. A cestaria cujo modelo foi produzido por Xariã possui outro valor e pode ser mercadoria – isto é: artesanato para venda (ASSIS, 2006 p. 212 – 213, 247-250, 267 apud GODOY e CARID, 2016).

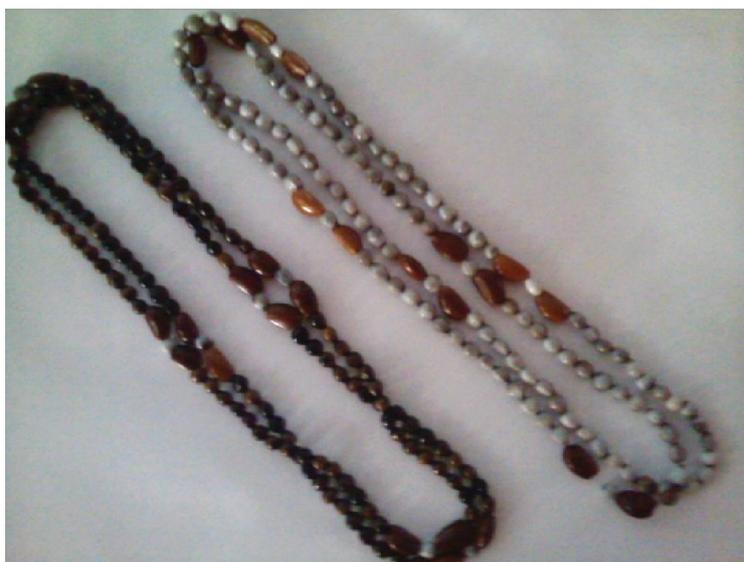
Chariã entre os Mbyá aparece como importante figura de transformação do cosmos perfeito à imperfeição terrena, diferente de outros povos tupi-guarani (GODOY, CARID, 2016). Os autores Godoy e Carid identificam em pesquisas entre diferentes grupos Mbyá pouca diferenciação entre os feitos atribuídos a Chariã, que entre os Mbyá de Bracuí e de Mbiguaçu (LITAIFF, 1999 apud

GODOY E CARID, 2016) é chamado de Anhã. Nele, é atribuído tudo que for excessivo, também o incesto e a gemelaridade (um dos gêmeos é considerado filho de Anhã) (idem). Anhã é equivalente a Chariã entre os Mbyá do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2010 apud GODOY E CARID, 2016). A este demiurgo sempre está atribuído elementos que configuram a vida terrena Mbyá, que apesar de ser sempre associado ao *jurúá*, é na vida dos Mbyá em que ele é um elemento desestruturante e reorganizador social e cosmológico.

No quesito da arte, é importante pontuar que a cestaria tem maior destaque mitológico da diferenciação entre original (*y'pará*) e cópia (*ta'anga*). Entretanto, em todos os objetos confeccionados pelos Mbyá este contraste está presente, pois como bem observa Valéria Assis (2006), “o artesanato foi forjado para o estabelecimento de uma nova modalidade de troca a partir do contato com a sociedade englobante” (ASSIS, 2006, p. 246). Também é necessário destacar um elemento histórico que certamente reforça a distinção cosmológica da produção artesanal, as reduções jesuíticas, onde viveram cerca de 150.000 guarani nos séculos XVII e XVIII, foram dominadas por uma exacerbada atividade copista (GODOY e CARID, 2016 p. 122).

Na comunidade Yriapú, nunca me foi explícita esta divisão, ela acontece e me foi confirmada por Catalina e Susana quando observada. Como na ocasião em que ganhei um par de colar feminino e masculino semelhante aos que eles utilizam, com cores neutras e discretas.

Figura 14: Colares confeccionados por Catalina



Fonte: autora, 2018. Yriapú.

Tal divisão encontrada na literatura antropológica atribuída às confecções originais providas de Nhanderú e suas cópias derivadas da ação de Chariã é portanto, presente na comunidade Yriapú de modo implícito. Os objetos expostos no centro de visitantes que representam os elementos da casa de Reza *opy* são todos feitos ao modo de uso do Mbyá, discreto. Já a poucos metros dali, está a feira de artesanatos da comunidade, exposta aos visitantes, em sua maioria turistas.

E preciso destacar que ainda que exista uma divisão entre o que se usa e o que se vende, também encontra-se no artesanato mbyá feito na comunidade um terceiro tipo de confecção que não é estritamente original ou cópia, mas une elementos de ambas as categorias, que é esse artesanato “discreto” que é confeccionado para a venda, mesmo nos termos utilizados para objetos rituais e de uso restrito aos Mbyá. Esta outra maneira de confecção pode ser considerada a partir da *criatividade* dos Mbyá em reinventar maneiras de atingir o *jurúia* com a venda de seu artesanato.

Figura 15: Feira de artesanato em Yriapú



Fonte: autora, 2018.

3.1.2 Dádiva e mercadorias

Marcel Mauss (1872), consagrado por seu trabalho em sociedades da Polinésia, Melanésia e Noroeste Americano, teve o intuito de falar a respeito das formas arcaicas do contrato social. Com isso, apresentou em que lugar estava nas sociedades não ocidentais a “moral da dádiva-troca” (Mauss, 2003, p. 200 e 243) a qual se diferenciaria das trocas mercantis e a qual não se trataria de indivíduos, sim, de coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam (idem, p. 55).

“O sistema que propomos chamar o sistema de prestações totais, de clã a clã – aquele no qual indivíduos e grupos trocam tudo entre si – constitui o mais antigo sistema de economia e de direito que podemos constatar e conceber. Ele forma o fundo sobre o qual se destacou a moral da dádiva-troca” (MAUSS, 2003, p. 299).

Para Mauss, não ocorre nem troca nem compra, a dádiva e a contradádiva pertencem a uma dialética social e econômica polarizada pelo prestígio e pela honra (SABOURIN, 2007, p. 133). Essa polaridade por si só proíbe reduzir o sistema dádiva/contradádiva a uma troca (idem). É através da moral da dádiva-troca que Mauss busca responder duas questões: por que as dádivas de presentes devem ser obrigatoriamente devolvidas? E por que existe essa universalidade da retribuição? Para o autor, as dádivas voltam, são recíprocas e necessariamente devolvidas (ibidem). No entanto, é apenas aparente a possível gratuidade das dádivas, pois está implícito a obrigação da retribuição.

No caso dos Mbyá-guarani, o *mborayhu* é o conceito mais próximo da moral da dádiva-troca identificado por Mauss. Sua tradução literal é *amor*, mas majoritariamente a bibliografia trata o termo como reciprocidade. O *mborayhu* é, entre os guarani, identificado pela autora Hélene Clastres (1975) como sinônimo de justiça e reciprocidade, porém tal conceito não encerra-se nestas duas palavras. Ele é também a norma a se seguir, o inverso do que seria seguir as normas múltiplas, aqui então, extremamente atrelado as belas palavras ditas pelos profetas, que traziam outro modo de ser a partir das migrações em oposição a acatar o chefe, a ordem social estabelecida.

O corpo adornado é associado a este *mborayhu*, se adorna o corpo para torná-lo belo, assim como as palavras dos profetas também são belas ao passo que podem ser o conteúdo da pessoa (CLASTRES, 1974). Os autores Bartomé Melià e Helene Temple (2004) expressam que a tradução literal para *mborayhu* é amor, porém é vinculado a “economia da reciprocidade” que é fundamentada pelo dom, a qual exercida, é para reproduzi-lo (MELIÀ, TEMPLE, 2004). Para o autor Pierre Clastres (1974), *mborayhu* está vinculado antes a uma “solidariedade tribal” que ao amor profano, amor ao próximo ou amor a Deus, associações que remetem a discursos e práticas cristãs.

Normas baseadas na cosmologia Mbyá, como a regra denominada *mborayhu*, (reciprocidade) levam indivíduos a buscarem fora de suas unidades sociais os elementos para produção enquanto pessoa e quanto sociabilidade (ASSIS, 2006). No entanto, associada a ideia de

reciprocidade, estão antes, a concepção de pessoa, de humanidade e de sociedade, como predicado em *Ayvu rapyta/* a linguagem humana (idem), este é o título do mito descrito por Cadogan (1953). Após Nhanderú constituir as primordiais condições físicas de existência, se fez a palavra e posteriormente, *mborayhu rapytarã* – reciprocidade, generosidade, dois elementos primordiais para a existência da humanidade (ibdem).

A circulação de objetos a partir da troca, se realiza em todos os campos da vida social dos Mbyá, gerando este sentimento de “agradecimento”. Uma vez na casa de Susana, principal interlocutora nesta pesquisa, disse-me ao ganhar um presente, que naquele dia não teria nada para me retribuir, e diz sorridente: “*pero tengo mucho mborayhu*”. Para mim já tinha explicado o significado do termo mais cedo, “*algo que uno tiene, muy fuerte... un sentimiento*”. Por esta explicação, tanto eu quanto ela naquele momento, sentimo-nos com a obrigação da retribuição efetivada.

A autora Valéria de Assis (2006) diz que a partir das “trocas de objetos é possível compreender como o conceito de *mborayhu* perpassa e se atualiza nos campos da identidade, estética, gênero, pessoa, vida social e ritual” (ASSIS, 2006, p.4). Ele aciona o *jopói* (troca) e o *potirõ* (trabalho coletivo), o qual é realizado na comunidade Yriapú quando os homens e algumas mulheres vão até o monte coletar matéria-prima para a confecção de artesanatos que mais tarde se converterá em troca. O *mborayhu* é também a base estética dos objetos rituais (ASSIS, 2006).

“A ideia de generosidade está ligada ao valor de sobriedade, da ponderação e da discrição. Estes valores se expressam visual e tecnologicamente nos objetos rituais onde o que predomina é uma estética minimalista. É também o valor do *mborayhu* que impulsiona os grupos a buscarem estes objetos para a formação de seu equipamento ritual (...) a obtenção dos mesmos dependem das trocas. Estas trocas e regras subsumidas levam à configuração de uma teia de relações entre as unidades sociais e entre elas e os Outros, o que proporciona tanto a produção e reprodução local quanto a de uma unidade coletiva mais geral, pois, reafirma, atualiza e comunica entre si os valores étnicos que pautam a identidade Mbyá (ASSIS, 2006, p. 311-312)”

A circulação de objetos internamente na comunidade, a manutenção ritual da *opy* via artefatos da casa de reza, em suma, o exercício da reciprocidade/generosidade *mborayhu* entre Mbyá e deuses e entre os seus. Desta maneira, os objetos, antes mesmo de serem fisicamente confeccionados, elaborados em outros planos, como na dimensão do pensamento, dependentes de matéria-prima que relaciona-se com seu território que motiva-se em todos os predicados descritos, configuram em sua forma final, todo esse saber local, que propaga-se para além das fronteiras

físicas da aldeia, como veremos adiante na relação de circulação dos artesanatos fora da comunidade.

Observada a similaridade do conceito de *mborayhu* com o da dádiva, deve-se pontuar aqui que entre os Mbyá a dicotomia arte e artesanato é ineficaz, também associar sua produção estritamente a mercadoria ou uma economia mercadológica é problemático e precipitado. A autora Marilyn Strathern (2006) reflete a respeito das pessoas de Mount Hagen, nas Terras Altas da Papua Nova Guiné a existência de dois tipos de objetos: as dádivas (*gifts*) e as mercadorias (*commodities*). A autora deixa claro que o termo ‘dádiva’ refere-se a uma metáfora ocidental que contrasta com mercadoria, levando isso em consideração, volta e relembra que o termo consagrado por Marcel Mauss (1925) referia-se a economias baseadas na troca de dádivas em oposição com “princípios da economia natural” ou com o “utilitarismo”. (STRATHERN, 2006, p. 49). Esta transformação provocada por Strathern no uso do termo ‘dádiva’ e a substituição de seu contraste por ‘mercadoria’ revela possibilidades de aproximar-se à uma tradução para os termos ocidentais (no caso aqui, da pesquisa antropológica) de dicotomias existentes entre os povos não ocidentais.

É possível observar a semelhança do par ‘dádiva – mercadorias’ com a divisão/oposição fortemente presente na confecção dos artesanatos Mbyá, que encontram-se sob as palavras *y’pará* (verdadeiro) e *ta’anga* (cópia). Em ambos os casos, saindo do circuito interno de produção e uso (no caso dos Mbyá a aldeia), aquela confecção que caracterizaria ser a verdadeira, tendo tomado a forma de cópia, converte-se em mercadoria. Aqui, pode-se destacar o que já dito anteriormente, existe um terceiro tipo de artesanato que une elementos do artesanato *y’pará* e *ta’anga*, para converter-se também em mercadoria, sugerindo uma transformação na confecção artesanal destacada idealmente pelos Mbyá e pela literatura sobre o tema.

Primordialmente, os artefatos utilizados dentro da casa de reza *opy*, tido como objetos tradicionais, como o cesto, o arco e flechas, o *takuapú* (bastão de ritmo) e o *mbaraka* (chocalho) pertenciam ao âmbito *y’pará*, elemento advindo de Ñanderú. No momento que estes objetos, tendo o cesto tomado a frente desta transição, passam a serem elaborados com a intenção da comercialização, já contava no repertório Mbyá elementos advindos de Chariã, associados a *ta’anga* (cópia). Chariã é tido como um demiurgo, ao qual irritantemente copia de maneira imperfeita tudo que Nhanderú realiza e é associado ao *jurúa* (branco) (ASSIS, 2016). Esta relação é condição essencial para entender a atual dinâmica de produção, exibição e circulação do artesanato Mbyá-guarani.

Entretanto, o uso do termo mercadoria pode ser utilizado para referir-se a objetos que não sejam a produção artesanal Mbyá. Aqueles que são incorporados ao uso dos Mbyá na comunidade, seja como “moeda” de troca de outros bens e outras mercadorias, de prestígio social, como é por exemplo, considerado o pertencimento de uma moto ou ainda como gerador de outras relações, como as mercadorias que são utilizadas para a reunião de pessoas, como é o caso dos *video-games*. Na comunidade de Yriapú pude observar que entre as diversas necessidades para a venda do artesanato, uma das principais era a obtenção de mercadorias dos não índios, como as já citadas, também estão os celulares, roupas e sapatos, assim como medicamentos e alimentos.

A obtenção de mercadorias pelos Mbyá poderia ser considerada a partir de sua relação com os *jurúas* (brancos) (BONAMIGO, p.117). Porém, se há uma dependência, não é da mercadoria e nem ocorre pelo contato com o *jurúa* (*idem*). O ato de adquirir a mercadoria, ou o desejo, localiza-se na sociocosmologia na qual os *jurúas* e as mercadorias estão envolvidas (GORDON, 2003 apud BONAMIGO, p.117).

“Quanto às mercadorias dos não-índios, não são quaisquer mercadorias que despertam interesse para os Mbyá-Guarani, mas aquelas que têm sentido no contexto de sua sociedade. A esse respeito, Sahlins (1972, p. 183) destaca, “que nenhum intercâmbio, posto que entranha um coeficiente de sociabilidade, pode ser entendido em seus termos materiais isolados de seus termos sociais”(BONAMIGO, p.123).

Desta forma, pode-se concluir que apesar de uma diferença assimétrica entre as trocas geradas através da dádiva e da obtenção de mercadorias, a segunda não ocorre de maneira imposta aos Mbyá como pode aparentar, mas sim, é maneira outra de relacionar-se socialmente, ainda que com não parentes.

3.2 O ARTESANATO NA COMUNIDADE DE YRIAPÚ

Tendo em consideração as diversas categorias da confecção artesanal para os Mbyá-guarani de Yriapú, o trabalho de campo teve como um dos objetivos aproximar-me da configuração social através do que se pratica em quanto artesanato, sua confecção, troca e venda.

Em uma das primeiras visitas de campo na comunidade, conheci Carlos, um dos amigos da família de Darci e Catalina enquanto os esperava e lhe perguntei a respeito da confecção de

artesanatos por ele e pela comunidade, respondeu-me: “sim, em minhas horas livres eu faço. Por aqui, todos, quase todos vivem do artesanato”. De fato, já nas minhas primeiras visitas à comunidade foi comum presenciar a confecção de artesanatos pelos Mbyá nos pátios das casas.

Desde o ponto de vista Mbyá-guarani, o artesanato é confeccionado e vendido como principal fonte de subsistência (LITAIFF, 1996; OKULOVICH, 2013; FARACO, 2015). Porém precedendo o atual contexto de produção, segundo a autora Mbyá-guarani Alexandrina da Silva (2015), antes de ser a principal fonte de subsistência entre os Mbyá, o artesanato tem significado da relação deles com Nhanderú (nosso pai, nosso Deus) (SILVA, 2015). A autora Zélia Bonamigo (2006) em seu trabalho de campo entre os Mbyá da Ilha da Cotinga de Paranaguá, no Paraná, conta que um de seus interlocutores, Cristino, descreveu que o corpo do Mbyá é o artesanato de Nhanderú, assim como o Mbyá faz o artesanato do seu modo, Nhanderú faz cada Guarani (BONAMIGO, 2006, p. 161). A autora Valéria de Assis (2006) que esteve entre os Mbyá do Leste do Rio Grande do Sul escreve a respeito dos artefatos criados pela entidade Nhanderú Tenonde que, após ser irritado pelo demiurgo Charia, com um golpe de seu arco, cria *guyrapa rete* (arco e flecha) e *ajaká rete* (cesto), o primeiro para uso masculino e o segundo de confecção masculina porém de uso feminino (ASSIS, 2006, p. 112).

Eva Okulovich (2013) que fez seu trabalho a respeito da arte Mbyá-guarani na selva missioneira da Argentina, tem um de seus interlocutores, Isabelino Paredez, lhe relatando o surgimento dos aparatos da *opy* (casa de reza), o *Takuapi*, bastão de taquara batido repetidamente no chão pelas mulheres no ritual foi Nhanderú quem criou, assim como criou primeiro o homem e foi a partir do *takuapi* que se criou a mulher. A partir da mulher se criou o cesto e a partir do cesto se criou o Mbyá (OKULOVICH, 2013, p. 469). Ambos os momentos, da criação mítica dos artesanatos, como o contexto atual de produção para a venda, remetem aos principais objetos de confecção: arco e flechas e o cesto.

Entre os Mbyá de Bracuí, Litaiff escreve que seus interlocutores informaram que a produção voltada ao comércio das peças surgiu quando entraram em contato com o turismo em Paranaguá. A confecção de arcos e flechas que estava desaparecendo entre ele, aumentou nesta época (LITAIFF, 1996, p. 121).

A confecção dos animais de madeira também é discutida entre os Mbyá de diferentes localidades e entre pesquisadores. Atualmente, os animais de madeira ocupam o espaço de maior

procura entre os turistas que visitam Misiones em geral. A produção e a precisão estilística e o traçado que estão marcados diferenciam-se, por exemplo, dos elementos confeccionados em madeira pelos guarani do lado brasileiro, como os expostos no centro de visitantes da Itaipu, provenientes das comunidades Ocoy, Añatete e Tamarã d'Oeste, estas comunidades que em sua maioria é Avá²⁶.

Figura 16: Artesanato Avá exposto no centro de visitantes da Itaipu



Fonte: autora, 2018.

O cacique de Yriapú, Alcide, fala respeito do início da confecção de animais em madeira para a venda na comunidade:

“Anteriormente somente usavam arco e flecha para caçar e bom, depois como que já não existe mais monte, está diminuindo, digamos, então não há mais animais próximos, então, um xamã teve uma ideia que poderíamos comercializar o que usavam eles, para conseguir o nosso alimento, mercadoria e depois, alguém foi buscar madeira para provar e saiu [animais] e levou para o povo [cidade], para averiguar se poderia ou não vender lá, então, voltou, já não tinha mais nada porque tinha vendido tudo, e depois disse as pessoas que sim, se poderia vender e desde então começaram a fazer artesanato e todos provaram fazer e até hoje todos são artesãos e artesãs” (Alcide, comunicação oral, 2018).

Perumi, interlocutor de Valéria de Assis no Rio Grande do Sul, conta que enquanto sua família estava na Argentina, começaram a produzir artesanato a pedido dos *jurúa* (brancos). Outro

26 Os Avá vivem na região do antigo Guairá. Diferenciam-se dos Mbyá principalmente na língua falada e nos rituais. No Brasil também são chamados de Nandeva. As aldeias Avá-Nandeva que tem seus artesanatos expostos à venda no centro de visitantes da Itaipu são Añatete, Ocoy e Itamarã. A Hidrelétrica de Itaipu construída nos anos 1980 teve como resultado o Lago de Itaipu, alagamento que era previsto para ocorrer em 3 meses mas acabou enchendo em apenas 14 dias (WALTER, 2016) levando as populações indígenas a retirar-se da área em que habitavam nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Como uma maneira de “compensar” esta situação, intervenções assistenciais por parte da Hidrelétrica ocorrem dentro de algumas aldeias da região, como é o caso destas que negociam a venda dos artesanatos aos turistas na Itaipu. Ver mais em “Os Avá Guarani no Oeste do Paraná” (MAMED et al; 2016).

interlocutor, Santiago Franco, relatou a autora, enquanto confeccionava um animal em madeira *-vicho ra'anga*, que este tipo de artesanato começou a ser elaborado por sugestão de um alemão a um Mbyá no Paraguai. Ele incentivou a confecção de miniaturas de animais em madeira, com a certeza que haveria chances de comercializá-las em grandes quantidades na Alemanha, desde então, os Mbyá passaram a produzir artesanato (ASSIS, 2006, p. 243).

A partir destes exemplos apresentados, sugere a autora Valéria Assis que “algo exógeno foi incorporado pelo grupo, gerando uma nova forma de proceder trocas, baseada no sistema mercantil” (ASSIS, 2006, p. 243).

3.2.1 Produção artesanal como sistema de ação

Os objetos que compõem os estudos referentes a trocas e cultura material são discutidos amplamente em estudos antropológicos, porém tratando-se dos Mbyá, estes estudos são poucos, porém não menos complexos e abrangentes. A autora Valéria de Assis (2006) alega que talvez pela “pouca” visibilidade destes objetos conseqüentemente se teve um relativo silêncio a respeito (ASSIS, 2006). Esta ideia associa-se comumente aos povos amazônicos que contariam com um repertório mais abrangente de objetos e matéria-prima que aqueles povos fora da Amazônia, porém cabe trazer a modo de comparação os Matis, povo amazônico que atualmente conta com pouquíssimo repertório de objetos de matéria-prima vinda da floresta, objetos rituais, como máscaras confeccionadas com taboas de gasolina, alto adorno corporal, porém praticamente inexistente os objetos com plumas, penas e sementes (ARISI, 2011).

Enquanto deve-se levar em consideração o fato de que com o contato, os objetos e adornos tiveram de ser reduzidos a discretos elementos, para assim os Mbyá não chamarem a atenção dos não Mbyá, como será melhor exposto adiante.

Além da comunicação visual material, da confecção para a venda, está a comunicação com outros planos não circulares (WOORTMANN, 2004), como por exemplo, os artefatos produzidos com a finalidade de proteger (SILVA, 2015), bem como os artefatos que demonstram afeto, como o *Mborayhu* (amor), este sendo uma das estruturas de reciprocidade para os Mbyá-guarani (MELIÁ, TEMPLE, 2004).

Em relação a grande quantidade de trabalhos dedicados a produção estética indígena, a antropologia da arte geralmente ficou no campo das discussões entre os alcances, particulares ou universais dos valores e categorias estéticas e os debates derivados da antinomia forma-função (WILDE, 2016, p. 24). Ao substituir a análise da estética pela da intencionalidade, Alfred Gell (1998) produziu um giro analítico fundamental (idem).

“A existência dos objetos não pode fazer-se por fora do fluxo de relações ou interações sociais concretas. Ali reside o principal questionamento de Gell as abordagens semióticas e culturalistas, que colocam ênfase na comunicação simbólica ou concebem a cultura como um fenômeno mental ou psicológico abstrato.”(WILDE, 2016, p. 25).

Na primeira ida a campo para a realização do TCC, ao confeccionar artesanato com as mulheres da comunidade Mbyá de Yriapú pude observar que “a linguagem do conjunto artefactual de um grupo indígena é um meio de comunicação visual” (RIBEIRO, 1987). Tal comunicação insere-se primeiramente entre os participantes desta rede de confecção, sendo que a arte através de tais objetos não é de representação simbólica e sua produção se caracteriza enquanto um *sistema de ação* (GELL, pg.25, 2016) em que coisas concretas realizam-se, como a venda destes objetos, por exemplo. Entretanto, como já explicitado, a transformação destes objetos em mercadoria é uma parte de um todo em que insere-se a arte e a produção artesanal Mbyá na comunidade.

É possível afirmar que o *sistema de ação* é sinônimo da produção artesanal, que realiza-se no cotidiano e praticamente na maioria das esferas da vida Mbyá. Gell (2016) opera a rede de arte através de quatro elementos: *artista, indice, protótipo, destinatário* e em duas posições: *agente e paciente*. Esta é premissa básica da constituição do *sistema de ação*, que é o fluxo de interação entre todos estes elementos.

No caso do artesanato Mbyá, o *indice* é o objeto, o que é visível e material, onde se pode analisar a agência e a rede de relações presentes no processo de produção. De acordo com Gell, a ‘agência’ (agir do objeto sobre o destinatário/paciente) encontra-se distribuída na cadeia de causalidade (idem) sendo o *indice* um objeto distribuído, que não encerra-se na ação de fazer do *artista*, sim é uma extensão disseminada de um *agente* (ibdem) que vai de encontro ao *paciente*.

A produção do artesanato segue um padrão estilístico próprio, no caso dos Mbyá-guarani, o estilo adotado possui cores neutras, quando elaborados com sementes e colorido quando feitos com miçanga. Segundo a autora Alexandrina Silva (2015) as sementes são sagradas para os Mbyá,

enquanto o uso de miçanga é para a confecção estética associada a venda (SILVA, 2015), tal divisão a autora trata nos termos aqui já apresentados *y'pará* (verdadeiro) e *ta'anga* (imagem/cópia). Neste arranjo, já definido o *índice*, que são os objetos artísticos em si (artesanatos), estão os *protótipos*, que são “entidades que se pensam por abdução que estão representadas no *índice*” (GELL, 2016, p. 59). Pode-se dizer que os *protótipos* são representações (e porque não cópias) para identificar o que representa o *índice* visualmente (idem) e a abdução é a condição de tomar a atenção. Nem sempre um *índice* contará com um *protótipo*, mas no caso do segundo, é condição a existência do primeiro.

No contexto de produção artesanal Mbyá, comumente *artista* e *destinatário* são elementos complementares que correspondem as posições de agente e paciente, mas também pode, por exemplo, todos os elementos do esquema (*artista, índice, protótipo, destinatário*) ocuparem a posição de *agente* ou *paciente*. É o caso dos artesanatos feitos pelos Mbyá visando suprir uma demanda que por vezes ocorre em encomendas feitas por estabelecimentos ou pessoas não Mbyá. O *artista*, no caso dos Mbyá, os artesãos, são aqueles que “lhes atribuem por abdução a responsabilidade causal da existência e as características do *índice*” (GELL, 2016, p. 59). O *destinatário* do artesanato Mbyá, geralmente na posição de *paciente* é aquele que o *índice* exerce a agência, conclusão que se chega por abdução (idem).

3.3 A MATÉRIA PRIMA

A matéria prima utilizada pelos Mbyá-guarani da comunidade Yriapú provém de distintos lugares, como o “monte” (densa mata que circunda a comunidade), de outras comunidades, de trocas com os *jurúa* e na compra em armarinhos na cidade. Tanto homens quanto mulheres e crianças buscam esta matéria prima, sendo a venda de artesanatos um dos principais meios para se adquirir as diversas matérias primas.

3.3.1 As sementes

As sementes são usadas entre outros motivos como adornos artesanais. Existem dados arqueológicos que demonstram a utilização delas pelos homens na América há aproximadamente 8.500 mil anos (PROUS, 2006).

As sementes são sagradas para o povo guarani (SILVA, 2015). Aquelas utilizadas frequentemente no artesanato Mbyá-guarani é a “*lagrima de la virgen*”, lágrima de nossa senhora,

(*coix lacryma-jobi*), olho de boi (*mucuña*) e *aguai*. Estas responsáveis pela confecção de colares, pulseiras e artefatos decorativos acompanhados de cabaça. A cabaça purungo é utilizada na confecção de *mbarakas*, chocalhos usados em rituais ou comercializados, em zarabatanas e cuias para mate. O arco e flecha é feito com madeira ou fibras, delicadamente adornado com penas.

3.3.2 As miçangas

Entre os Mbyá-guarani a utilização de miçangas é frequente, só menos frequente que a utilização da semente “lágrima de nossa senhora”. Com ela, é possível confeccionar colares e pulseiras. A autora Elsje Lagrou (2012) em seu trabalho “*O caminho da Miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios*” descreve o desdobramento histórico destas contas de vidro. Mesmo antes da chegada delas na América, elas estariam entre os itens mais antigos encontrados em túmulos pelos arqueólogos e testemunharam redes de intercâmbio entre África, Europa e Oriente. Diante do paradigma perspectivista do corpo e a noção de pessoa entre os ameríndios traz a autora a possibilidade de focar seus estudos no campo artefactual destes povos.

Quando os europeus chegaram a América, uma das formas de reciprocidade se demonstrou através das miçangas em troca de matérias-primas, tanto os europeus quanto os ameríndios pensavam estarem fazendo vantajosa troca, assim como a Europa não conhecia aquelas riquezas, a América desconhecia o método de produção das contas de vidro. Eram elas duras, fortes e coloridas “O gosto indígena pelos colares de contas fez com que as contas de vidro trazidos pelos europeus caíssem em solo fértil” (LAGROU, 2012).

Durante o trabalho de campo, questionei-me do porque o interesse dos Mbyá-guarani em relação as miçangas, já que refletindo sobre meu próprio gosto, preferia as sementes. Lagrou responde este questionamento ao direcioná-lo citando os estudos de Lévi-Strauss e Pierre Clastres que demonstravam que para a maior parte das sociedades (assim como as pessoas) situam no exterior a fonte de inspiração artística e cultural (LAGROU, 2012). Entre os povos amazônicos, a miçanga aparece de maneira ambígua, ora a responsável pela construção de corpos, ora como responsável pela propagação de doenças (idem). Em determinados momentos, diferentes povos a interferência exterior foi vista de maneira controversa. Através da miçanga enquanto objeto, é possível estabelecer relações entre artefatos e pessoas, bem como ela pode constituir extensão desta relação (ibdem).

Já entre os Mbyá-guarani da comunidade Linha do Gengibre, no Rio Grande do Sul, a miçanga é usada para a confecção de colares e pulseiras, para uso próprio ou para venda (SILVA, 2015). Na comunidade de Yriapú são confeccionados colares e pulseiras de miçanga, porém expostos á venda em muito menor escala que os artesanatos de sementes.

Recordo-me de certa vez que Catalina encomendou-me miçangas para levar uma próxima visita. Outra situação relacionada foi quando seu cunhado Aníbal, irmão de Darci e esposo de Susana, encomendou-me um colar de miçangas vermelhas e azuis. Como não tinha miçangas vermelhas para a outra semana, levei um na cor verde e amarelo, bem como uma pulseira de barbante encerado azul marinho e amarela na visita da semana seguinte. Susana me disse que em uma festa na comunidade Mboroere, Aníbal em certa altura da noite lhe presenteou com o colar que havia lhe dado. Quando enfim, na terceira semana de visita passado o pedido, levei o colar de miçangas azul e vermelho, ele demonstrou alegria e quando o colocou o beijou. Susana me explicou certo dia depois que aquelas eram as cores de seu time San Lorenzo enquanto azul e amarelo da pulseira que ele também havia lhe dado, eram as cores do time rival, o Boca Juniors.

Figura 17: Colar de miçanga feito por Catalina



Fonte: autora, 2018.

3.3.3 Variedade de madeiras

As madeiras utilizadas para realizar a talha são extraídas da selva nativa, em terras da comunidade ou em lugares em torno e mais distantes, dependendo a necessidade. Utiliza-se uma grande diversidade de espécies que possuem distinta flexibilidade ou rigidez. Consideram madeiras duras: loro negro (*cordia tricótoma*), guatambú (*balfourodendron riedelianum*), cerne ou coração de alecrim (*holocalyx balansae*), de cedro (*cedrela fissilis*) e guajuvira (*patagonula americana*).

Enquanto as madeiras brandas são: cancharana (*cabralea canjerana*), kurupí kay (*sapim sp*), mora branca (*alchornea triplinervia*), cedro (*cedrela fissilis*), fumo bravo (*solanum granulosum*) e tembetarí (*fagara sp*). A extração de madeiras legalmente, deve considerar o “Regulamento para a proteção e manejo da fauna silvestre”.²⁷. Assim como espécies vegetais que venham a ser utilizadas, como as orquídeas, são assistidas pelo mesmo regulamento e por regulamento respeito a espécies vegetais na Direção Nacional de Conservação – Administração de Parques (DNCAP).

Figura 19: coração de alecrim



Figura 18: Etapas de criação dos quatis



Figura 21: Quatis talhados



Figura 20: Quatis queimados



Fonte: autora, 2018.

²⁷ Regulamento: Venda de artesanatos dentro das áreas protegidas. Disponibilizado pelo Departamento de Conservação e Educação Ambiental (PNI) do Parque Nacional Iguazú.

3.4 A PRODUÇÃO ARTESANAL DA COMUNIDADE YRIAPÚ E SUA EXPOSIÇÃO

Nesta seção serão apresentados os artesanatos confeccionados na comunidade Yriapú, que correspondem aos modelos exibidos para a venda dentro da comunidade, em locais informais e não fixos na cidade e nos pontos Aripuca (já apresentada) e Feira Yhari (feira dentro do Parque Nacional Iguazú - PNI), os quais foram os pontos formais visitados no trabalho de campo.

O artesanato para a comunidade de Yriapú, segundo o cacique Alcide, é:

“Como uma ferramenta, importante para todos que estão na comunidade, para cada membro da comunidade (...). Artesanato é importante para nós porque do artesanato, tiramos para, digamos... para comer, para comprar roupas, sapatos e comida também, inclusive, para comprar ferramentas, para cultivar milho, batata...” (Alcide, comunicação oral, 2018).

A respeito da divisão entre mulheres e homens e a confecção dos artesanatos ele diz:

“As mulheres trabalham com a semente, para fazer pulseira, colar... Os homens, fazem arco e flecha e lanças também, que nós antes, nossos antepassados usavam arco e flecha para caçar e lança para pescar no rio... porque antes, por exemplo, haviam xamãs, sábios e médicos e eles faziam tudo e depois ensinavam aos mais jovens como se fazia e para que seria e a eles mostravam tudo, armadilhas, como se caça animal, para que serve, para que animal...” (Alcide, comunicação oral, 2018).

A autora Valéria de Assis (2006) menciona a modo de comparação a descrição de Pierre Clastres entre os Guajakí e os Mbyá, os primeiros, para o autor, marcam uma dicotomia/oposição entre o arco (homens) e o cesto (mulheres), enquanto para os Mbyá ela corresponde a uma complementariedade, tendo em vista que, os cestos (*ajaká*) cargueiros ou tradicionais são modelos realizados pelos homens Mbyá, mas que são dados as mulheres para uso.

Figura 22: *ajaká* cargueiro



Fonte: autora, 2018. PNI.

Para a autora “esse sentido de distinção e complementariedade entre o masculino e o feminino encontra-se na estrutura de pensamento dos Mbyá, cuja a noção de *mborayhu* coloca-se inicialmente na relação homem mulher” (ASSIS, 2006, p.270).

Voltamos á divisão/oposição fortemente presente na confecção dos artesanatos Mbyá, que se encontram sob as palavras *y'pará* (verdadeiro) e *ta'anga* (imagem, cópia) (SILVA, 2015), sendo o último associado ao *jurúa*, que será ressaltado em sessão posterior respeito aos marcos regulatórios dentro da Feira Yhari, o local de maior fluxo comercial dos artesanatos produzidos na comunidade Yriapú, para os Mbyá. O fato deles pertencerem a atual negociação não promoveu surpresa ou desajustes dentro da comunidade que eles já não soubessem, de certa forma que aconteceria. A massiva produção de artesanatos para venda, tidos como *ta'anga* (cópia), de maneira mais colorida e mais complexa que os artesanatos de uso tradicional *y'pará* (verdadeiro) já eram elaborados cosmologicamente anteriormente ao contato massivo com os turistas. O fato de exigir-se uma certificação por parte do Parque Nacional para a venda de tais objetos em suas dependências, só reforçam a semelhança apresentada por Valéria de Assis (2006) de Chariã ao *jurúa*, apegado a cópia imperfeita.

3.4.1 Os artesanatos: Arcos-flecha

Atualmente produzidos com intuito decorativo, em várias conversas com Aníbal, Susana e o cacique Alcide me foi explicado por eles que antigamente o arco-flecha era utilizado para a caça de animais. Também relata-se o uso para a defesa pessoal. Apesar de um discurso que separa a produção artesanal entre homens e mulheres, Susana me relatou que ambos podem produzir o arco-flecha para venda, pois isso varia de acordo com a necessidade de cada família. No entanto em Yriapú observei apenas os homens o confeccionando.

São elaborados com fibras vegetais tratadas, taquara, coração de alecrim, guajuvira, *guatambú* e *aguai*. São decorados com penas encontradas na mata ou de galinha e os filetes de taquara que justificam os grafismos sobre a madeira. As flechas são confeccionadas em *tcuá eté í* (tacupí pequena), enquanto que as pontas das flechas devem ser da mesma madeira que o arco. A corda do arco chama-se em Mbyá-guarani de *ĩsa* e é confeccionada com *guembé pi* (*philodendron bipinnatifidum*), uma espécie de raiz e em menor quantidade com *pindó* (*Syagrus romanzoffiana*), fibras.

Figura 23: Arcos-flechas expostos no PNI.



Fonte: autora, 2018.

3.4.2 Cestos

Os cestos Mbyá-guarani compõem grande parte do repertório de estilos dos artesanatos confeccionados na aldeia. São chamados em Mbyá-guarani de *ajaká*, *ajaká jaeha* e *ajaká guazú* os cestos grandes e *ajakái* os pequenos²⁸. Eles são feitos por homens e mulheres com *tacuarembó* (taquaras de bambu tratadas) colhidas cortadas com facão, feitas em filetes que tornem fácil o manejo, curadas ao Sol e tingidas com misturas vegetais que tornam os cestos discretos ou ainda com anilina e verniz, estes, como os artesanatos em miçangas confeccionados somente para venda. Também são utilizadas as fibras de *guembé*, que são maleáveis e permitem a confecção de detalhes dos cestos, como as alças e a união com as tampas. As mesmas fibras que confeccionam os detalhes gráficos nos arco-flechas, facas, lanças e zarabatanas, pois por serem mais maleáveis que *tacuarembó*, permitem o trabalho sobre peças menores.

A respeito da importância dos cestos para os Mbyá e como ele é um dos elementos de diferenciação não só dos Mbyá em relação ao *jurúa*, como também dos Mbyá em relação aos Kaiowá e os Avá comenta o etnólogo Bartomeu Melià:

“Até o início do século XX se tinha uma denominação genérica para os guarani que eram os ‘monteses’, aqueles do mato, pelo menos para o Paraguai. Esses monteses, somente o Padre Franz Muller, em uma publicação em alemão com tradução do mesmo em espanhol, ele, enfim percebeu as

28 Catálogo de Artesanatos Mbyá Guarani, 2014. Cedido pelo Departamento de Conservação e Educação Ambiental do Parque Nacional Iguazú.

diferenças. A diferença é de um ponto de vista que alguns acham ridículo, mas que no fim faz a diferença, que é pela cestaria. Os povos do *minak'u* são *paĩ* ou kaiowá, os povos cestas *ajaká* são mbyá, e os povos de cestaria tipo *ahó* são avá guarani. Essa cestaria é muito vasta, variada, cada uma tem uma forma e desenhos e figuras próprios, algumas mais complexas, outras mais simples e não tão bonitas”. Melià em entrevista concedida à Priscila Lini (LINI, 2015 in MAMED et al; 2016).

Os grafismos que compõem os cestos *ajaká* são descritos pela autora mbyá-guarani Alexandrina Assis (2015) como *y'pará* e *ta'anga* respectivamente: verdadeiro e imagem, cópia. A autora Valéria de Assis (2006) explica que tal atribuição (que pode estender-se aos demais artesanatos) diz respeito ao arcabouço mitológico dos Mbyá. Enquanto os cestos (*ajaká*) recomendados por Nhanderú deveriam conter motivos simples, neutros e discretos, associados a *y'pará* (verdadeiro) os cestos com motivos mais elaborados provinham de uma imagem, cópia ensinada por Chariã, entidade que ensinaria o oposto de Nhanderú. Os grafismos que se assemelham com aqueles encontrados nas serpentes, teriam sido ensinados por Chariã. Sendo Chariã associado ao *jurúa* em algumas interlocuções apresentadas por Assis (2006), este artesanato *ta'anga* fabrica-se para a comercialização. Assim, os grafismos elaborados nos cestos direcionados a venda para os *jurúa* levam a marca que está associada a criação de Chariã, a da serpente (e suas venenosas variações), que de certa forma buscam a captura/abdução (GELL, 2016) da presa (*jurúa*) através de sua compra. Estão ali, envolvendo, inundando os espaços que conquistam com sua sóbria e vital estética vegetal (OKULOVICH, 2013, p. 456). Porém, o estilo presente em cestos que representam bons animais, boas plantas, bons peixes é um estilo moderado e simples (GODOY, 2011, p. 70), associados, como já dito, a criação de Nhanderú.

Presentes no mito Mbyá de criação do homem e da mulher, arco e cestos carregam grafismos, sendo no cesto, representado muitas vezes a “ancestral serpente com finalidade de proteção feminina” (OKULOVICH, 2013, p. 437). Este tipo de cestaria é denominado *mbo i'para*, cobra verdadeira, relacionada a serpente ancestral, presente na criação do mundo (idem), que possui seus derivados, sendo as variedades de desenhos, por exemplo, a principal e sempre dicrômica *mbo'i chi i'para* (cobra cascavel) e as policrômicas *mbo'i pyta para* (cobra coral), *mbo'i jarara para* (cobra jararaca).

Susana explica que apesar de ter estes desenhos coloridos para venda, os *jurúa* se interessam muito pelos desenhos mais simples, levando os artesãos a confeccionar cestos com cores neutras e com os motivos de cruz (*kurusú, para kora*) e coração (dicrômicos, associados a Nhanderú) e

também com os desenhos que podem ser policrômicos das cobras, de coração e de cruz. Segundo Susana, alguns cestos carregam o desenho dos caminhos por onde andavam os Mbyá de ‘antigamente’ e por isso existem desenhos diferentes, como por exemplo, *para karé* (ângulo) *para joacha* (cruzado), *nemomyi* (ritmado) e *para peteí* (ponto).

Figura 25: Desenho *mbo'i'chi para*



Fonte: autora, 2018. Yriapú.

Figura 24: desenho *para joacha*



Fonte: autora, 2018. Yriapú.

Figura 26: Susana exibindo cesto com desenho *para kora*



Fonte: autora, 2018. Yriapú.

Para o tingimento das fibras são utilizadas folhas de *catigu'a*, uma folha avermelhada que pode reproduzir desde um vermelho intenso até um marrom claro. Antes, segundo Susana, se usava uma raiz chamada *guembepí*, porém agora é difícil encontrá-la, tendo que optar pela *catigu'a* e por colorantes artificiais, como tintas a base de cola.

Figura 27: Desenho *nemomyi*.



Fonte: autora, 2018. Yriapú.

Em Yriapú, a cestaria em relação aos artesanatos feitos, por exemplo, em madeira, são produzidos em baixa quantidade. Diferentemente em Guavira-ty, aldeia Mbyá-guarani do litoral paranaense, onde visitei pouco antes do trabalho de campo, a cestaria é produzida em maior quantidade e maior repertório de estilos.

Figura 28: Artesanatos expostos na aldeia Mbyá Guavira-ty



Fonte: autora, 2018. Litoral paranaense.

3.4.3 Lanças

As lanças vendidas e buscadas pelos compradores como objeto ornamental, assim como o arco-flecha, foi artefato para a caça e a pesca “antigamente”, segundo o cacique Alcide. Na casa de visitas construída dentro da aldeia, ele em certa ocasião me mostrou exemplares de lanças maiores que as comumente encontradas expostas para a venda. São elaboradas com a madeira de alecrim e guajuvira, trabalhados com *guembe pí* (*philodendron bipinnatifidum*), a parte de cima de uma raiz. A ponta da lança pode ser lisa ou dentada, em ambos se é trabalhado o acabamento manualmente.

Figura 29: Lança confeccionada por Aníbal



Fonte: autora, 2018. Yriapú.

3.4.4 Facas

As facas são elaboradas com o mesmo material das lanças, Aníbal me conta que quando as fabrica e as leva para venda nas Cataratas, são vendidas rapidamente. O trabalho de acabamento é o mesmo do descrito para as lanças.

Figura 30: Facas confeccionadas por Aníbal



Fonte: autora, 2018. PNI.

3.4.5 Zarabatanas

São os produtos que Susana confecciona em maior quantidade, ela elabora todas as etapas sozinha, desde o corte do bambú (*tacuapi*) na mata até o grafismo que serve também para segurar as penas. Alguns são confeccionados com cabaças abertas de maneira que o bambú se encaixe ao meio e nos seus lados são unidos dois bambus menores onde se guardam os dardos. Os dardos são feitos de bambú ainda menor e do lado oposto da ponta são inseridas penas.

Figura 31: Zarabatanas confeccionadas por Susana



Fonte: autora, 2018. PNI.

3.4.6 Instrumentos musicais

Os instrumentos musicais majoritariamente confeccionados em Yriapú são o maracá (*mbaraká miri*) e a flauta (*mimby reta*). O maracá é feito com cabaça e a parte onde segura é feita com bambú (*tacuapi*). Dentro da cabaça são colocadas sementes para causar sonoridade, interessante aqui que os maracas feitos para a venda carregam maior quantidade de sementes que os maracás que são utilizados dentro da *opy*, casa de reza Mbyá-guarani. Entre os Kaiowá o autor Fábio Mura também registra o mesmo em relação ao *mbaraká* que encontra-se na *opy* (MURA, 2006). Os maracás expostos à venda geralmente são coloridos artificialmente, também diferindo daqueles da *opy*, que são discretos em ambos os casos podem ser decorados com penas. São impressas nas cabaças motivos, com a queima da lima sobre a cabaça, similar a feita nos animais, os desenhos variam, representam peixes, onça e pés de galinha, como o da foto a seguir.

Figura 32: Maracás à venda



Fonte: autora, 2018. Yriapú.

A flauta, ou flauta de pan (*mimby reta*), é feita de bambus mais grossos que os utilizados nos artesanatos aqui já listados, são feitos conjuntos de três ou cinco bambus de tamanhos crescentes que são unidos por dois filetes de taquara, que podem estar amarrados com fibras ou colados. Há registros de que quando este é um objeto sagrado tocado pelas mulheres²⁹, ou seja, não comercializado, os bambus são unidos nas mãos somente no momento que se é tocado. Estas flautas são altamente comercializadas, pela agradável sonoridade, pelo tamanho compacto e pelo preço que gira em torno do equivalente a R\$ 10,00 reais.

Figura 33: Flauta *mimby reta*



Fonte: Catálogo de Artesanías Mbyá Guaraní, Parque Nacional Iguazú, 2014.

29 Segundo mito relatado pelos Mbyá-guarani de Aracruz no Espírito Santo, quando vão visitar a casa de Nhãndetxy Ete (Mãe Eterna) as filhas caminham e tocam a flauta até seus aposentos. O material para a confecção das flautas não pode ser retirado na lua nova. Mais informações no documentário *Mimby Marae'y – Flauta Sagrada* (2012) disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=BnMGn9fx3aA> > acessado em janeiro de 2019.

Também é confeccionado pelos Mbyá o pau d'água, que se faz com *yatevó*, uma espécie de taquara e dentro se colocam sementes de *kapi'i'a* e espinhas de *mbocayá*³⁰. Causando assim sonoridade semelhante a correnteza de água.

Figura 34: Pau d'água



Fonte: autora, 2018. Aripuca.

3.4.7 Colares -*mbo'y*, pulseiras -*poapy reguá* e brincos

São confeccionados com linha de nylon e sementes. Antes de se utilizar o nylon, era usada fibra vegetal trabalhada de palmeiras ou folhas grandes que ao Sol se poderia torná-las linhas. Visualizei somente em uma ocasião colares feitos com outro material que não fosse nylon, na comunidade Mbyá de Guavira-ty, no litoral paranaense, artesanato o qual foi confeccionado por Suely, que me explicou que seus colares se diferenciavam por ela ser Nhandevá e ao casar-se com Paulo, Mbyá-guarani da aldeia, continuou fabricando os estilos por ela aprendidos em sua comunidade natal. Em Yriapú, sendo a confecção toda feita em nylon, destacam-se as pulseiras e colares com pontos que se passam entre gerações, que formam gargantilhas, pulseiras que se tornam braceletes pela maior espessura. Podem ser decorados com penas e com sementes tingidas com corantes artificiais. Os brincos seguem os mesmos pontos vistos em gargantilhas, o fecho é industrial e comprado em armarinhos. Também há um outro tipo de pulseiras que consiste em grafismo aplicado a fibras e que pode ser utilizado os mesmos pontos para a confecção de colares com crucifixo ou mesmo terços.

30 Catálogo de Artesanatos Mbyá Guarani, 2014. Cedido pelo Departamento de Conservação e Educação Ambiental do Parque Nacional Iguazú.

Figura 35: Pulseiras e colares expostos à venda no PNI



Fonte: autora, 2018.

Outros produtos considerados “modernos” também possuem aplicação de tradicionais técnicas, como por exemplo, o grafismo aplicado em térmicas e bombas de mate, brincos de grafismos em fibras, móveis decorativos.

Figura 36: Móviles *ovavai* expostos à venda no PNI



Fonte: autora, 2018.

3.4.8 Os bichinhos -*vicho ta'anga*

No artesanato Mbyá-guarani de Misiones grande destaque está na confecção da miniatura dos animais nativos da floresta missioneira. Chamados de bichinhos, são eles que ocupam a maioria dos espaços de venda nas feiras em Puerto Iguazú. Confeccionados principalmente pelos homens, Susana disse-me que diante da necessidade de criar seus filhos sozinha, teve de aprender a talhar e marcar seus detalhes com ferro e fogo, fato que com o passar do tempo fez ela perder parte da visão por conta da fumaça gerada no processo.

Os animais nativos confeccionados são a coruja, o quati, arara, tucano, tatu e a onça. Alcide, cacique de Yriapú, quando questionado sobre a confecção dos animais diz

“(...)um xamã teve uma ideia que poderíamos comercializar o que usavam eles, para conseguir o nosso alimento, mercadoria e depois, alguém foi buscar madeira para provar e saiu [animais] e levou para o povo [cidade] (...)” (Alcide, comunicação oral, 2018).

Este diálogo diz respeito a um momento em que os xamãs estariam fabricando animais em madeira para rituais que visavam atrair os animais que haviam se afastado pela chegada do *jurúa*, carros, estradas e todo o barulho e luminosidade derivada da cidade. Animais como o tatu e algumas aves faziam parte da dieta dos Mbyá e com seu afastamento e reclusão dos Mbyá em áreas afastadas dos rios, faltava comida. Com o início da venda dos artesanatos, junto com os cestos e outros artesanatos que já eram negociados com os *jurúa* veio a maior possibilidade de adquirir alimentos, ainda que da cidade.

Figura 37: Onça em movimento feita por Aníbal



Fonte: autora, 2018. PNI.

Figura 38: Coruja exposta à venda



Fonte: autora, 2018. PNI.

Figura 39: Arara exposta à venda



Fonte: autora, 2018. PNI.

Figura 40: Quati exposto à venda



Fonte: autora, 2018. PNI.

Figura 41: Tatu exposto à venda



Fonte: autora, 2018. Yriapú.

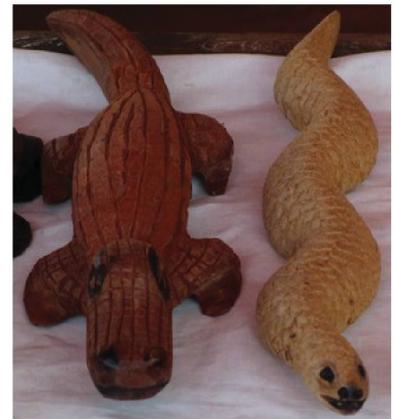
Esculpidos com facas e formões, os animais têm seus detalhes marcados com a queima da madeira com bastões de ferro, também são usadas tintas artificiais a base de cola para detalhes nas araras. Ademais dos animais nativos, com o passar do tempo, foram incorporados outros animais ao repertório dos bichinhos de madeira, como o jacaré, cobra, tartaruga, pelicano e macaco. Animais que não faziam parte do repertório Mbyá que segundo Aníbal foram incorporados na confecção devido a demanda turística.

Figura 42: Araras coloridas artificialmente



Fonte: autora, 2018. PNI.

Figura 43: Jacaré e cobra



Fonte: autora, 2018. PNI.

Figura 44: Tucano e pelicano à venda



Fonte: autora, 2018. Yriapú.

Figura 45: Tartarugas à venda



Fonte: autora, 2018. PNI.

3.4.9 Nota sobre o grafismo Mbyá

Na maioria dos artesanatos confeccionados pelos Mbyá-guarani está presentes os grafismos. Formas geométricas que seguem um rigoroso padrão estilístico causando harmonia visual. Exceto pelos animais feitos de madeira que possuem marcação a ferro com suas respectivas representações, os artesanatos *mbaraká*, zarabatanas, arco-flechas, facas, colares, pulseiras, móveis (*ovavai*) e principalmente nos cestos *-ajaká*.

Os grafismos são confeccionados principalmente em fibras *guembé* coletada das copas das árvores, quando por exemplo, na base do *mbaraká*, das zarabatanas, das facas e das lanças.

Figura 46: Grafismos aplicados em artesanatos



Fonte: autora, 2018. PNI.

Variedades de pulseiras e colares com ou sem sementes são feitos com motivos gráficos. Nos arco-flechas são feitos também com fibras no meio da base deles.

Os detalhes nas flechas tanto do arco quanto das zarabatanas também são confeccionados com fibras. Estas fibras podem ser tingidas ou não, porém, é no contraste entre a fibra crua e a fibra curada que se destaca o desenho. Também nas facas e lanças são usados os grafismos em detalhes destacados.

Já o grafismo em cabaças e em madeira ocorrem de maneira mais discreta, com pirografia que revelam desenhos contidos e sutis, onde incorporam os grafismos que em outros tempos eram aplicados na pintura corporal (OKULOVICH, 2013, p. 456). Os desenhos variam, mas possuem um limitado repertório que os Mbyá identificam facilmente mesmo produzido por artesãos distantes e desconhecidos. Um dos principais desenhos encontrados em cestos e no *petyguá* (cachimbo) é o que inicia o *para kora*, o *para ryve* (ponto fechado) que estaria ligado às escoras da Terra (BARÃO, 2007, p.4) Também relacionado à fundação do mundo.

Figura 47: Desenho *para ryve*



Fonte: autora, 2018.

Também é comum grafismos com os dizeres ‘Iguazú’ e ‘Cataratas’ aplicados em toda variedade de artesanatos com a intenção de servir como lembrança. Pela grande quantidade desse tipo de grafismo aplicado e pelo que Susana relata, é vendido com maior facilidade aos turistas quando possui estes dizeres.

Figura 48: Zarabatanas com grafismo ‘Iguazú’



Fonte: autora, 2018. PNI.

3.5 CIRCULAÇÃO DOS ARTESANATOS PRODUZIDOS NA COMUNIDADE

Existem três principais categorias em que estão inseridas as produções artesanais na comunidade de Yriapú: a de parentesco, que está atrelada ao *Nhandereko*, a socioterritorial, que relaciona-se com as transformações causadas no território ao longo de sua ocupação por parte dos não Mbyá e a sociopolítica pautada na negociação de circulação e de venda dos artesanatos em espaços regulados pelo Estado que se encontram no exterior da comunidade³¹.

Os artesanatos produzidos na comunidade de Yriapú tem como principal destino a venda aos turistas da região. Um dos locais onde se concentram maior parte da produção dos artesanatos da comunidade é a Feira Yhari, localizada dentro do Parque Nacional Iguazú (PNI) – Cataratas, sendo este a maior atração do complexo turístico que se fez em Puerto Iguazú..

3.5.1 A Feira Yhari: Marco Regulatório

Alcide, cacique de Yriapú relembra o início das negociações para venda do artesanato dentro do Parque:

31 Entre os Pataxó de Coroa Vermelha na Bahia, o autor Sandro Campos Neves identificou o artesanato comercializado enquanto elemento que passa por três dimensões da vida: as relações de parentesco, a da territorialidade e as relações políticas (NEVES, 2011), observando o mesmo entre os Mbyá de Yriapú, utilizei aqui esta tríade.

“Eles vieram aqui, falaram com nós, no caso, com o cacique anterior e disseram que havia um lugar para os povos originários para vender artesanato, então, nos organizamos, cada família ia de 15 em 15 dias, então, alguns foram as Cataratas, outros a Aripuca e alguns ao Marco das três Fronteiras” (ALCIDE, comunicação oral, 2018).

A feira hoje alocada de maneira permanente dentro do Parque tem como marco legal o expediente intitulado “Criação de um sistema de Feiras Artesanais dentro da jurisdição de Parques Nacionais nº 703/2002”³², o qual foi emitido pelo Parque Nacional Iguazú à intendência da Administração de Parques Nacionais da Secretaria de Turismo da Presidência da Argentina. Para a autorização, ele oferecia a construção de uma "maloca" a seu custo e cargo para a venda de artesanatos Guaraní. Até o momento, as vendas eram feitas de modo informal, no chão e sem cobertura. É válido destacar que a época do ano com maior movimentação turística é no verão, que na região, atinge temperaturas maiores do que 40 °C.

Sob o artigo 24 da Lei nº 22.351, que resguarda o funcionamento da Administração de Parques Nacionais na Argentina, a primeira resolução que definia a venda dentro do parque por parte de quatro comunidades Guaraní da região (Fortín Mborore, Yriapú, Kaaguy-Porã e Guapo'y) na Área das Cataratas do Parque Nacional Iguazú já havia sido autorizada pela resolução Nº 67/2001 e regulamentada pela resolução H. D. Nº 68/2004 e Nº 175/2005.

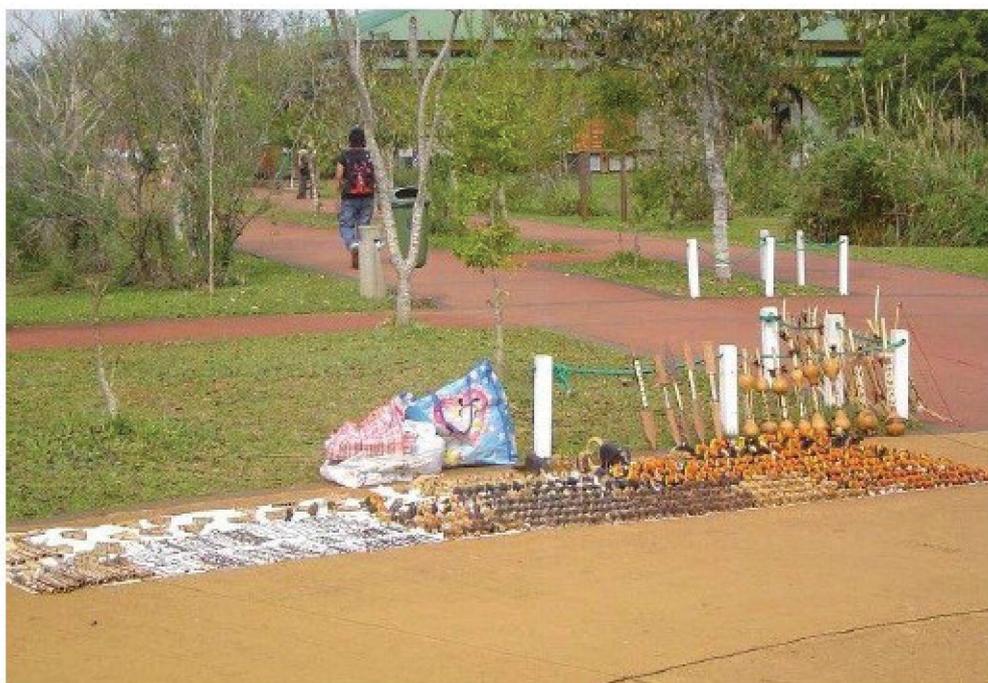
As diretrizes deram continuidade ao pedido no Expediente Nº 1035/2006, o segundo marco do processo, pois diferente de outras resoluções que ficaram sem devolutiva desde a Administração de Parques Nacionais, este expediente foi, segundo seu artigo 2º aprovado, dentro dos aspectos gerais do funcionamento da Feira Artesanal das Comunidades Guaraní, devendo ser regida por uma série de exigências, que fora apresentado pelo próprio Parque Nacional Iguazú (PNI) e incluído na aprovação da resolução como Anexo 1.

Dentre as exigências, o uso de uma pérgola que se encontrava em desuso, não se poderia realizar a venda de artesanatos em outro espaço que não fosse este. O número máximo de postos de venda dentro desta construção seriam de vinte, dos quais cinco poderiam ser utilizados para convidar outras comunidades além das quatro principais. Somente um artesão poderia estar em cada posto, e estes profissionais deveriam portar em lugar visível uma credencial outorgada pelo Parque. Apenas pessoas maiores de idade poderiam ser vendedoras, e se permitiria a presença de crianças de

32 Resolução 104/2006 disponibilizada pelo Departamento de Conservação e Educação Ambiental do Parque Nacional Iguazú (PNI).

no máximo dois anos de idade que estivessem sob cuidado de suas mães. A conduta dos membros das comunidades deverá ser em “todo momento” decorosa e em harmonia com o lugar público em que desenvolve sua atividade, a limpeza e ordenamento ficaria a cargo dos artesãos. Por fim, diante de quaisquer descumprimento do Anexo 1 da Resolução N° 104/2007, o artesão ou artesã receberia até três sanções, após a última, estaria inabilitado de vender no interior do Parque.

Figura 49: Primeiro modo de realização da Feira no PNI



Fonte: Catálogo de Artesanías Mbyá Guaraní, Parque Nacional Iguazú, 2014.

Tais Resoluções apresentadas: 0067/2001; 0068/2004; 0104/2007; as subsequentes: 109/2010 e 334/2013; e o Expediente 1035/2006, a partir da “necessidade de formalização da organização dos artesãos das comunidades do povo originário Mbyá Guaraní dentro da Feira Artesanal fixada na Área Cataratas do Parque Nacional Iguazú”³³ apresentam o mesmo texto inicial. Ele é pautado pelo Plano de Gestão Institucional para os Parques Nacionais, prevê que a promoção da venda de artesanatos no interior das áreas protegidas, e tem como objetivo contribuir com a revalorização e difusão da diversidade cultural, do patrimônio cultural material e imaterial das comunidades locais, ao mesmo tempo gerando oportunidades para o desenvolvimento social e econômico das mesmas. Ao passo que seria de caráter do Parque Nacional, neste contexto, fortalecer o vínculo com os Povos Originários, atender suas demandas, elaborar regulamentações especiais para garantir a subsistência das comunidades que circundam as áreas protegidas³⁴.

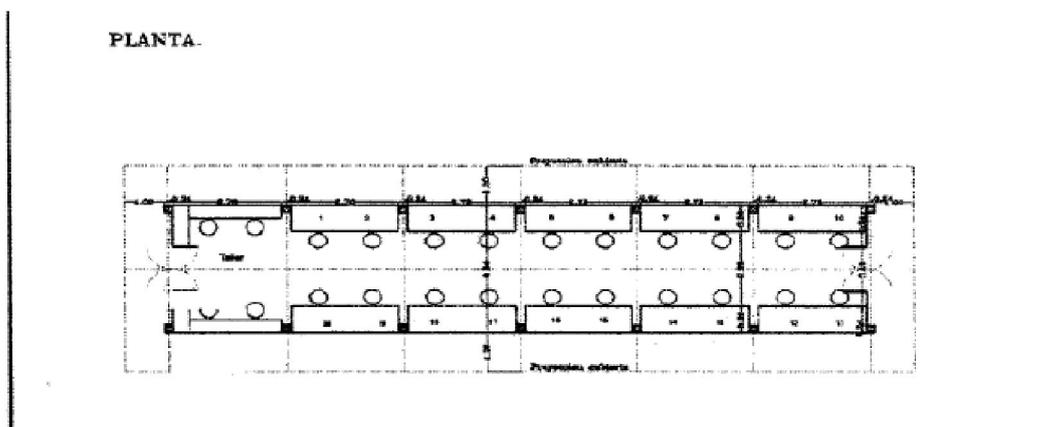
33 Resolução 109/2007 disponibilizada pelo Departamento de Conservação e Educação Ambiental do Parque Nacional Iguazú (PNI).

34 Resolução 109/2010 disponibilizada pelo Departamento de Conservação e Educação Ambiental do Parque

Questionados a respeito da formalização destas leis e que tipo de demandas dos Mbyá elas atendem, os Mbyá que conversei me disseram que tais determinações ocorreram em tempos de outros caciques e que geralmente quando se propõe uma mudança é por parte do Parque que entra em contato com as lideranças das comunidades as quais tem por dever saber o que os demais moradores tem por interesse.

As últimas resoluções 109/2010 e 334/2013 trazem textos complementares das primeiras, no anexo 1 da resolução 109 define-se que os artesãos devem retirar-se do Parque 30 minutos antes de seu fechamento. Também se fala respeito a Oficina de Projetos de Desenvolvimento Regional (OPDR) que seria a parte da intendência do Parque Nacional que estaria encarregada do cumprimento dos expedientes aprovados por lei que regem a venda de artesanatos e seus condicionantes. No mesmo anexo, define-se a planta do local da feira.

Figura 50: Planta da atual construção da Feira Yhari



Fonte: Resolução 109/10 Secretaria de Turismo/ APN. 2010.

Figura 51: Susana fazendo grafismo



Fonte: autora, 2018.

Ainda no anexo 1, define-se pela primeira vez que a distribuição, quantidade dos postos da feira e a maneira de rotatividade dos artesãos, seria definida através de reunião com os caciques, como de fato, explicou-me o cacique Alcide que ocorria até hoje desta maneira e que, inclusive no dia que lhe encontrei, carregava uma lista com os nomes das famílias e dos artesãos e a escala de três dias seguidos que deveriam estar cada um deles no Parque com seus respectivos artesanatos. Tal anexo relata a criação de um espaço chamado *Taller* (oficina) que ocorreria próximo ao posto de vendas, criado exclusivamente para mostrar as técnicas de elaboração de artesanatos para os turistas.

3.5.2 Regulamentação dentro das áreas protegidas

A partir das disposições, resoluções e expediente negociados entre o Parque Nacional Iguazú (PNI) e o Ministério do Turismo, foi elaborado o *Regulamento de venda de artesanatos dentro das áreas protegidas*, sob supervisão do Programa Manejo de Recursos Culturais (MRC) e da Administração de Parques Nacionais (APN), tal regulamento determina a aplicação em toda a jurisdição da mesma. O documento conta com dez capítulos, setenta artigos e cinco anexos, os quais destacarei aqui aqueles que tangem determinações a respeito do que deve ser caracterizado enquanto “artesãos” e “artesanato”, ou seja, que pré-requisitos serão operacionalizados para a identificação destes.

No Capítulo 1 o artigo 2º: diz: “Se considera artesão todo trabalhador que de acordo a seus conhecimentos e sentimentos, técnicas e habilidades tradicionais confecciona objetos, em forma predominantemente manual ou utilizando ferramentas que produzem e reproduzem estilos e/ou motivos de valor cultural representativos das culturas ancestrais e da diversidade cultural”.

Enquanto o artigo 3º: “o artesanato se define como todo objeto elaborado com materiais que o meio provém (...), com intenções artísticas e/ou destinadas a cumprir funções utilitárias (...). Aos efeitos comerciais e administrativos, dentro da jurisdição desta Administração, somente se reconhecerá como artesanato propriamente dito, aquele a que a Autoridade de Certificação lhe outorgue o Certificado de Qualidade que a reconhece como tal”.

Estas passagens demonstram o que o autor Carlos Marés chama de “interferência do Estado”: pessoas não Mbyá, a partir de levantamentos e estudos elaborados entre as demandas do Parque e dos Mbyá-guarani, produzem uma normativa para aqueles artesãos e objetos que deverão circular neste espaço ao qual são responsáveis perante o Estado. Esta alta estatização dos elementos culturais Mbyá e de outros povos que posteriormente viriam a submeter-se a permanência neste espaço comercial geram uma série de situações e transformações dentro das comunidades, as quais, pelo fato de serem pautadas em ordenamentos assimétricos, estão constantemente em condições de submeter-se.

“Quanto maior a interferência do Estado e das outras instituições, [maior abalo da estrutura social], daí ser regra de ouro o princípio da não intervenção, da busca pelo não contato onde for ainda possível tal opção. Deixando que os povos (...) continuem a viver sua vida livre, devendo o Estado garantir a integridade do território em que estiverem” (MARÉS, 2002, p.11).

3.5.3 Certificado de Qualidade

No Artigo 7º: aparecem as normativas correspondentes ao Certificado de Qualidade, que expõe o caráter artesanal dos objetos e dá garantia que os mesmos reúnem os requisitos e critérios para a venda de artesanatos dentro dos espaços habilitados³⁵.

Os critérios definidos no capítulo 6º determinam que a Autoridade de Certificação observe: critério de origem, que busca valorizar produtos que permitam a troca de experiências e

35 Regulamento de Venda de Artesanatos dentro das Áreas Protegidas, elaborado após as Resoluções e Expediente, cedido pelo Departamento de Conservação e Educação Ambiental do Parque Nacional Iguazú (PNI).

conhecimentos das comunidades residentes na região; critério de recuperação de valores, associados ao artesanatos que remetem maior proximidade ao “resgate”, preservação e transferência dos valores culturais e sociais locais; em caso de falta de posto para vendas, que sejam observados e atendidos os vendedores que se encontrem em condições sociais e econômicas desfavoráveis e que vivam dentro da área protegida³⁶.

Os demais artigos dizem respeito ao funcionamento de verificação de tais requisitos, que para outorgar a qualidade, haveria o crivo da Comissão Organizadora e da Comissão Intercultural, as quais constituiriam a Autoridade de Certificação e a Ata de Funcionamento, em continuação, cita o Registro Local de Artesãos - Artesanatos que seriam reconhecidos pela “Autoridade de Certificação”, inclusos como parte do Registro Nacional de Recursos Culturais.

O 4º Capítulo intitulado “*Das autoridades de certificação e da delegação de responsabilidade sobre elas*” fala a respeito das três partes que integrariam a Autoridade de Certificação: um membro representante da Administração de Parques Nacionais (APN), um organismo ou instituição da Área Cultural, do nível municipal ou estadual e um representante do grupo de artesãos eleito em assembleia por votação³⁷.

Também determina o Convênio para o Estabelecimento da Autoridade de Certificação, que trata-se da Ata de Funcionamento incluso no Anexo III do documento, que norteia as responsabilidades pertinentes à avaliação profissional dos artesãos e seus artesanatos e sua posterior seleção lhes outorgando o Certificado de Qualidade, que deve considerar que matérias primas serão utilizadas para a confecção de artesanatos, considerando o Regulamento para a proteção e manejo da fauna silvestre (Resolução 157/91) e o Regulamento e a Política para a Conservação do Patrimônio Cultural (Resolução 115/01)³⁸.

Fica a cargo destas autoridades estabelecidas em regulamento a outorga do Certificado de Qualidade aos artesãos, que poderão recorrer somente diante da instância técnica, a qual se limitaria a autorizar a permissão para a atividade comercial, cumprindo as resoluções e normativas citadas anteriormente, porém limitando-se a reproduzir as indicações de ordem cultural que se tenha estabelecido.

36 Capítulo 6º do Regulamento de Venda de Artesanatos dentro das Áreas Protegidas.

37 Artigo 31º do Regulamento de Venda de Artesanatos dentro das Áreas Protegidas.

38 Artigo 34º e 35º do Regulamento de Venda de Artesanatos dentro das Áreas Protegidas.

O 5º Capítulo que trata especificamente do Certificado de Qualidade, relata que o mesmo terá validade de dois anos, deverá estar exposto em local visível no posto de venda e terá um custo para compensar os “gastos administrativos” que, tendo o artesão a impossibilidade de pagá-lo, teria o prazo de seis meses para quitar. O Certificado de Qualidade garante que: a) os artesanatos apresentam técnicas e desenhos representativos da identidade das comunidades locais; b) que os produtos são característicos da área de influência da Administração do Parque; c) que são confeccionados por artesãos locais; d) que os produtos foram realizados predominantemente a mão e que não estão produzidos em série industrializada³⁹.

Figura 52: Certificado de Qualidade



 (Membrete del Área Protegida)

Certificado de Calidad

PARQUE NACIONAL/ RESERVA PROVINCIAL/ MONUMENTO NACIONAL:

Nº (permiso)

Datos Personales del Artesano:
 Comunidad o Grupo:

Emplazamiento del puesto/ Sector de la vitrina o de la vivienda:

Descripción de las artesanías :

Reglamento Venda de Artesanatos dentro das Áreas Protegidas, 2004.

Apontar as diretrizes do Parque Nacional Iguazú referente ao Certificado de Qualidade tem como objetivo revelar algumas problemáticas, apesar dos documentos assegurarem a participação dos Mbyá-guarani na tomada de decisão, frente a quantidade de pessoas e órgãos não Mbyá, eles são a minoria. É notório que os documentos trazem de maneira impositiva como deve ser a atividade artesanal dentro das áreas protegidas, neste caso, especificamente relacionado à venda do artesanato Mbyá dentro do Parque Nacional Iguazú.

Como já mencionado, a interferência do Estado no que tange as produções dos Mbyá pode gerar um “abalo da estrutura social” (MARÉS, 2002) que no caso do artesanato se desdobra na

³⁹ Artigo 42º do Regulamento de Venda de Artesanatos dentro das Áreas Protegidas.

mitologia, quando aponta as produções originais (*y'pará*) e as cópias (*ta'anga*), esta última geralmente associada ao *jurúa*, que aqui é representado pelo Certificado de Qualidade. Ademais de uma caracterização externa aos Mbyá do que se espera de seus artesanatos para a venda, a produção em grande escala do mesmo *índice* acaba gerando uma produção de *protótipos* (GELL, 2016) que acabam seguindo respectivamente a mesma lógica da divisão *y'pará* e *ta'anga*.

4. ARTESANATO MBYÁ-GUARANI NA ARGENTINA E O PATRIMÔNIO

Estudos a respeito do patrimônio cultural são marcados pela interdisciplinaridade, combinando discussões atribuídas a Sociologia, História, Arquitetura, Antropologia, entre outros, em torno de questões relacionadas a memória, identidade, territorialização, tradições, etnicidade, etc. (SOUZA, CRIPPA, 2011, p. 237). Entretanto, quando abordado em cada uma das disciplinas, o patrimônio resulta em aspectos e problemáticas diferentes e nem sempre complementares.

Enquanto categoria de pensamento, o patrimônio pode oferecer entendimento da vida social e cultural, não sendo uma categoria considerada “exótica”, sim muito conhecida ao pensamento moderno ocidental (GONÇALVES, 2007, p. 108). Seu estudo na antropologia contribui para explicitar até que ponto tal categoria ou conceito encontra-se também fora da matriz de pensamento tida como moderno/ocidental, ou seja, entre grupos étnicos, como é o caso dos Mbyá-guarani.

“A originalidade da contribuição dos antropólogos à construção e ao entendimento da categoria “patrimônio” reside, talvez, na ambigüidade da noção antropológica de cultura, permanentemente exposta às mais diversas concepções nativas. Explorando essa direção de pensamento, é a própria categoria “patrimônio” que vem a ser pensada etnograficamente, tomando-se como referência o ponto de vista do outro. Pergunta-se: em que medida essa categoria é útil para entender outras culturas? Em que medida ela nos permite entender o universo mental e social de outras populações?” (GONÇALVES, 2007, p. 115).

A categoria patrimônio constituiu-se no final do século XVIII, combinada aos processos de formação dos Estados nacionais, entretanto, enquanto categoria de pensamento, ela já existia no mundo clássico, na idade média e nas chamadas sociedades tribais (GONÇALVES, 2007, p. 109). Deve-se levar em consideração que o patrimônio não necessariamente está voltado a uma ideia de acúmulo de bens, pode estar também associado a destruição ou redistribuição.

É preciso ainda esclarecer que no ponto de vista da “modernidade ocidental” que compõe os Estados nacionais, a categoria patrimônio tende a surgir com delimitações bem precisas: é uma categoria individualizada, seja enquanto patrimônio econômico e financeiro; seja enquanto

patrimônio cultural; seja enquanto patrimônio genético; etc. (GONÇALVES, 2007, p. 110). Observando o tema deste trabalho, que tem como foco o artesanato Mbyá-guarani, aqui é feito um esforço em observá-lo neste capítulo enquanto patrimônio cultural, o qual, “a par de sua existência real, constitui uma formação discursiva (Foucault, 1972) que adquiriu solidez ao longo da modernidade ocidental” (VELOSO, 2006, p. 229).

A partir do último século, o conceito de patrimônio passou por uma redefinição, especialmente nas ciências sociais, levando em consideração três grandes transformações associadas a identidade nacional (CANCLINI, 1994) nos seguintes âmbitos:

O patrimônio não inclui apenas expressões “mortas” da cultura, associadas a arqueologia ou arquitetura colonial, mas passa a incluir também bens culturais materiais e imateriais, artesanatos contemporâneos, línguas, saberes e documentações; a política patrimonial também passou por ampliações, traçando conexões com bens existentes “antigamente” as necessidades de conservação e preservação dos grupos envolvidos nesta demanda; por fim, reconheceu-se o patrimônio de uma nação através dos produtos de cultura popular, música indígena, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais, em oposição a até então concepção de bens culturais produzidos por uma classe hegemônica, associada a erudição, nobreza ou aristocracia (CANCLINI, 1994, p. 96).

Na Argentina, assim como no caso estudado por Canclini no México⁴⁰, a ampliação do conceito de patrimônio deu-se mais ou menos da mesma maneira, progressivamente através de documentos nos níveis nacionais, estaduais, regionais e municipais, atendendo demandas de grupos diversificados, ora para satisfazer um impulso econômico atrelado ao turismo, consumo de bens, salvaguarda de objetos e confecções, ou atrelado a determinações de órgãos internacionais, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, ao intitular regiões no país como Patrimônio da Humanidade, neste último caso, podendo estar associado aos exemplos anteriores. Tendo em vista que as populações destas regiões são consideradas nativas, portadoras de sabedorias, confecções de artesanatos, práticas alimentares e sociais que diferenciam-se da cultura hegemônica posta nas grandes metrópoles do país.

40 O autor analisa a condição de Patrimônio e suas nuances a partir de sua observação do contexto cultural mexicano. Mais em CANCLINI, Néstor et al. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. 1994, p. 95-115.

Entidades parcial ou integralmente privadas também utilizam dentro de suas diretrizes da noção de patrimônio para gerenciar ações locais ou gerais dentro de suas instituições, como é o caso do Parque Nacional Iguazú⁴¹, onde localiza-se as Cataratas do Iguazu. Nas últimas décadas, ele vem ajustando políticas internas de permanência de artesãos e músicos Mbyá-guarani durante o horário de funcionamento do Parque. Estas entidades apesar de trabalharem com uma noção de patrimônio, são entidades que também dependem do lucro gerado pela movimentação turística, e acabam utilizando do conceito “patrimônio” como respaldo às suas ações, que com a contribuição dos nativos tornam-se válidas ao convívio, entretanto, podendo estar em choque com diretrizes estatais e internacionais que definem o que é ou não patrimônio.

Novamente, remetendo ao caso do trabalho de campo entre os Mbyá da Argentina que frequentam enquanto vendedores ou músicos o Parque Nacional Iguazú, houve uma articulação entre os poderes nacional, estadual e municipal que gerou uma série de documentos atestando e reificando a presença Mbyá-guarani no Parque enquanto uma maneira de contribuir ao fortalecimento patrimonial deste grupo. Entretanto, uma série de normativas foram desenvolvidas para definir este patrimônio, como por exemplo, o Certificado de Qualidade⁴² que deveria ser anexado as produções artesanais. Após passarem por inspeção de uma equipe definida em reunião e ata que contava com um representante da comunidade e os demais não Mbyá integrantes, em sua maioria, funcionários do Parque, era reconhecido enquanto um artesanato original Mbyá possível de ser exposto a venda.

Esta lógica contradiz as primeiras definições e transformações internacionais de patrimônio, que tem como base que aquele grupo étnico/população defina o que produz enquanto objeto/produto de sua cultura. Então, vemos nesta intervenção do Parque, uma diretriz do que deve ou não ser comercializado, o que em longo prazo, considerando as transformações que passam as produções artesanais, estas confecções podem tornassem outras.

Baseado em uma proposta teórica de Canclini (1994) de análise do patrimônio, evidenciam-se segundo o autor, seis questões, das quais em três concentram-se especulações sobre monumentos e hegemonia cultural e em outras três é possível refletir o artesanato Mbyá-guarani: o patrimônio cultural e a desigualdade social, a construção imaginária do patrimônio e usos do patrimônio.

41 Parque Nacional Iguazú (PNI) lado argentino.

42 Documento apresentado no Capítulo 3: *Yriapú e a Questão Artesanal*, estabelecido no *Regulamento de venda de artesanatos dentro das áreas protegidas dos Parques Nacionais*.

O patrimônio cultural atesta este espaço onde o social transcende diferenças comumente impostas em níveis hegemônicos de sociedade, levando em consideração que ele promove um elo entre indivíduos através de elementos que não conectam-se necessariamente com a condição socioeconômica, sim com prestígio histórico/simbólico de bens (CANCLINI, 1994, p. 96). Entretanto, ocorre uma dissonância nesta intenção do discurso patrimonial quando se estuda outros aspectos da vida social. Por mais que esta ideia de horizontalidade esteja neste discurso, as produções e bens não pertencem ou pertenceram realmente a todos (idem). Esta constatação pode ser vista de melhor maneira em contextos de cultura ocidental hegemônica, onde os ensinamentos promovidos por escolas e museus não chegam ou são acessados por todos da mesma maneira (ibidem).

Porém, esta dissonância apresentada revela isso a um nível macro social, levando em consideração distinções puramente socioeconômicas. Quando passamos a analisar esta problemática em uma perspectiva de diferenciação ou fronteira étnica, como é o caso dos Mbyá-guarani com a sociedade envolvente, ainda outras questões são postas, apesar da escassez de recursos que emergiu desde os primeiros contatos com os europeus, passando ao intenso convívio com os colonos e hoje com a sociedade argentina de herança social constituída branca europeia, não há como atrelar a condição de existência dos Mbyá com pobreza cultural/monetária. Fazer isso mudaria toda a lógica de produção artesanal contemporânea e afirmaria a mera necessidade substancial desta produção, o contrário do que atestam os próprios Mbyá como já explicitado nos capítulos anteriores.

Em relação a construção imaginária do patrimônio (CANCLINI, 1994) com o passar das décadas, o imaginário nacional e regional vai se transformando, pautada em uma série de variáveis (costumes, tradições, influências estrangeiras, território). Esta transformação ao mesmo tempo que é realizada é captada e vivida pela sociedade. Os discursos a respeito da cultura literária, os heróis nacionais, canções, etc. foram solidificando uma matriz capaz de formar o sentimento nacional dando uma coerência imaginária (CANCLINI, 1994, p. 98) capaz de manter-se apesar das transformações que decorrem posteriormente. A partir do momento em que estes discursos e práticas alcançam uma concepção coletiva de nação, pode-se considerar que ela constitui-se patrimônio cultural (idem).

Canclini define patrimônio cultural como “cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos” (CANCLINI, 1994, p. 99).

Por fim, a respeito dos usos do patrimônio, tendo em consideração que ele possui um espaço de disputa econômica, política e simbólica (CANCLINI, 1994, p. 100) em que disputam o Estado, os grupos sociais e a iniciativa privada. Neste sentido, evidencia-se na etnografia realizada da confecção e venda do artesanato Mbyá a presença destas três iniciativas. As contradições que derivam do uso do patrimônio acontecem pelos sentidos antagônicos em que estão postos os interesses de cada uma delas. Em Puerto Iguazú, a preocupação estatal em relação ao artesanato Mbyá derivou-se da demanda privada que antecedeu esta relação.

Os documentos abordados aqui no capítulo III: *Yriapú e a questão artesanal* a respeito da normatização da venda dentro do Parque Nacional Iguazú surgiram muitos anos depois da consolidação do mesmo na região, pois seu próprio desenvolvimento e êxito estão atrelado a iniciativa privada das redes hoteleiras que sustentam-se do turismo da região. No entanto, não se pode perder de vista que a confecção artesanal por parte dos Mbyá antecede a construção do Parque e toda essa cadeia comercial. Essa articulação demonstra que por mais antagônicos que sejam os interesses dos diferentes atores, eles estão conectados e atualmente dependentes. Porém, deve-se também buscar meios para que o artesanato não seja compreendido como patrimônio apenas no sentido em que está submetido aos interesses e espoliações econômicas, pois esta compreensão acaba gerando discursos empobrecidos de sentido nas entidades que salvaguardam o patrimônio, definindo o fomento a este como meio principal (e único) de subsistência desta população.

É importante ter em vista que apesar do patrimônio constituir-se como elemento de salvaguarda e ter sua noção assimilada positivamente, no caso, pelos artesãos Mbyá-guarani, é necessário ter o cuidado em não constitui-lo em uma mercadoria qualquer, dando a ele uma noção/função estritamente mercantilista e fetichista (VELOSO, 2006, p. 229). O patrimônio cultural extrai sua singularidade por expressar “marcas de distinção” que por sua vez remetem a situações específicas vividas por uma determinada comunidade (idem). Aqui, torno a dizer, nada diferente do que ocorre com o artesanato Mbyá e todo o sistema de ação⁴³ (GELL, 2016) que arranja o objeto artesanal no espaço-tempo.

A política cultural referente ao patrimônio não tem como tarefa resgatar apenas objetos “autênticos” de uma sociedade, mas os que são culturalmente representativos (CANCLINI, 1994, p. 113). Transcendendo assim sua composição enquanto mero objeto e desvelando práticas e ações

43 Explicitado no Capítulo 3: *Yriapú e a Questão Artesanal*.

materiais e imateriais que o perpassam, que inclusive cruzam e ligam grupos que aparentemente são antagônicos.

4.1 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

O Patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais (MENESES, 2009, p. 31). Isso também acontece com o patrimônio imaterial, considerando que todo patrimônio material surge de/com uma dimensão imaterial de significado e valor e conseqüentemente, por sua vez, todo patrimônio imaterial necessita de uma dimensão material para realizar-se, tais diferenças são basicamente, operacionais (idem). Assim, ambas as categorias, material e imaterial estão presentes em todos os bens culturais. Entretanto, tal separação é uma construção discursiva, historicamente datada (ibdem). No final dos anos 1830, pós-revolução francesa, ocorreu a primeira comissão de monumentos históricos, onde obras foram divididas em três categorias principais: remanescentes da Antiguidade, construções e edifícios religiosos da Idade Média e Castelos, surge assim, o sentido de patrimônio como construção material (CHOAY, 2006). Entre o século XIX e XX foi o período com intensa preocupação com a conservação e restauração (MENESES, 2009). Em 1964 é consagrada a Carta de Veneza, em que seu ponto alto faz referência a um conjunto de construções que são consideradas monumentos históricos (idem). Este é o marco temporal de um discurso patrimonial autorizado (SMITH, 2008 *apud* CRIPPA; SOUZA, 2011) que perpetuou-se na contínua acumulação de discursos e construções de imaginários e narrativas nacionais.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco é uma agência de cooperação dentro do Sistema das Nações Unidas que surge como dominante no assunto referente ao patrimônio. No ano de 1972 ela publica a Recomendação de Paris sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural trazendo a definição de cada elemento neste documento, é sugerido que os países que possam ter patrimônios que se estendam a países vizinhos e outros que não podem constituir proteção e renovação a estes, sejam auxiliados. Em 1989 é publicada a *Recomendação de Paris sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, também trazendo parâmetros para definir, identificar, conservar, salvaguardar, difundir e proteger os conceitos que intitulam o documento, trazendo a inclusão como um dos principais temas da tradição oral (UNESCO, 1989).

O Patrimônio Imaterial, antes de ser definido assim através de convenção no ano de 2003 que resultou no documento Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial era

articulado como “Patrimônio Intangível”. Esta convenção torna-se um marco, porque a Unesco não estava fazendo mais apenas uma recomendação, mas os países signatários deveriam esforçar-se para cumprir o texto aprovado e destinar regularmente recursos para um *Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (MENESES, 1992). Então, nesta Convenção definiu-se por “patrimônio cultural imaterial”:

“as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana” (UNESCO, 2003, p.4).

Pode-se compreender a determinação da Convenção respeito ao Patrimônio Imaterial não como regras fixas a serem cumpridas, mas sim, um norte a orientação de ações nos âmbitos governamentais e não governamentais que envolvam e principalmente tenham iniciativa dos praticantes, que são os principais responsáveis por sua continuidade.

Passando para a relação e/ou diferenças entre o Patrimônio material e imaterial, nas últimas décadas a Unesco e as entidades que trabalham com a questão vem reafirmando a inter-relação entre ambos conceitos (WIJESURIYA et al; 2016). Monumentos, construções, igrejas, são classificados como patrimônios e vistos como diferentes de outras construções por meio de significados que foram adquirindo socialmente, ou seja, em seu caráter intangível (idem).

Autores apresentam distintos posicionamentos em relação ao conceito de patrimônio imaterial, para Oliven (2003) não é o “suporte” que atribui a característica de patrimônio cultural, sim os valores que lhe são atribuídos. Já para Smith (2008) é possível abandonar a dicotomia entre material e imaterial e considerar toda categoria de patrimônio como intangível, não que a autora negue o aspecto material de bem, mas compreende que ele não é autoexplicativo e apenas destaca-se dos demais materiais iguais ou semelhantes a partir dos sentidos que lhes são atribuídos nos seus usos sociais (SMITH, 2008 *apud* SOUZA, CRIPPA, 2011, p.243). Deste modo, compreendendo o patrimônio desde o presente, ele não é algo dado, sim um objeto em ação através do tempo. Desde 1992, o programa da Unesco “Patrimônio Cultural Intangível” vem afirmando a necessidade de não se “cristalizar” ou “engessar” bens (AIKAWA, 2004, *apud* SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 243), ou

seja, o cuidado de não essencializar bens que dependem de sua trajetória temporal e espacial muitas vezes para manter-se enquanto referencial patrimonial.

Contemporaneamente, as políticas culturais do mundo globalizado devem começar por um enfoque local que leve em conta as interações inevitáveis de todas as redes de atores, essas políticas intercomunicadas devem ser capazes de sintonizar-se sem ter como negociata a diversidade e a preservação dos valores culturais e a ética global, devem de ter em conta todos os elementos que conformam a vida cultural: a criação, a preservação e promoção do patrimônio histórico e natural, com ênfase em integrar-se com o conjunto de políticas locais ou regionais que buscam o desenvolvimento (MORALES, 2000).

Entretanto, mesmo com esse esforço conceitual que transforma-se a cada determinação da Unesco, da atuação de Estados e do circuito de atores que atuam na patrimonialização de bens, os discursos patrimoniais fora das comunidades estão inseridos em um contexto de objetificação cultural que desenrola-se no pensamento ocidental em deduzir fenômenos não materiais, como tempo, tradição e nação semelhantes a objetos físicos, ignorando o fato de não serem objetos naturais e nem existentes *a priori*, sim o construto de imaginários e ideias humanas (HANDLER, 1984 *apud* SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 244).

O autor José Gonçalves afirma que atualmente qualquer objeto material, prática social, espaço ou conhecimento pode ser celebrado como patrimônio, questionando as razões deste incontrolável processo de expansão dos patrimônios no mundo contemporâneo frente ao embate entre a obsessão preservacionista e a destruição sobre diversos bens culturais (GONÇALVES, 2015, p. 212). Para isso, o autor apresenta esse discurso de necessidade de identidade como dispositivo de poder (FOUCAULT, 2006, *apud* GONÇALVES, 2015, p. 213), o qual acaba gerando indivíduos, e não o contrário. Assim, o autor conclui que os patrimônios são menos expressões de identidades do que meios de produção de determinadas formas de autoconsciência individual e coletiva, isto é, de um ponto de vista analítico, sendo que enquanto categoria, ela pode ser encontrada de formas diferenciadas, em outras sociedades e culturas (GONÇALVES, 2015, p. 214). Neste caso, destacando o contexto ocidental e hegemônico do conceito de “patrimônio”, também é necessário mostrar os diferentes usos dele enquanto categoria pelas comunidades inseridas na sociedade hegemônica capitalista, pois através dele, é possível também acessar benefícios simbólicos e materiais.

4.2 PATRIMÔNIO CULTURAL NA ARGENTINA

As políticas de preservação do patrimônio pelo Estado, em específico, do patrimônio cultural na Argentina conta com uma Comissão Nacional surgida ao final dos anos 1930 que teve como responsabilidade definir o que eram e salvaguardar a princípio, monumentos nacionais. É importante explicitar essa característica de como o estado lida com os bens culturais, tendo em consideração que é necessário repensar a escala de alcance deles, (municipal, estadual, federal) e quase sempre definidos a partir de critérios jurídico-administrativos ou quantitativos ou segundo apenas a extensão espacial da ocorrência (MENESES, 2009, p.30).

Essa legislação que surge sobre o patrimônio no país, passará a ser na década de 1970 construída em outros âmbitos do Estado, que resultou na institucionalização do mesmo via a fragmentação em órgãos provinciais voltados ao patrimônio durante os anos 1980 (ARAÚJO, 2017). A reforma constitucional ocorrida em 1994 vem então reforçar e determinar a responsabilidade dos órgãos provinciais e municipais com autonomia (art.123)⁴⁴ para a preservação do patrimônio cultural (idem).

A Constituição Federal de 1994 da Argentina menciona em dois artigos a questão do patrimônio: “Artigo 41: Todos os habitantes gozam do direito de um ambiente são, equilibrado, apto para o desenvolvimento humano (...) As autoridades proverão a proteção deste direito, a utilização racional dos recursos naturais, a preservação do patrimônio natural e cultural e da diversidade biológica, e a informação e educação ambientais”; “Artigo 75: Corresponde ao Congresso (...) ditar leis que protejam a identidade e pluralidade cultural, a livre criação e circulação das obras do autor; o patrimônio artístico e os espaços culturais”.

Em um sentido amplo, a importância de situar bens patrimoniais e da preservação patrimonial vem ganhando espaços diversos no contexto social argentino. Um exemplo disto é a incrementação de propostas de tornar objetos e lugares em patrimônio, sobretudo, cultural. Os atores que propõem e disputam esta categorização estão presentes em diversos setores da sociedade, como as empresas privadas, o governo, ONG's e cada vez mais, os autores destes objetos ou moradores destes locais. No entanto, é necessário destacar as lacunas que a Constituição de 94 deixa ao tratar de patrimônio cultural que fica, então, constantemente dependente de adequação aos requisitos dos órgãos e instituições em níveis estaduais e municipais que trabalhem com a temática.

44 *Constitución de la Nación Argentina, 1994.*

No estudo aqui apresentado a respeito do artesanato Mbyá-guarani em comunidade localizada no estado/província de Misiones, analisada a Constituição do estado⁴⁵, não existe artigo falando diretamente de quaisquer tipos de patrimônio (cultural, histórico, material, imaterial, etc.), entretanto, indiretamente, existem artigos que dizem respeito a condições que dispõem o estado à cultura, por exemplo, dos direitos sociais: “Artigo 3: O trabalho é um direito e um dever de caráter social. A Província promovera a criação de fontes de trabalho e assegurará ao trabalhador as condições econômicas, morais e culturais para uma existência digna”; “Artigo 37: A proteção integral da família, procurando os meios que lhes sejam necessários para o cumprimento de suas funções espirituais, culturais, econômicas e sociais”. “Artigo 52: Se ditará a lei de Planejamento Provincial, de caráter regional, que contará com a participação ativa de todos os grupos sociais e econômicos, os programas para o pleno e harmônico desenvolvimento da economia e a cultura da Província de Misiones”.

Em determinação constitucional do que deve ser as atribuições e deveres dos poderes municipais sob o estado de Misiones inseridos no Artigo 171: “(...) Fomentar a instrução pública e a cultura artística, intelectual e física”. É importante que mesmo não falando diretamente do patrimônio, destaca aberturas na legislação que permitem refletir sobre o mesmo e criar alternativas da inserção do artesanato Mbyá enquanto patrimônio em outros espaços além dos já existentes, como é o caso do Parque Nacional Iguazú que possui enquanto respaldo da venda do artesanato, o fomento a tal⁴⁶.

Entretanto, no ano de 2003, em um marco normativo, a Câmara de representantes da Província de Misiones promulgou uma lei referente a identidade indígena, que modificava o art. 9 da Constituição Provincial, e que dava reconhecimento as populações indígenas:

“A província reconhece a preexistência étnica e cultural do povo indígena Mbyá, garantindo o respeito a sua identidade e o direito a uma educação bilíngue e intercultural, a ser executada, preferencialmente, por docentes e auxiliares indígenas. Reconhece e garante a pessoa jurídica de suas comunidades e organizações e assim mesmo, o direito a participação plena, através de seus representantes, na gestão de recursos naturais; o direito a usar, manter, desenvolver e administrar serviços próprios de saúde e demais interesses que os afetem. Reconhece a posse e propriedade comunitária das terras que tradicionalmente ocupam e regula a entrega de outras aptas e suficientes para o desenvolvimento humano. Nenhuma delas será alienável, transmissível, prescritível nem suscetível de embargos. Assim, assegura seu patrimônio cultural e propriedade intelectual. Os

45 *Constitución de la Provincia de Misiones, 1958.*

46 Detalhes no Capítulo 3: *Yriapú e a Questão Artesanal.*

municípios podem exercer estas atribuições” (Artigo 9 da Constituição Provincial de Misiones (revogada) *apud* PIÑEIRO, 2013, p. 78).

Ocorreram questionamentos, no quesito de que os Mbyá correspondiam a uma parcela entre outras etnias do estado. Ademais disso, a reforma da lei foi cancelada, pois exigia referendo que não se convocou nas eleições provinciais o resultado desta tentativa chegou as lideranças Mbyá, as quais a partir disso puderam ampliar suas reivindicações, frente o Estado (PIÑEIRO, 2013).

Em um plano integrado de gestão territorial do estado de Misiones, estado, empresas e representações civis destacaram quatro itens a serem explorados: oportunidades, debilidades, ameaças e fortalezas. Neste último, foram enquadrados enquanto biodiversidade os recursos patrimoniais, a multiculturalidade, os atrativos turísticos, a fauna e a flora, a floresta e a água doce (CACERES, 2012, p. 190).

No município de Puerto Iguazú, funciona a Direção de Patrimônio Histórico e Cultural DMPHC que foi criada com o intuito de organizar e integrar o patrimônio material e imaterial da cidade. Segundo o *website* da prefeitura: “com a criação desta nova direção, é política de estado a recuperação e colocada em valor o patrimônio histórico-cultural que se apresentará de forma ordenada e acessível a comunidade. Busca-se resgatar a história local e materializar nossa identidade de iguaçuenses”⁴⁷. Tem como missão da DMPHC, o “resgate” e a preservação do patrimônio histórico e cultural material e imaterial de Puerto Iguazú e região; como visão ser a instituição mais destacada no norte da província de Misiones que salvasgarde e comunique os dados históricos e culturais da região para o ano de 2022.

Dentre os objetivos gerais da DMPHC, estão a manutenção e moldagem do Arquivo Histórico Municipal de acordo com as técnicas referentes ao mesmo; conformação do Museu da Cidade de Puerto Iguazú, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio ambiente com fim na educação e estudo; conformação da biblioteca histórico-cultural municipal e por fim; tramitar a declaração de bens móveis e imóveis como patrimônio histórico, cultural, municipal, provincial ou nacional.

A divulgação institucional do DMPHC circunda os povos tradicionais, a história local e o imaginário identitário missioneiro. No canal oficial do órgão, são apresentados alguns vídeos

47 <<http://iguazu.gob.ar/direccion-patrimonio-historico/>> acessado em 21 de abril de 2019.

promocionais, os quais destacam-se em relevância para o tema aqui abordado, a relação desta instituição com os Mbyá-guarani da região. Referente a celebração do dia do índio no ano de 2018, foram levados alguns jovens e crianças da escola Jasy Porã, aldeia de mesmo nome, vizinha de Yriapú, até o museu *Imágenes de la Selva* para apreciar as obras do artista missioneiro Pesebre Criollo, que conta por meio de objetos confeccionados em argila, em sua maioria bustos e estátuas representando indígenas, a representação histórica da região. A atividade buscou, segundo relatado pelas coordenadoras do DMPHC, o encontro desses jovens com sua própria história e possibilitou a realização de uma oficina que ensinava a confeccionar objetos semelhantes, o qual uma das coordenadoras destaca que na argila é possível reparar erros que na madeira não é⁴⁸.

Outro exemplo de iniciativa relacionado ao patrimônio e às comunidades Mbyá é encontrado na ONG Proyeto Mate, a qual tem como base de articulação, especialmente na comunidade Yriapú, a educação. Com um discurso a respeito do atrelamento das comunidades Mbyá da região com a falta de oportunidades no âmbito escolar, gerando escassez de recursos e uma condição de “pobreza” (PIÑEIRO, 2013, p. 412) a ONG articula a “*Escuela Bilingüe Intercultural de Turismo Mbyá Guarani – Jachuka Yvapoty*”, mais conhecida como “*Escuelita de La Selva*” (idem). Neste local, ademais da alfabetização de jovens e adultos, são desenvolvidos módulos de ensino com ênfase na autogestão turística e na regulamentação com agências e empresas voltadas à questão. Desta maneira, nasce a iniciativa de que as capacitações estejam orientadas para o turismo cultural indígena a partir da história e patrimônio cultural do povo Mbyá-Guarani, inclusive, um dos módulos de capacitação profissional oferecidos pela ONG dentro da comunidade chama-se “*Interprete do Patrimônio Natural e Cultural*”, o qual no ano de 2013 já havia sido replicado quatro vezes (ibidem).

Apesar de a cidade possuir uma política voltada à questão do patrimônio local, em relação ao artesanato Mbyá-guarani é o Parque Nacional Iguazú, instituição que abriga o complexo turístico das Cataratas do Iguazú, que trata mais ativamente de relacionar ambos elementos. Com a construção de políticas e normativas internas desde o ano 2002 para a permanência dos Mbyá em horário comercial dentro do Parque, tanto para vender artesanatos, como para contínuas apresentações musicais, a noção de patrimônio foi fundamental para a realização desta relação. Igualmente, como já exposto no capítulo III *Yriapú e a Questão Artesanal*, tiveram os Mbyá que adequar-se a uma série de requisitos para que pudessem usufruir deste espaço, pois ao mesmo

48 Vídeo disponível em <<https://www.facebook.com/186524777137587/videos/1969614073367623/>>, 19 de abril de 2018.

tempo em que são massivamente expostos em Puerto Iguazú, é neste local que se gera a maior procura de artesanatos Mbyá por parte dos turistas e conseqüentemente a maior fonte de renda das famílias envolvidas.

4.3 O PARQUE NACIONAL IGUAZÚ - PNI

O Parque Nacional Iguazú⁴⁹ – Cataratas do Iguazu recebeu o título de Patrimônio da Humanidade em 1984, ainda que careça de estudos a respeito do impacto de tal titulação na região e para os nativos. Ainda assim, alguns estudos foram elaborados nas áreas de turismo, desenvolvimento sustentável e em menor quantidade, na área da antropologia.

É preciso aqui destacar que o discurso pautado em “desenvolvimento” regional e econômico, corre o risco de tornar a cultura reduzida ao lugar que os setores estritamente empresariais façam uma caricatura de indústria cultural, turismo cultural, iniciativa comunitária, etc. (MORALES, et all, 2000, p.66), como é o caso dos Mbyá-guarani em relação ao Parque Nacional Iguazu.

As Cataratas do Iguazu foram relatadas pela primeira vez pelos espanhóis como Cataratas de Santa Maria em meados do século XVI por uma expedição comandada pelo explorador Alvar Núñez Cabeza de Vaca, que se trasladava do Brasil até a capital do Paraguai, Assunção (CACERES, 2012). Depois deste episódio, sucederam-se fatos ligados aos indígenas nativos, missões jesuíticas e disputas entre espanhóis e portugueses pela posse do território, numa saga que se arrastaria até fins do século XIX, quando enfim teria início o processo de colonização (MARTINS; RUSCHMANN, 2010).

No ano de 1901 foi aberto um caminho na mata, entre o Porto de Aguirre até as Cataratas, a partir de então começou o desenvolvimento das primeiras instituições na área que logo se constituíram em povoados que aos poucos foram abrigando espanhóis que chegavam nos navios (idem). No ano de 1920 foi construído o primeiro hotel do destino Cataratas, o Hotel Cataratas, inaugurado em 1924. Já o Parque Nacional Iguazú (PNI) foi criado entre os anos de 1934 e 1935 através da lei 22.351, cuja a administração foi dependente do Porto Aguirre até 1943, quando Puerto Iguazú se constituiu em uma comunidade com própria administração (ibdem).

49 Parque Nacional Iguazú, por ser o lado argentino. Enquanto no Brasil, chama-se Parque Nacional Iguazu.

O Parque Nacional Iguaçu conta com uma área de 67.300 ha e estende-se ao longo de 50 km do Rio Iguaçu, no ano de 1992 foi declarado como Patrimônio Natural Mundial da Humanidade pela Unesco. Apresenta duas frentes de trabalho principais: a reserva de 6.000 ha que é disponibilizada ao acesso turístico e a área restrita, onde é de fato a grande porção de mata atlântica definida enquanto reserva.

Uma das atividades principais no parque é o turismo, o qual está restringido a esta área de 6.000 ha porém que conta com um intenso fluxo de pessoas. Se utilizam as rotas principais que anteriormente foram utilizadas para a extração de madeira e conseqüentemente, as rotas de acesso entre países Argentina – Brasil. No início dos anos 2000, a Administração de Parques Nacionais deu a concessão de serviços e exploração comercial das cataratas a uma empresa privada (SCHIAFFINO; ALMIRÓN; CHEDIACK, 2002). A União Transitória de Empresas (UTE), juntamente com Iguazú Argentina, Hotel Sheraton e outros prestadores de serviços como Jungle Explorer configuram esta rede de iniciativas privadas que detêm o controle e manejo da área turística do Parque Nacional Iguaçu (PNI) (CACERES, 2012).

No ano de 1992 as passarelas foram destruídas por uma enchente no Rio Iguaçu. como a iniciativa privada ficou o encargo de reconstruí-las, hoje, é através delas que se tem acesso a principal atração do Parque, a Garganta do Diabo. Após a compra do ingresso na bilheteria, o visitante chega ao centro de visitantes onde existem diversos negócios e serviços, como passeios, restaurantes, quiosques, vendas de suvenires e artesanatos regionais, a partir daí se acessa o circuito principal através de um trem.

No restante do Parque é permitida a pesquisa científica, estando na área de reserva como na área restrita. Ademais disso, não é permitido caçar, pescar nem coletar flora ou fauna silvestre viva nem seus derivados para fins que não sejam de estudos científicos que participam de negociações junto ao Parque, tampouco existem assentamentos humanos, a não ser pequenos postos de monitoramento da área e estações biológicas (SCHIAFFINO; ALMIRÓN; CHEDIACK, 2002). Pelas condições naturais favoráveis em que se encontra o Parque Nacional Iguaçu, extensos estudos na área das ciências biológicas são realizados por pesquisadores de diversos países.

Entretanto, a respeito das condições sociais da região, existem estudos preliminares, alguns voltados ao desenvolvimento econômico, turístico e territorial. Tais estudos possuem maior investimento, gerando trabalhos de maior duração e com maiores quantidades de dados.

Relatos dos primeiros viajantes narram que era comum observar uniões entre os guarani e povos vizinhos, assim também com os espanhóis e portugueses (Idem). Na atualidade, a etnia que corresponde a estes guarani dos relatos são os Mbyá-guarani. Vivem na área que corresponde em nível estatal aos cuidados do Parque Nacional Iguazu, porém em áreas de influência, não dentro do Parque em si. No entanto, a ilha San Martín, localizada no interior do PNI foi ponto de reunião dos xamãs das distintas comunidades Mbyá da Argentina, Brasil e Paraguai (ibidem).

As comunidades Mbyá possuem a tendência cosmológica de constantes deslocamentos, para festividades, alianças familiares ou reuniões, posto desta maneira, as comunidades Mbyá-guarani estão em um território que não necessariamente corresponde às fronteiras políticas, assim como sua cosmologia está ligada a um uso harmônico dos recursos naturais, suas crenças e cosmologia encontram-se refletidas em seu artesanato e particularmente em suas atividades cotidianas, constituintes do *Nhandereko*, jeito de ser Mbyá-guarani.

O Parque Nacional Iguazu apresenta um desenho carente em logística, principalmente por estradas que o atravessam, é comum, por exemplo, relatos ou notícias locais a respeito do atropelamento de onças e outros animais nativos da região. Várias campanhas de conscientização são feitas com o intuito de reduzir estes acidentes, o “*Projeto Tigre*” vinculado ao PNI é uma destas fontes de produção de material de conscientização, tendo em vista que a onça na Argentina é considerada dentro da máxima categoria de proteção legal, como *Monumento Natural Nacional* (SCHIAFFINO; ALMIRÓN; CHEDIACK, 2002).

Outras rotas de alta circulação de veículos são as “Rutas” 12 e 101 (idem), equivalente às rodovias no Brasil. Todos os caminhos impactam de maneira muito negativa dentro do Parque Nacional, pois ademais dos acidentes com animais de grande porte, interfere nos ciclos dos pequenos animais e insetos, traz a possibilidade de contaminação por parasitas e animais urbanos e permite o acesso de caçadores e extrativistas (ibidem). Mesmo contando com o serviço de guarda ambiental, este não é o suficiente para o controle de todos estes pontos negativos.

Outro ponto que se contrapõe com o discurso positivado da presença turística no local é o fluxo flutuante de turistas dentro de uma área considerada de controle, que causa impactos desde simples a complexos. Nos períodos de férias de julho e dezembro, assim como em feriados prolongados, ocorre uma saturação nas hospedagens, elevando os preços de produtos inclusive no

comércio para o morador local e a constante falta de água. Uma grande quantia de capital gira entre os hotéis e hospedagens, entretanto os moradores locais é um período de escassez de alguns produtos e serviços.

Mesmo com os programas de informação ao turista nos principais circuitos, faltam informações em um sentido geral da cidade, inclusive para os moradores, a respeito da importância da preservação do PNI assim como dos recursos humanos que o constituem. As cabeceiras dos rios não encontram-se sob a jurisdição da Administração de Parques Nacionais (APN), sim nas áreas hoteleiras que fizeram parte da divisão dos anos 2000 realizada pelo estado de Misiones, empresários e a prefeitura de Puerto Iguazú. Isto permite a contaminação das bacias do Rio Iguazú com petróleo e agrotóxicos, assim como a presença de represas e estações hidroelétricas nos rios Paraná e Iguazú estão afetando as condições do rio e os limites do Parque (SCHIAFFINO; ALMIRÓN; CHEDIACK, 2002).

Enquanto patrimônio natural da humanidade, as Cataratas do Iguazú sob a responsabilidade do Parque Nacional Iguazú atrai um contingente denso de turistas, esta possibilidade que as pessoas venham a ter esta experiência não é uma empreitada fácil. O turismo nesta área inicia-se ao final dos anos 1890, quando os turistas acessavam em barcos desde a cidade de Posadas até o Porto Aguiere e de lá, deslocavam-se até às Cataratas (SCHIAFFINO; ALMIRÓN; CHEDIACK, 2002) No ano 1921 construiu-se um edifício no lugar onde hoje se encontra o “*Viejo Hotel*”, que funcionou posteriormente como centro de visitantes, postos de artesanatos e sedes da guarda florestal (idem).

Nos anos 1940 o turismo foi aumentando, e se construiu o aeroporto de pequeno porte onde hoje se encontra o centro de recepção de visitantes do Parque. Neste período, houve o estabelecimento de voos comerciais entre Buenos Aires e as Cataratas. Por fim, em 2001, inaugurou-se um novo centro de visitantes, deixando o antigo hotel como sede reformada da parte administrativa do Parque (ibdem).

O estado de Misiones apresenta uma elevada taxa de crescimento populacional, este aumento na densidade humana implicará uma pressão cada vez maior sobre o parque intensificando o desmatamento na periferia, os caçadores, o turismo, a contaminação dos rios, assim como o PNI apesar de cobrar altas taxas para o ingresso, conta com déficit para manter a infraestrutura,

necessitando de contínuas negociações de recursos com a municipalidade e o estado (SCHIAFFINO; ALMIRÓN; CHEDIACK, 2002).

É praticamente impossível desassociar a condição atual de fluxo turístico do território Mbyá e seu entorno com a titulação das Cataratas enquanto Patrimônio Natural da Humanidade. Uma constatação disso é o fato de turistas do mundo todo, não apenas em um sentido regional visitarem diariamente a cidade de Puerto Iguazú. Impossibilitados pela escassez de recursos em suas terras e pelos próprios limites que são colocados pela delimitação de 2000 ao acesso dos Mbyá à áreas sem rios e de pouca vegetação nativa. Eles enxergam no turismo, por mais assimétrica que seja esta relação, uma saída de produção de recursos. Mesmo com a tradicional organização política, a intervenção de agências e ONG's indigenistas é grande (BARTOLOMÉ, 2009), também com um caráter assimétrico e muitas vezes assistencialista e religioso em relação aos Mbyá.

Na mesma região onde ocorre esse movimento turístico global, em que se visita as Cataratas do Iguazú e como complemento da viagem, as comunidades Mbyá, estão os Mbyá em uma constante relação de migração para outras comunidades da Argentina, Paraguai e Brasil por razões de parentesco, atendimento médico em outras localidades, escolhas por mudança, etc. As razões para as visitas turísticas são variadas e aparentemente para aqueles que entram em contato com essa via de acesso às comunidades e à cidade, existe um consenso a respeito de “olhar e não tocar”, que por parte de certos turistas é uma utopia (PIÑEIRO, 2013). Por causa deles, existe uma série de cartazes avisos nos ingressos aos centros turísticos da cidade, para não alimentar os animais (quatis no caso das Cataratas), para quando se for às comunidades indígenas que busquem o cacique ou o centro de informações da comunidade para que se permita o acesso às demais áreas.

Com estas medidas o que se produz é uma etno-naturalização e sacralização do patrimônio, ou seja, se aliena, criando infraestruturas para favorecer a indústria do turismo setorizada a um estilo. Ela passa a ser vendida como “ecológica” e “étnica”, já que a sociedade nacional atua politicamente para produzir e fazer que exista uma representação turística a cargo de agentes dos povos originários (idem) gerando um tipo especial deste turismo por ser em uma região singular que conta com uma oferta de “natureza” e sucumbe os moradores locais, tanto Mbyá quanto os não Mbyá, em maior ou menor grau a um forçado contato. Os atores passam a ser alienados à cada uma de suas condições, em função de um desenvolvimento puramente econômico, que seque é revertido completamente para a região.

“Segundo Duccio Canestrini (2009) o turismo é a etapa última da colonização, por quanto, leva a diferentes agentes da sociedade hegemônica (os turistas são os novos recrutas, segundo ele) as áreas de sociedades desfavorecidas mas cercados de complexos hoteleiros, o que supõe uma confrontação com outras áreas não tão favorecidas pelas relações de desigualdade. Assim é como para Canestrini e, seguindo os clássicos, como Van Gennep, o hóspede é uma pessoa fora do lugar que a comunidade tende a situar em um ou outro lugar, dependendo sempre nas normas de hospitalidade” (PIÑEIRO, 2013, p. 142).

Diante da titulação da Unesco como Patrimônio da Humanidade, as Cataratas do Iguazu, tanto no lado argentino como no lado brasileiro, onde também existe acesso e ingresso ao local, “não deveriam sofrer deterioração, nem modificações ou alterações que modifiquem o ecossistema natural do habitat” (PIÑEIRO, 2013). Esta é uma condição básica para que a titulação tenha continuidade, com isto, ocorreu no ano de 2006 uma movimentação em que o Parque Nacional argentino teve de interpelar o Parque Nacional brasileiro com o alerta de levá-los a maiores instâncias, dentre elas, a Câmara de Deputados da Nação Argentina e a Unesco. Isso tinha o intuito de denunciar um projeto que o lado brasileiro tinha de iluminar as cataratas, para incluir passeios noturnos, que hoje acontecem, porém somente na lua cheia. Os contrapontos foram apresentados, dizendo que por mais que se realizasse a iluminação apenas no lado brasileiro, se poderia ver do lado argentino, ademais de afetar a fauna de ambos os parques (CACERES, 2012, p. 45). Este exemplo mostra a intervenção pontual que ocorre a determinação da Unesco por uma área considerada Patrimônio da Humanidade.

O documento “*Cultura e Desenvolvimento*” (2000) que contempla artigos de especialistas da Unesco e convidados, advoga a respeito do patrimônio cultural, enquanto um elemento múltiplo que cada povo possui e que não se calcula apenas por elementos materiais, pois afirma valores universais característicos de uma “ética global” (MORALES, et al. 2000, p. 10). Neste sentido, os Mbyá vinculados territorialmente, socialmente e historicamente com a situação de patrimonialização das Cataratas, também passam por este processo de patrimonialização em certa medida, inclusive juridicamente, em planos não diretamente ligados a Unesco, mas em ramificações desta determinação. Este é o caso da série de documentos apresentados aqui no Capítulo III: *Yriapú e a Questão Artesanal* a respeito da permanência dos artesãos no Parque Nacional Iguazu, com premissa de fomentar e resguardar o patrimônio cultural dos povos indígenas da região.

Em algumas falas dos artesãos da comunidade Yriapú, é possível perceber a diferença da percepção em relação ao patrimônio que a bibliografia problematiza. Em entrevista com o cacique Alcide, por exemplo, ele deixou claro a necessidade de incluir o artesanato Mbyá enquanto

patrimônio ao máximo nível possível junto ao Estado, tendo em vista que quanto maior visibilidade tiver o artesanato Mbyá, maior será o número de pessoas conhecedoras da arte Mbyá, maior será o acesso a recursos que o Estado disponibiliza para programas de fomento em diversos segmentos voltados tanto para os indígenas do país, para os artesãos, para o patrimônio e para todas estas categorias atreladas.

Figura 53: Outdoor promovendo a FAM



Fonte: autora, 2018.

A artesã Mbyá Susana, em todas nossas conversas a respeito do artesanato, demonstrava o desejo de mais que vendida, ter sua arte reconhecida e dizia que às vezes os próprios jovens Mbyá não tinham mais interesse pelo artesanato, mas quando vem gente “de longe” buscando-o, sentia-se alegre. Comentava a respeito das feiras de arte que aconteciam em Puerto Iguazú e como eram importante poder vender, nas ocasiões em que participou, junto com Mbyá de outras regiões e com outros indígenas. Ela referia-se a *Feria de Artesanías del Mercosur*⁵⁰ (FAM) que acontece todos os anos no segundo semestre na cidade de Puerto Iguazú. Nela, reúnem-se artesãos e artistas de toda a Argentina e dos países associados ao Mercado Comum do Sul – Mercosul e também de países convidados.

50 Promovida pela Fundación Artesanías Misioneras, a Feira de Artesanatos do Mercosul teve sua primeira edição em outubro de 2011 na cidade de Puerto Iguazú, desde então todos os anos é realizada, contando com artesãos de todo o Mercosul e países convidados. A primeira edição teve 93 stands e calcula-se que mais de 13.000 pessoas estiveram presentes. Os Mbyá de várias localidades de Misiones são convidados a expor e vender seus artesanatos. Ver mais em <<https://famercosur.com.ar/ferias/>> acessado em outubro de 2019.

Esse destoamento entre as problemáticas geradas pelo patrimônio e a percepção de alguns atores além dos empresários e do Estado enquanto ser a patrimonialização uma via positiva de inserção, apresenta elementos que demonstram uma não-polarização no discurso do patrimônio e que também é uma ideia que precisa ser conciliada. Agregando uma complexidade que encontra-se no contexto socioeconômico e cultural e que na maioria das vezes apresentam situações irreversíveis, como é o caso da assimetria gerada entre visitantes, empresários e comunidades nativas pelos grandes complexos hoteleiros. Uma situação destas, inserida em um discurso capitalista com ares de sustentável e políticas neoliberais não encontra saída para a diminuição desta desigualdade, estando estas populações cada vez mais a mercê de políticas e intervenções assistencialistas.

No contexto de patrimônio, por mais que o artesanato converta-se em mercadoria, ainda estará em algum plano, mesmo que no discurso, resguardado de ser mais que uma fonte de renda, é também fonte de afirmação Mbyá. A noção de vulnerabilidade social gerada pelas condições da sociedade envolvente nas comunidades, relaciona-se com a capacidade de captar de forma dinâmica e heterogênea, processos que atentem contra a subsistência e capacidade de acesso a maiores níveis de bem-estar destas comunidades, como, entre outros, o trabalho, tempo livre, segurança, patrimônio econômico, cidadania política, identidade cultural, autoestima, integração social (BUSSO, 2001).

Em tempos que tudo é mercadoria, o reconhecimento de objetos artesanais enquanto patrimônio é uma alternativa de visibilidade cultural, pois não é a patrimonialização em si que enfraquece a percepção local dos objetos. Isso deve-se também a toda uma gama de acontecimentos ainda coloniais, que perpassam a globalização, transformando para os nativos, muitas vezes, o significado daquilo que eles mesmos produzem. Assim, o patrimônio enquanto uma instituição já concebida, estão os Mbyá inseridos nesta lógica por estarem produzindo sua arte dentro de um contexto patrimonial natural.

O convencimento político-administrativo do Parque Nacional Iguazú que é colocado nos documentos que regem as normativas de venda do artesanato dentro de seu estabelecimento pauta-se em suas primeiras linhas, no fato de ser o artesanato Mbyá um elemento patrimonial importante. Entretanto, aqui é necessário fazer a reflexão de até que ponto, é o artesanato em si uma forma de patrimônio ou ele está sob a patrimonialização do Parque, se assim for, quais as alternativas para inserir o artesanato Mbyá-guarani enquanto Patrimônio cultural? Desde a percepção deste estudo, é

necessário que os próprios Mbyá possam formalizar esta reivindicação junto aos órgãos competentes, levando em consideração que algumas das lideranças, tem acesso ao nível nacional do Estado argentino, devido aos anos de reivindicação e negociação de terras, quando obtiveram visibilidade por parte de alguns advogados, voluntários ou não a respeito de suas situações e foram levados a este contato direto. Este estudo, apresenta-se como uma contribuição aos Mbyá para uma possível reivindicação futura de patrimonialização de seu artesanato, podendo gerar mais vias de reconhecimento e recursos para as comunidades que compartilham da ideia.

4.4 NOTAS SOBRE O PATRIMÔNIO

O discurso patrimonial e seu desenrolar se dá em ações, objetos, paisagens e agentes. Aqui foi apresentado não somente o conceito de Patrimônio, como também sua contribuição enquanto tal e enquanto categoria. Na Antropologia, o estudo do patrimônio contribui para observar como a categoria ou conceito são utilizados, reivindicados e presentes nos grupos étnico culturais em relação a sociedade englobante.

Como todo processo social, o Patrimônio é disputado por interesses e demandas de diferentes atores e agentes. Seu discurso é utilizado tanto para salvaguardar bens, costumes e tradições, estes associados a órgãos estatais e entidades mundiais, como para operações de lucro monetário, geralmente associados a iniciativa privada e também ainda pelas comunidades associadas tanto ao patrimônio enquanto paisagem, quanto ao patrimônio cultural para reivindicar um reconhecimento junto ao Estado, inserir-se no contexto turístico, ou atingir meios de provimento.

Delimitando os tipos de patrimônio, este capítulo centrou-se em desenvolver sua análise a partir da categoria cultural, tendo em vista os discursos dos órgãos de intitulação, dos estados, das empresas e das próprias comunidades produtoras de elementos culturais. Observando a comunidade Mbyá-guarani de Yriapú, inserida em uma paisagem considerada Patrimônio da Humanidade, pode-se refletir pontos centrais. A articulação de elementos já estabelecidos, como por exemplo, a posição do Parque Nacional Iguazú em afirmar a permanência dos Mbyá-guarani em suas dependências como forma de fomento a um patrimônio cultural a partir das vendas e produção artesanal reforça a importância de discutir o tema da patrimonialização do artesanato Mbyá-guarani enquanto elemento de destaque, não apenas inserido dentro de uma paisagem patrimonializada.

O patrimônio cultural e todos os bens culturais podem ser encontrados nas categorias de “material” e “imaterial”, considerando que todo patrimônio material surge de uma dimensão imaterial de significado e valor (MENESES, 2009). Houve um movimento histórico nos estudos a respeito do patrimônio que, progressivamente, deixou de atender apenas monumentos e construções histórico/nacionais e passou a outros âmbitos da vida social. Neste sentido, a Organização das Nações Unidas – Unesco, surge como dominante no assunto referente ao patrimônio, tendo como marco o ano de 1972 em que é publicado a Recomendação de Paris a respeito da Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. O Patrimônio Imaterial antes de ser definido enquanto tal no ano de 2003 pela Unesco, era articulado pelo órgão como “Patrimônio Intangível”.

Mesmo aparentando uma dicotomia, os termos “material” e “imaterial” não são fixos e podem ser vistos a partir do “intangível”, tendo em vista que mesmo em seu aspecto material, o bem não é autoexplicativo, pois ele destaca-se dos demais materiais e bens a partir dos sentidos que lhes são atribuídos no meio social (SMITH, 2008 apud SOUZA, CRIPPA, 2011, p. 243). Entretanto, é preciso desde o ponto de vista antropológico, estar atento às categorias nativas para determinação deste patrimônio e de que maneira enfrentam sua utilização ou não utilização.

No caso do fomento do Parque Nacional Iguazú (PNI) ao artesanato Mbyá-guarani enquanto patrimônio, ele encontra-se tanto no âmbito do discurso para a permanência e contribuição aos Mbyá junto ao Parque, quanto para de maneira implícita, ser um dos atrativos que o Parque oferece aos turistas. No caso do PNI, a documentada e legalizada venda de artesanatos passa pela necessária “autenticidade” (certificado de qualidade)⁵¹. Também em um contexto de local intitulado Patrimônio da Humanidade, o imaginário do turista contribui à esta produção artesanal, pois ele busca transportar deste local um artesanato ou objeto que carregue a lembrança do que é e o que vem a ser este território e seus moradores.

Importante aqui destacar a problemática que é um território considerado “Patrimônio” abrigar muito antes deste título, comunidades Mbyá-guarani, resultando assim em um discurso e práticas sociais, políticas e econômicas que buscam torná-los também patrimonializados sob a paisagem.

Por fim, o estudo apresentado aqui teve como intento relacionar o patrimônio com a produção artesanal Mbyá-guarani da comunidade de Yriapú, não estando apenas compondo uma

51 Documento aqui apresentado dentre as normativas do PNI no Capítulo 3: *Yriapú e a Questão Artesanal*.

paisagem. Levando em consideração o fato deste discurso patrimonial estar presente no cotidiano das relações Mbyá com a comunidade externa, creio importante trazer como tema principal neste capítulo o conceito de patrimônio e sua utilização enquanto categoria para analisar relações entre o Estado argentino e os Mbyá-guarani e de que maneira elas ocorrem. No caso dos artesãos Mbyá da comunidade de Yriapú, o maior diálogo sobre o tema ocorre com o Parque Nacional Iguazú (PNI), que ademais de todos os temas que contempla, pretende-se ser fomentadora do patrimônio cultural das comunidades indígenas da região de seu domínio administrativo. Entretanto, é necessário destacar que o tema do Patrimônio encontra-se nas preocupações e demandas dos Mbyá da comunidade de Yriapú para além de acordos com o PNI, pleiteando alcançar outras instâncias do Estado e a valoração de suas produções de modo que elas possam ser representadas em maior amplitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal descrever a configuração da produção artesanal Mbyá-guarani que ocorre na comunidade de Yriapú. Para isso, foi relatado no primeiro capítulo as condições que se estabeleceram em campo, desde meu primeiro contato com a comunidade no período da graduação em que logo se revelou a questão artesanal ser pulsante entre os Mbyá-guarani. Neste capítulo comento como que o artesanato, além de estar condensado no cotidiano Mbyá, está também em constante fluxo por ser projetado para além da aldeia, ideia esta que discute-se ao longo dos próximos capítulos.

No segundo capítulo foram apresentados os Mbyá-guarani e a comunidade Yriapú detalhadamente. Antecedendo as populações que hoje conhecemos como Mbyá-guarani, é relatado o contato primeiro com os Guarani, muitas vezes tomando o termo de maneira genérica. Com isso foi necessário fazer um breve contexto histórico a respeito das etapas e transições que passaram os Mbyá-guarani, como atualizam seu *Nhandereko*, jeito de ser e viver, bem como trazer detalhes da fundação e permanência da comunidade de Yriapú e seu contexto na tríplice fronteira.

Outra questão importante apresentada neste capítulo é o turismo que acontece dentro e fora da comunidade. Tendo em vista que estão os Mbyá-guarani de Yriapú imersos em uma região trinacional de intenso fluxo de pessoas, particularmente na cidade de Puerto Iguazú eles representam parte da comunidade anfitriã que recebe um tipo de turismo voltado a natureza, aventura e lazer. Esta relação acontece principalmente pela localização do Parque Nacional Iguazú (PNI) – Cataratas próximo às comunidades Mbyá-guarani, local definido no ano de 1984 pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade. Tal fato acaba atraindo turistas do mundo todo, demandando todo o tipo de serviços principalmente em hotelaria, que atualmente circunda todas as comunidades Mbyá de Puerto Iguazú. A partir disso, apresenta-se os pontos formais onde são expostos à venda o artesanato Mbyá-guarani, a feira Yhari, localizada no interior do PNI e a Aripuca, local que abriga grandes troncos retirados da floresta missioneira na época da colonização.

Estes momentos históricos e conflitivos se refletem na produção artesanal atualmente como é explicitado melhor no capítulo 3 “Yriapú e a questão artesanal”. Como já relatado, o artesanato surge como principal elemento da sociabilidade Mbyá entre eles e com os outros. Para isso primeiramente se discutiu os conceitos de arte e artesanato baseados na antropologia da arte. Tendo em consideração que a palavra para os Mbyá que melhor representa nossa noção ocidental de arte é

é *ojapo porã*. Esta palavra é traduzida de maneira problemática para a palavra “artesanato”, tendo em vista que ele é associado no senso comum e por muitos estudos enquanto sinônimo de algo menor e anônimo em relação ao que seria seu oposto: arte. Para os Mbyá artesanato não é uma palavra deles, é uma palavra “nossa” que eles acabam utilizando para referir-se à sua produção de uso próprio como para venda.

No quesito artesanato para os Mbyá e artesanato para os *jurúa* é central neste estudo a diferenciação entre a produção denominada *y'pará* (original, verdadeira) e *ta'anga* (cópia), revelada no mito de criação do homem e da mulher por Nhanderú, a confecção do cesto *ajaká* e do arco e flechas antecede a criação da humanidade, esta que só é criada a partir da fúria de Nhanderú em relação as cópias de seus artesanatos e grafismos que estava fazendo o demiurgo Chariã. Isso reflete o fato da produção artesanal ter grande espaço social entre os Mbyá. A produção que atualmente ocorre na comunidade Yriapú abrange ambas categorias *y'pará* e *ta'anga*, sendo a última produzida em maior escala, visando a venda aos turistas. Ainda pode-se levar em conta um terceiro elemento nessa produção que possui ambas características de original e cópia, usando atributos visuais específicos do primeiro em detrimento da venda, característico do segundo.

Entretanto, mesmo a produção ser maior do artesanato *y'pará*, a questão de venda pela subsistência diante de tudo que envolve o artesanato para os Mbyá de Yriapú se torna secundária, tendo em vista que a circulação de objetos a partir da troca, se realiza em todos os campos da vida social dos Mbyá, gerando o sentimento de “agradecimento” que obriga a retribuição.

Neste ponto, foi abordada a diferenciação entre dádivas e mercadorias. Entre os Mbyá-guarani o conceito *mborayhu*, traduzido como amor ou justiça e reciprocidade (CLASTRES, 1975) é o que mais se aproxima da “moral da dádiva-troca” (MAUSS, 2003) a qual se diferencia das trocas mercantis, atribuindo às pessoas a obrigação de além de dar e receber, retribuir. Associada a ideia de reciprocidade, estão antes, a concepção de pessoa, de humanidade e de sociedade, como predicado em *Ayvu rapytal* a linguagem humana (Cadogan, 1953). Após Nhanderú constituir as primordiais condições físicas de existência, se fez a palavra e posteriormente, *mborayhu rapytarã* – reciprocidade, generosidade, dois elementos primordiais para a existência da humanidade (ASSIS, 2006).

Sobre o termo mercadoria, neste estudo é designado principalmente para referir-se aos objetos que não sejam a produção artesanal Mbyá. Aqueles que são incorporados ao uso dos Mbyá na comunidade, como “moeda” de troca de outros bens entre os seus e com os outros (*jurúa*).

Apesar de uma diferença assimétrica entre as trocas geradas através da dádiva e da obtenção de mercadorias, a segunda não ocorre de maneira imposta pelas circunstâncias aos Mbyá como pode aparentar, mas sim, é outra forma de relacionar-se socialmente, ainda que com não-parentes.

Outro ponto detalhado neste estudo foi o artesanato produzido na comunidade Yriapú, pois um dos intentos foi poder compreender a configuração social através do que se pratica em quanto artesanato, sua confecção, troca e venda. Considerando a produção artesanal Mbyá como um sistema de ação (GELL, 2016) onde coisas concretas realizam-se como é o caso dos artesanatos finalizados e sua venda, ela acontece na comunidade Yriapú voltada para o uso próprio quanto para a comercialização dentro e fora da comunidade. Identificou-se estes elementos envolvidos na rede de arte (idem) enquanto *artista*: a artesã ou artesão; o *índice*: o objeto artesanal confeccionado; o *protótipo*: objetos que existem dependentes do índice, no caso são as cópias do índice; *destinatário*: aquele que recebe o objeto, seja por via do presente, troca ou da compra. Todos estes elementos segundo o sistema de ação podem estar na posição de agente ou de paciente.

Na seção “A produção artesanal da comunidade Yriapú e sua exposição” se apresentam todos os tipos de artesanatos confeccionados na comunidade e expostos para a venda. São eles o arco-flechas, cestos, lanças, facas, zarabatanas, maracás, flautas, colares, pulseiras brincos, bichos e móveis. Também é apresentado o grafismo Mbyá e como ele relaciona-se com os artesanatos entre a cosmologia e a confecção. Tendo em vista o objetivo de descrever a produção artesanal da comunidade, este capítulo busca responder este anseio.

Outro objetivo apresentado no início deste trabalho, foi o de identificar de que maneira a produção artesanal na comunidade relaciona-se com os contextos não Mbyá em que está inserida. Para isso, foram recorridos os espaços formais fora da comunidade onde são levados os artesanatos para exposição e venda, sendo eles a Aripuca e o Parque Nacional Iguazú (PNI) – Cataratas. A maior demanda artesanal ocorre no PNI, onde participam os Mbyá do marco regulatório que se estabeleceu junto da Feira Yhari. Que no ano de 2010 formalizou-se no espaço construído para a feira que abriga cinco comunidades Mbyá da região e disponibiliza um dos postos aos convidados Maká. Anteriormente, os Mbyá eram convidados a expor seus artesanatos porém sem um local adequado que os abrigasse do sol e da chuva.

Estando os Mbyá e sua produção artesanal sob a jurisdição do PNI, estabeleceu-se uma série de normativas junto ao Estado que relaciona os Mbyá com o PNI – Cataratas. Um dos principais

discursos utilizados nos documentos é a possibilidade de fomento do patrimônio cultural e material dos Mbyá. Este sendo um assunto que despontou ao longo da pesquisa, o capítulo final “Artesanato Mbyá-guarani na Argentina e o Patrimônio” buscou trazer contribuições para refletir a inserção contemporânea do artesanato Mbyá-guarani enquanto patrimônio material reconhecido junto ao estado argentino. Deve-se levar em conta que apesar de uma disputa de discursos e de atores em relação a esta possibilidade, os Mbyá de Yriapú que acompanharam esta pesquisa reforçaram em diversos momentos e falas o interesse em ter sempre seu artesanato reconhecido nos espaços além da comunidade, sendo relevante o fato de estarem sempre dialogando com o Estado em busca de melhores condições de vida.

Figura 54: Artesanatos expostos na Aripuca em um dia chuvoso



Fonte: autora, 2018. Puerto Iguazú.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Puertas de. **A proteção do patrimônio em Buenos Aires: cultura, planejamento urbano e participação.** ANPUH. 2017.

ARGENTINA. **Constituição (1994).** Biblioteca virtual universal.

ASSIS, Valéria; GARLET, Ivori José. **Análise sobre as populações guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias.** Revista de índias, v. 64, n. 230, p. 35-54, 2004.

ASSIS, Valéria Soares de. **Dádiva, mercadoria e pessoa: as trocas na constituição do mundo social Mbyá-Guarani.** 2006.

BARÃO, Vanderlise Machado. **O mito e o espaço nas representações artístico-culturais dos Mbyá Guarani.** Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 1, n. 2, 2007.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. **Parientes de La Selva.** Asunción Del Paraguay: CEADUC. 2009.

BENITES, Sandra. **Nhe'ẽ, reko porã rã: nhemboea oexakarẽ Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola.** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2015.

BONAMIGO, Zélia Maria. **A economia dos Mbya-Guaranis: trocas entre homens e entre deuses e homens na ilha da Cotinga em Paranaguá-PR.** 2009.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Integração e desintegração: análise do tratamento dispensado pelos estados brasileiros e argentino ao povo guarani de Santa Catarina e da província de Misiones.** 2001.

BUSTOS Cara, R. **Identidad, turismo y territorios locales. La permanente construcción de valores Territoriales.** Rev. Aportes, Centro de Investigaciones Turísticas, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Univ. De Mar del Plata. 2001.

BUSSO, Gustavo. **Vulnerabilidad Social: Nociones e Implicancias de Políticas para Latinoamérica a Inicios del Siglo XXI.** (2001).

CÁCERES, Noemí Angelina. **El turismo generador de desarrollo local: el caso de Puerto Iguazú y la influencia del destino turístico Iguazú Cataratas (provincia de Misiones, Argentina)**. Tese de Doutorado. Universidad Internacional de Andalucía. 2012.

CADOGAN, León. **Ayvu Rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá**. Universidade de São Paulo, 1959.

CANCLINI, Néstor et al. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 2, p. 95-115, 1994.

CANTERO BENITEZ, Marina Aurelia. **De plumas a estampados: una configuración de la imagen maká**. Dissertação de Mestrado. 2016.

CANTORE, Alfonsina; BOFFELLI, Clara. **Etnicidad mbyá en Puerto Iguazú Explotación turística de/en comunidades indígenas en la triple frontera (Misiones, Argentina)**. Runa, v. 38, n. 2, p. 53-70, 2017.

CHOAY, Françoise. **Introdução: monumentos e monumento histórico**. CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 4ª ed. São Paulo: Estação da Liberdade/Unesp, p. 11-29, 2006.

CLASTRES, Hélène. [1975]. **Terra Sem Mal: O profetismo tupi-guarani**. São Paulo. Brasiliense. 1978.

_____. **La tierra sin mal: el profetismo tupí-guaraní**. Ediciones del Sol, 1989.

CLASTRES, Pierre. **O arco e o cesto**. 1966.

_____. **A sociedade contra o Estado**. 1979.

_____. [1974]. **A Fala Sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani**. Campinas: Papyrus Editora. 1990.

Constituição de la Provincia de Misiones, 1958.

DOOLEY, Robert A. **Léxico Guaraní, dialeto Mbyá: versão para fins acadêmicos; com acréscimos do dialeto nhandéva e outros subfalares do sul do Brasil.** 1998.

ESCOBAR, Ticio. **Consideraciones sobre el arte desde la Guerra contra la Triple Alianza.** p. 375-390, 2010.

_____. **La belleza de los otros: arte indígena del Paraguay.** Servilibro, Asunción, 2012. *Journal de la société des américanistes*, v. 100, n. 100-1, p. 288-294, 2014.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil.** Zahar, 2000.

FARACO, Julia Marques. **Bichinhos Guarani: De artesanato a objeto.** Monografia de Graduação. UFSC. 2015.

GELL, Alfred. **Arte y Agencia: una teoría antropológica** [1998]. Buenos Aires, 2016.

GODOY, Gustavo. **Formas, Cópias, Regressões e Fragmentação em Mitologias Ameríndias.** UFPR 2011.

_____.; CARID, Miguel. **A diferença que faz a diferença: originais e cópias Guarani-Mbya.** *Journal de la société des américanistes*, v. 102, n. 102-1, p. 105-128, 2016.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. **Artes indígenas, patrimônio cultural e mercado.** PROA Revista de Antropologia e Arte, v. 1, n. 5, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição.** *Revista Estudos Históricos*, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

GOROSITO KRAMER, Ana María. **Liderazgos guaraníes: breve revisión histórica y nuevas notas sobre la cuestión.** *Avá*, n. 9, p. 11-27, 2006.

_____. **Guaraníes en Misiones: Tierras y Bosques 2011. Nuevos escenarios para viejas cuestiones.** *Runa*, v. 34, n. 1, p. 31-47, 2013.

GRUMBERG, Georg (Coord.), Bartomeu MELIÁ (Ed.). **Guarani Retã 2008: Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. (Mapa (100x69cm) e Livro Explicativo).** São Paulo: CTI. 2008.

JÚNIOR, Rafael Fernandes Mendes. **A saga rumo ao norte e os outros do caminho: a busca da terra sem mal entre os Guarani contemporâneos.** 2016.

LAGROU, Elsje Maria. **No Caminho da Miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios.** *Enfoques*, v. 11, n. 2, 2012.

_____. **Arte indígena no Brasil.** C/ARTE, 2009.

LITAIFF, Aldo. **As divinas palavras: representações étnicas dos Guarani-Mbya.** 1996.

MAMED, Danielle; CALEIRO, Manuel; BERGOLD, Raul. **Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná:(Re) Existência em Tekoha Guasu Guavira.** Curitiba: Arte e Letra, 2016.

MARÉS, Carlos. **As novas questões jurídicas nas relações dos Estados nacionais com os índios. Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria-LACED, 2002.

MARTINS, Lavinia Raquel Martins; RUSCHMANN, Doris. **Desenvolvimento histórico turístico estudo de caso: Foz do Iguaçu–PR.** 2010.

MAUSS, Marcel, **Sociologia e antropologia.** São Paulo. Cosac e Naify. 2003.

MELIÁ, Bartomeu. **As reduções guaraníicas: uma missão no Paraguai colonial.** SUESS, P. (Org.), 1988.

_____. **A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia.** Revista de Antropologia, p. 33-46, 1990.

_____; TEMPLE, Dominique. **El don, la venganza.** CEP Guasch, Paraguay, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado.** Direito a Memória, 1992.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas.** IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, p. 25-39, 2009.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. **Através do Mbaraka: música e xamanismo guarani.** 2002.

MONTEIRO, John Manuel. [1992]. **Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII.** In: M. Carneiro da Cunha (org.), História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

MORALES, J. **Técnicas para la interpretación del patrimônio. Aspectos disciplinarios y procedimentales para la divulgación in situ del patrimônio natural y cultural.** Caracas: UPEL-IPC, 2000.

MORALES, Gloria; CANCLINI, N.; GUEVARA, A.; Et al. **Cultura y Desarrollo: Perspectivas para America Latina y Caribe.** Habana, Cuba, UNESCO. 2000.

MURA, Fabio. **À procura do “bom viver”: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa.** Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, v. 17, 2006.

NEVES, Kauana Maria Santos. **Artesanato Mbyá-guarani: percepções etnográficas de uma artesã na comunidade de Yriapú.** Trabalho de Conclusão de Curso. UNILA. 2016.

NEVES, Sandro Campos. **Produção, Circulação e Significados do Artesanato Pataxó no Contexto Turístico da aldeia de Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália-BA.** PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 9, n. 3, p. 45-58, 2011.

_____. **A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição.** Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA/PPGA. 2012.

NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guaraní.** Editora Hucitec, 1987.

NOELLI, Francisco Silva. **La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas guaraní.** Revista de Indias, v. 64, n. 230, p. 17-34, 2004.

OKULOVICH, Eva Isabel et al. **La sociedad Guarani-Mbyá en Argentina. Arte, identidad y supervivencia.** Universidad de Granada, 2013.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. **História e arte guarani: interculturalidade e identidade.** Santa Maria: editora ufsm, 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** Revista de antropologia, p. 13-37, 1996.

OSORIO GONZÁLEZ, Rebeca; RAMPELLO, Patricia; GONZÁLEZ DOMÍNGUEZ, Irais. **Impactos socio-territoriales: Puerto Iguazú y Reserva Iriapú, 600 hectáreas. Misiones, Argentina.** El periplo sustentable, n. 33, p. 363-393, 2017.

OVERING, Joanna. **Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica.** Mana, v. 5, n. 1, p. 81-107, 1999.

PARO, Denise. **Na Argentina, índios se tornam empreendedores.** Gazeta do Povo. 2013.

PIÑEIRO AGUIAR, Eleder. **Asimetría social, creatividad e hibridación cultural: los grupos Mbyá-Guaraní de las misiones argentinas.** 2013.

PISSOLATO, Elizabeth . **A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbyá (guarani).** Unesp, 2007.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país.** Zahar, 2006.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

RIBEIRO, Berta. **A linguagem simbólica da cultura material.** Suma Etnológica Brasileira: arte índia. Petrópolis: FINEP/Vozes, v. 3, 1987.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: **da dádiva à questão da reciprocidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, p. 131-138, 2007.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani.** São Paulo. 1962.

SCHIAFFINO, K.; ALMIRÓN, M.; CHEDIACK, S. **El Parque Nacional Iguazú, Argentina.** 2002.

SILVA, Alexandrina. **O Grafismo e Significados do Artesanato da Comunidade Guarani da Linha Gengibre (desenhos na cestaria).** 2015.

SILVA, Evaldo Mendes da. **Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira.** Rio de Janeiro, tese de doutorado apresentada ao PPGS/MS-UFRJ, 2007.

_____. **A terra é o nosso caminho. Espaço e Território entre os Guarani na Tríplice Fronteira.** A Tríplice Fronteira: Espaços Nacionais e Dinâmicas Locais, p. 261-280, 2011.

SIMONI, Alessandra Traldi et al. **Porcos e celulares: uma conversa com Marilyn Strathern sobre antropologia e arte.** PROA Revista de Antropologia e Arte, v. 1, n. 2, 2010.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. **O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial.** Em Questão, v. 17, n. 2, 2011.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva.** Unicamp. p.27 – 51. 2006.

SUSNIK, Branislava. **Interpretación etnocultural de la complejidad sudamericana antigua.** 1994.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Possibilidades de interpretação do conteúdo simbólico da arte gráfica guarani.** Estudos Ibero-Americanos, v. 22, n. 1, p. 27-46, 1996.

UNESCO. **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.** Paris. 1989.

_____. **Convenção Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris. 2003.

VELOSO, Mariza. **O Fetiche do Patrimônio.** Revista Habitus. Goiânia v.4, n.1, p.437-454, jan./jun. 2006.

VELTHEM, Lucia Hussak V. **Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos.** Textos escolhidos de cultura e arte populares, v. 7, n. 1, 2010.

VIEIRA, Pedro Antonio. Ouriques, Helton Ricardo. **A produção do turismo. Fetichismo e dependência.** Campinas, Alínea, 2005, GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), n. 19, p. 201-203, 2006.

WALTER, Ana Lidia Wolochen. **Circulação de Artefatos Artesanais: as interações entre a Cooperativa de Artesanato do oeste e sudoeste do Paraná e o Programa Trinacional Ñandeva em Foz do Iguaçu – PR.** UTFPR. 2016.

WIJESURIYA, Gamini; THOMPSON, Jane; YOUNG, Christopher. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural.** 2016.

WILDE, Guillermo. **De la depredación a la conservación. Génesis y evolución del discurso hegemónico sobre la selva misionera y sus habitantes.** Ambiente & Sociedade, v. 10, n. 1, 2007.

_____. **Imaginaris contrapuestos de la selva misionera. Una exploración por el relato oficial y las representaciones indígenas sobre el ambiente.** G. Alvarado Merino et al., Gestión ambiental y conflicto social en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, p. 193-225, 2008.

_____. **Presentación. Arte y Agencia: más allá de Alfred Gell.** A. Gell. Arte y Agencia, p. 21-30, 2016.

WOORTMANN, Klaas. **O selvagem e o Novo Mundo: Ameríndios, humanismo e escatologia.** Editora UnB, 2004.

WEBSITES

Asociación Atrativos Turísticos de Iguazú – ACATI <<http://www.atractivosiguazu.com/>>

Cataratas do Iguaçú <<https://cataratasdoiguacu.com.br/>>

Ciudad del Este <<http://www.altoparana.gov.py/v0/index.php/ciudad-del-este>>

DMPHC <<http://iguazu.gob.ar/direccion-patrimonio-historico/>>

Facebook <<https://www.facebook.com/>>

Fundación Artesanías Misioneras - FAM <<https://famercosur.com.ar/ferias/>>

Instituto Nacional de Estadística e Censos - INDEC -AR <<https://www.indec.gob.ar/>>

Museu Etnográfico Dr. Andres Barbero <<https://www.museobarbero.org.py/>>

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçú – BR <<http://www.pmf.ig.gov.br/>>

Prefeitura Municipal de Puerto Iguazú – AR <<http://iguazu.gob.ar/>>

VIDEOS

“Comunidad Mbya-Guarani - Misiones – Argentina”, (FUNAM, 2003). Disponible em <<https://www.youtube.com/watch?v=XYd7nFfZJqs&t=97s>>

“Mimby Marae’y – Flauta Sagrada”, (PARCEIROS DO BEM, 2012) disponible em <<https://www.youtube.com/watch?v=BnMGn9fx3aA>>